

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em Filosofia

“OS *GRUNDRISSE* de 1857-8 COMO MANIFESTO SOCIAL”

FABIO MAIA SOBRAL

JULHO/2008
CAMPINAS - SP

FABIO MAIA SOBRAL

“OS GRUNDRISSE de 1857-8 COMO MANIFESTO SOCIAL”

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do(a) Prof. Dr. Alcides Hector Rodriguez Benoit.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em
28 / 07 / 2008

BANCA

Prof. Dr. (orientador) Alcides Hector Rodriguez Benoit.

Prof. Dr. (membro) Plínio de Arruda Sampaio Júnior.

Prof. Dr. (membro) Manoel Fernandes de Sousa Neto.

Prof. Dr. (membro) Rodnei Antonio do Nascimento.

Prof. Dr. (membro) Jadir Antunes.

Prof. Dr. (suplente) Jorge Luís da Silva Grespan.

Prof. Dr. (suplente) Carlos Alves do Nascimento.

Prof. Dr. (suplente) Aécio Alves de Oliveira.

JULHO/2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

So12g Sobral, Fabio Maia
“Os Grundrisse de 1857-8 como Manifesto Social” / Fabio
Maia Sobral. - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Alcides Hector Rodriguez Benoit.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

**1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Proudhon, P.-J. (Pierre Joseph),
1809-1865. 3. Comunismo. 4. Revolução. 5. Força de trabalho.
6. Capital (Economia). 7. Relações sociais. 8. Dinheiro. I. Benoit,
Alcides Hector Rodriguez, 1951-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(cn/ifch)

Título em inglês: “Grundrisse of 1857-8 as a Social Manifesto!

Palavras chaves em inglês (keywords) : Communism
Revolution
Labour power
Capital (Economics)
Social relations
Money

Área de Concentração: Filosofia

Titulação: Doutor em Filosofia

**Banca examinadora: Alcides Hector Rodriguez Benoit, Plínio de Arruda
Sampaio Júnior, Manoel Fernandes de Sousa Neto,
Rodnei Antonio do Nascimento, Jadir Antunes**

Data da defesa: 28-07-2008

Programa de Pós-Graduação: Filosofia

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 28/07/2008.

BANCA

Prof. Dr. (orientador) Alcides Hector Rodriguez Benoit

Prof. Dr. (membro) Plínio de Arruda Sampaio Júnior

Prof. Dr. (membro) Manoel Fernandes de Sousa Neto

Prof. Dr. (membro) Rodnei Antonio do Nascimento

Prof. Dr. (membro) Jadir Antunes

JULHO/2008

Dedico este trabalho a Adriana e
Vinícius.

AGRADECIMENTOS

O Doutorado em Filosofia foi uma construção que se tornou possível devido a um conjunto de pessoas que trabalhou arduamente para a sua concretização. Há muitas áreas distintas de ajuda: desde a pessoal até a administrativa.

Agradeço aos funcionários da Secretaria do Doutorado e, em especial, ao seu secretário Rogério Ribeiro, pela dedicação e pela resolução de problemas imensos que permitiram a concretização do curso desde a primeira matrícula até a defesa final.

Agradeço à funcionária da Cejonice, órgão da Unicamp, Cecília pela pronta elaboração da ficha catalográfica.

Sou grato à Universidade Estadual de Campinas por ter sido seu aluno e, em especial, à Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e aos seus funcionários por seu apoio e presteza.

Sou imensamente grato ao professor Doutor Carlos Alves do Nascimento (professor da Universidade Federal de Uberlândia) e Soraia Cardozo (doutoranda do IE - Unicamp), sua esposa, que sempre me receberam em sua casa, providenciaram matrículas, lembraram os prazos, conseguiram livros na Biblioteca, se preocuparam com a conclusão, além de terem conseguido o contato com o professor Benoit. Seria impossível ter cursado o Doutorado sem a sua inestimável ajuda de irmãos.

Sou também imensamente grato a Urbano Nobre Nojosa (doutorando do IFCH - Unicamp), Sandra (doutoranda da Geografia - USP), sua esposa, e Mateus, seu filho. Urbano é também um verdadeiro irmão. Agradeço por sua participação nesta fase final, onde a tensão para a preparação da defesa chegou ao nível máximo; por vezes a incerteza sobre se conseguiríamos foi enorme, mas graças ao trabalho logístico árduo de Urbano ela se concretizou. Além disso, sua orientação sobre o desenvolvimento de minha carreira intelectual. Há 18 anos montávamos um grupo de estudos d'*O Capital*, uma fonte para o trabalho atual.

Agradeço ao professor Doutor Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior (Instituto de Economia - Unicamp) por sua participação na banca em condições tão premidas pelo tempo e com tamanha qualidade.

Agradeço ao professor Doutor Rodnei Antonio do Nascimento (Unifesp) por sua participação e contribuições na qualificação e na defesa da tese com sugestões e análises decisivas e que demonstram sólida preparação.

Agradeço ao professor Doutor Jadir Antunes (Unioeste) que apresentou profunda análise da dialética em sua intervenção nos debates, além disso, fiquei surpreso e grato por sua disponibilidade em ajudar a concretizar esta defesa, seu comportamento tranquilo é a marca perceptível da sabedoria.

Agradeço ao professor Doutor Manoel Fernandes de Sousa Neto (Geografia - USP) que participou da banca como intelectual e amigo, o que não alterou a sua análise profunda dos temas em discussão e a extensão das divergências que marcam nossas visões. Fico feliz em tê-lo como oponente, a única forma real de fortalecimento e amadurecimento.

Agradeço ao professor Fábio de Mendonça Bastos (Economia - Universidade Federal do Ceará) meu amigo e mestre em Economia Marxista. Com suas aulas comecei a ler *O Capital*.

Agradeço aos professores Doutores Maria Isabel de Araújo Furtado e Aécio Alves de Oliveira (Economia - UFC), que contribuíram decisivamente em minha formação.

Ao professor Doutor Manfredo Araújo de Oliveira (Filosofia - UFC), meu orientador no mestrado em Filosofia da UFC, alguém a quem respeito profundamente por sua capacidade intelectual e por sua busca para apresentar caminhos para os nossos tempos humanos conturbados.

Aos meus antigos companheiros de luta política, muitos continuaram a ser grandes amigos, apesar das divergências e da distância.

Agradeço aos meus pais, Dedier Santana Sobral e Terezinha Maia Sobral pela sua longa luta e pelo seu amor para que eu chegasse a esse momento. Agradeço aos meus irmãos Júnior, Humberto e Flávio por seu incentivo, amor e convivência.

Agradeço à minha esposa e companheira, professora Doutora Adriana Eufrásio Braga Sobral, por seu amor, apoio, debates e segurança. É extraordinário conviver com sua perspicácia e análise clara do real, além da luta pela realização do sonho comum de vida acadêmica.

Agradeço ao meu filho, Vinícius Braga Sobral, por ser a maior fonte de alegria da minha vida, além de ser uma fonte de constante estímulo à Filosofia, por suas inquietantes perguntas.

Finalmente, agradeço ao professor Doutor Alcides Hector Rodriguez Benoit, orientador do trabalho. Sua disponibilidade em ajudar desde o início do curso, até sua firme decisão de realizar a defesa, apesar dos empecilhos burocráticos, foram os componentes decisivos para eu pudesse concluir o Doutorado. O professor Benoit é um exemplo de intelectual ativo na luta por uma sociedade que supere o capitalismo e é esta a direção do trabalho desta tese, além da preocupação em apresentar à sociedade o resultado dos debates sobre a obra de Marx, como o Grupo de Estudos d'*O Capital*. Agradeço imensamente a oportunidade que me foi dada de trabalhar com ele e com sua visão não-formalista do trabalho acadêmico, combinada a um severo nível de exigência.

RESUMO

Apresentamos a obra *Grundrisse* de Marx, escrita em 1857-1858, como um “Manifesto Social” que expõe os pontos programáticos a serem implementados por uma sociedade que substituísse o modo de produção capitalista, o comunismo. Os *Grundrisse* seriam um programa elaborado por Marx para orientar a luta da classe operária como programa da revolução. Marx esperava que a crise financeira de 1857 se transformasse em crise mundial, o que poderia fazer com que estourasse uma revolução, assim como ocorrera em 1848. Os *Grundrisse* desempenhariam uma tarefa tríplice: crítica ao socialismo proudhonista, que buscava reformar o mercado para eliminar a exploração; análise dos fundamentos do sistema capitalista, de seus pilares de sustentação; proposição dos elementos constitutivos da sociedade comunista. Para realizar estas tarefas, Marx analisa ainda o funcionamento das sociedades anteriores ao domínio do capital. Apresentamos no primeiro capítulo as análises de Roman Rosdolsky e Antonio Negri sobre o papel desempenhado pelos *Grundrisse*. Rosdolsky defende a concepção de que esta obra é um caminho em direção a *O Capital*, algo que seria demonstrado pelos planos de Marx para a criação de sua obra. Negri compreende os *Grundrisse* como obra de antagonismo e combate ao capitalismo. Afirmamos que os *Grundrisse* são um programa para a revolução e que não está além ou aquém d’*O Capital*, sendo apenas distinto na linguagem por estarem em épocas diferentes da luta revolucionária; aqueles teriam uma linguagem de manifesto social para o combate, já este seria a demonstração científica – na concepção de nova ciência em Marx – da crítica da economia política. Aqui, demonstramos ainda que Marx dedica atenção especial à luta contra os princípios oportunistas do proudhonismo, que buscavam manter a sociedade da mercadoria e do mercado. No segundo capítulo expomos o método dialético de Marx desenvolvido na “Introdução” de 1857, texto suprimido por Marx, mas que, afirmava ele, expunha as conclusões de sua ciência. No terceiro capítulo expomos os princípios das sociedades anteriores ao capitalismo, os “princípios do passado”, os seus fundamentos, em um jogo dialético de positivo e negativo, entre o que deveria ser aproveitado pelo comunismo e o que deveria ser evitado. No quarto e quinto capítulos expomos os “princípios do presente”, da sociedade dominada pelo capital, através das categorias dinheiro (quarto capítulo). Apresentamos nestes os fundamentos a serem extirpados pela luta da classe operária, os elementos que definem a especificidade da sociedade capitalista. Por fim, no quinto capítulo apresentamos os “princípios do futuro”, o programa da revolução para a construção da sociedade comunista. Este é o ponto central de nosso trabalho: tentar provar que Marx busca dar orientações às lutas da classe operária para que ela possa erradicar a sociedade capitalista, e tal erradicação somente poderia ser efetivada com um programa correto e que destruísse os fundamentos sociais e econômicos da sociedade de mercado. Os *Grundrisse*, ao realizarem tal papel, se tornariam um manifesto à revolução, um novo manifesto comunista, um “manifesto social” por uma sociedade do futuro.

ABSTRACT

We present the work of Marx intitled *Grundrisse*, written in 1857-1858, as a "Social Manifesto" which sets out the points of a programme to be implemented by a society to replace the capitalist mode of production, the communism. The *Grundrisse* would be a programme drawn up by Marx to guide the struggle of the working class as a program of the revolution. Marx hoped that the financial crisis of 1857 to become a world crisis, which could make it brings a revolution, as occurred in 1848. The *Grundrisse* would a triple task: criticism of proudhonist socialism, which sought to reform the market to eliminate the exploitation; analysis of the foundations of the capitalist system, its pillars of support; proposition of the constituent elements of communist society. To perform these tasks, Marx also examines the functioning of societies before domination of the capital. We present the analysis in the first chapter of Roman Rosdolsky and Antonio Negri on the role played by *Grundrisse*. Rosdolsky defends the idea that this work is a path towards *The Capital*, something that would be shown by the plans of Marx for the creation of his work. Negri comprises the *Grundrisse* as work of antagonism and anti-capitalism. We affirm that the *Grundrisse* is a program for the revolution and is not above or below *The Capital*, and only because they are distinct in language at different times of revolutionary struggle, and those would have a language of social manifesto for the fight, because this would be the scientific demonstration - in the design of new science in Marx - of criticism of political economy. Here, we demonstrate that Marx still devotes special attention to the fight against the principles of opportunistic proudhonism, who sought to keep the society's commodity and market. The second chapter expose the dialectic method of Marx developed at the "Introduction" of 1857, deleted text by Marx, but, he said, explained the foundations of their science. In the third chapter expose the principles of the societies prior to capitalism, the "principles of the past", their foundations, in a game dialectic of positive and negative, between what should be maintained by communism and what should be avoided. In the fourth and fifth chapters expose the "principles of the present", society dominated by capital, by category of money (the fourth chapter). We present these to be extirpated the reasons for the struggle of working class, the elements that define the specific nature of capitalist society. Finally, the fifth chapter presents the "principles of the future," the program of the revolution for the construction of communist society. This is the focus of our work: trying to prove that Marx seeks to give guidance to the struggles of the working class so that it can eradicate the capitalist society, and that eradication could only be effected with a correct program and that destroy the foundations of social and economic society of the market. The *Grundrisse*, in performing this role, would become a manifesto for revolution, a new communist manifesto, a "social manifesto" by a society of the future.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO – SIGNIFICADO DOS <i>GRUNDRISSE</i>	13
CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÕES E LUTA POLÍTICA	21
I.1- Interpretações dos <i>Grundrisse</i> a partir de Roman Rosdolsky	21
I.2 – Interpretações dos <i>Grundrisse</i> a partir de Antonio Negri	33
I.3 – A crítica aos proudhonistas	48
CAPÍTULO II – A “INTRODUÇÃO” SUPRIMIDA	55
II.1 – A Produção	57
II.2 – A Relação Geral da Produção com a Distribuição, a Troca e o Consumo	63
II.3 – O Método de Marx e a Crítica ao Método da Economia Política	71
CAPÍTULO III – OS PRINCÍPIOS DO PASSADO	79
III.1 – As formações sociais anteriores ao capitalismo	81
III.2 – Os princípios das formas anteriores ao capitalismo	87
III.3 – Limites das formas anteriores ao capitalismo	89
III.4 – A dissolução das formas anteriores ao capitalismo	99
CAPÍTULO IV – OS PRINCÍPIOS DO PRESENTE	105
IV.1 – O Dinheiro	105
CAPÍTULO V – OS PRINCÍPIOS DO FUTURO	137
V.1 – A Negatividade e a Construção	138
V.2 – A Positividade Programática	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

INTRODUÇÃO – SIGNIFICADO DOS *GRUNDRISSE*

A obra denominada *Grundrisse* é mais uma profícua parte do pensamento de Karl Marx. Eleva-se ao patamar de um dos marcos centrais da portentosa elaboração marxiana, o que permite a possibilidade de discutir seus sentidos e seu alcance, criando um campo fértil de análise para os que buscam desempenhar a dupla tarefa de compreender tal pensamento e de investigar a natureza do modo de produção capitalista, investigação que permitiria clareza na busca pela superação deste sistema.

Os *Grundrisse* são elaborados dentro de um contexto extremamente singular de crise econômica, luta política e dificuldades pessoais graves atravessadas por seu autor. O exílio em Londres produziu efeitos diversos sobre Marx: graves conseqüências pessoais desencadeadas por problemas financeiros, um ambiente político de relativo isolamento, um ritmo alucinante de trabalho intelectual para permitir a subsistência familiar, mas também trabalho intelectual para a orientação da capacidade de combate da classe operária e de seus agrupamentos políticos contra o sistema capitalista.

Os *Grundrisse* tiveram destino atribulado, tendo sido editados unicamente no século XX, em um contexto mundial marcado pela Segunda Guerra e pelas dificuldades do movimento operário em luta acirrada diante do tema complexo da União Soviética.

Nesta obra Marx fala abertamente sobre temas que permaneceriam apenas indicados em outras. Além disso, podemos perceber a necessidade filosófica de argumentação em torno do tema da sociedade do capital, algo indicado por seu autor ao afirmar a influência da *Lógica* de Hegel sobre o seu desenvolvimento. Destaca-se ainda a luta política como elemento essencial para o objetivo do texto. Ainda mais marcante é a desenvoltura com que Marx trabalha a compreensão dos modos históricos de produção, seus conflitos, suas dinâmicas internas e suas características positivas e negativas para a criação de uma sociedade comunista.

Cria-se um modo específico de argumentação dialética entre positivo e negativo, aplicando a dialética hegeliana e superando-a, permitindo a combinação extraordinária entre criação e materialidade, entre subjetividade e objetividade, entre materialismo e idealismo buscada nas *Teses sobre Feuerbach*.

Evidencia-se a fecundidade destes “manuscritos” de 1857-8, sua força argumentativa, sua ousadia múltipla em apresentar análises para a sociedade do capital, para as sociedades anteriores em sua articulação com o desenvolvimento histórico, para a aplicação concreta da dialética como forma de teoria material da superação do capital, para a discussão do comunismo como sociedade superior à pré-história de dominação da humanidade.

A diversidade dos temas dos *Grundrisse* exigiu uma definição precisa do que deveria ser tratado. Escolhemos um recorte específico para este trabalho de tese. Analisaremos os *Grundrisse* sob alguns aspectos: a) esta obra como texto político para a orientação dos embates que, segundo as esperanças de Marx, seriam deflagradas como resultado da crise econômica de 1857 iniciada nos Estados Unidos e que se espalha pela Europa, ameaçando tornar-se crise geral do sistema capitalista; b) algumas das leituras do texto de Marx, principalmente a leitura clássica de Rosdolsky, e a de Antonio Negri; c) a descrição dos princípios fundantes das sociedades anteriores ao capitalismo; d) as críticas ao sistema proudhoniano de reformas do capitalismo; e) os princípios da sociedade dominada pelo capital e seus aspectos basilares, como o dinheiro, o capital e a força de trabalho; f) finalmente, os princípios que inexoravelmente deveriam ser mantidos para a construção de uma sociedade comunista.

O conjunto da nossa análise dirige-se para dois pontos centrais a serem debatidos: o primeiro é de que o texto de Marx tem como centro a crítica aos sistemas de reforma da sociedade capitalista, sem eliminar suas categorias centrais, como o dinheiro mundial e o capital, além da força de trabalho. A luta política por definir os rumos da luta internacional dos trabalhadores é um dos alvos centrais de Marx. O segundo ponto a ser discutido é o de Marx propõe os *Grundrisse* como um manifesto social, um programa para a revolução que ele acreditava ser iminente. Este é o motivo de sua pressa em redigir o documento, orientar a luta política contra o capital, evitando cair em erros que levassem o movimento a mais derrota catastrófica como a de 1848.

O destino trágico do movimento da classe operária européia levou a uma luta decisiva em 1870, com a Comuna de Paris. Porém, a direção do movimento não foi a das análises de Marx, tendo sido conduzida justamente por teorias que ele procurou dar combate nos *Grundrisse*. O desfecho foi determinado por uma incapacidade de perceber as

ilusões com a sociedade dominada pelo capital, por erros de compreensão e por insuficiência da análise do elemento estratégico da luta. Resta afirmar a necessidade imperiosa de compreensão do sistema, o decisivo papel determinado pela teoria em momentos de luta.

Marx propõe um programa para a revolução, um texto que contém a análise das formas anteriores ao capital, a compreensão da essência do funcionamento do capitalismo, a crítica às teorias do socialismo dominante no movimento operário europeu e, finalmente, os pontos fundamentais para a construção de uma sociedade de superação do modo de produção capitalista.

Dividimos o trabalho em cinco capítulos. O primeiro trata de duas das leituras deste texto de Marx, a leitura de Rosdolsky e a de Negri.

Rosdolsky atribui aos *Grundrisse* o papel de transição para *O Capital*. Este é o motivo de sua análise ser centrada nos planos de Marx para elaborar sua crítica da economia política. O texto de 1857-8 seria uma etapa da obra teórica de Marx, além de ser uma obra decisiva para entender a relação entre o pensamento de Hegel e o de Marx.

Negri trabalha os *Grundrisse* como peça fundamental para entender a proposta “antagonista” de Marx. Ele centra sua atenção para a luta antagonista da classe operária contra o capital. Marx teria conduzido a feitura do texto para a criação de uma visão de “partido operário”, uma visão de classe revolucionária, onde a subjetividade desempenha papel decisivo, algo não existente em *O Capital*. Esta última obra seria uma parte do conteúdo elaborativo marxiano, uma peça a ser completada. Porém, o texto de 1857-8 estaria em sua forma completa, trazendo as determinações subjetivas da luta da classe operária contra o capital.

Não apresentaremos uma visão discordante das análises precedentes. De fato, os *Grundrisse* são uma parte da obra teórica de Marx, como afirma Rosdolsky, além de ser uma obra de antagonismo e de subjetividade revolucionária. Tentaremos apresentar o texto de Marx também como programa comunista, como princípios para uma sociedade futura.

O segundo capítulo faz um excuro sobre a *Einleitung* (“Introdução”) de 1857, texto fundamental para a compreensão dos objetivos de Marx nos *Grundrisse*, algo descrito por ele como a apresentação dos “resultados”. Marx suprimiu esta “Introdução” justamente por ser a antecipação do que deveria ser demonstrado com a análise científica. Este texto

acabou por se torna uma peça fundamental para entender o método da crítica da economia política, mas também por sua natureza de resultado do esforço marxiano. Tentaremos apresentar em que sentido esta “Introdução” é desembocadouro do trabalho de Marx.

O terceiro capítulo desta tese procura apresentar a compreensão de Marx sobre as “formas” anteriores ao capitalismo, algo que definimos como “os princípios do passado”. Princípios porque não está em jogo somente a descrição do funcionamento destes modos de produção anteriores ao capitalismo, mas suas naturezas positivas e negativas para a orientação revolucionária de superação do domínio do capital. Marx estabelece o que deve ser negado e o que deve ser afirmado pelo movimento comunista em sua compreensão destas “formas”. Desenrola-se aqui a imensa capacidade de não expor conclusões marcadas pela lógica unilateral de aceitação ou rejeição, estabelece-se uma dialética para além de afirmação e negação globais. Já não é possível retornar ao passado como deseja o “socialismo reacionário” e romântico do retorno à natureza. O retorno produziria um erro grosseiro de conduta, um reacionarismo político frente às conquistas alcançadas pela etapa mundial da história humana.

As limitações das formações anteriores são analisadas, mas também as suas positivities, sua natureza ainda não mistificada por um objeto externo: a mercadoria. Há dominação, mas tal mecanismo ainda possui uma feição humana, limite e horizonte para compreender os caminhos a serem trilhados pelo movimento comunista.

O quarto capítulo trata dos “princípios do presente”, o dinheiro em sua forma mundial, não mais como expressão limitada das formações sociais anteriores. O dinheiro agora dá livre vazão a seu caráter mistificado, ao seu papel de mercadoria das mercadorias, de cristalização da substância social do capitalismo. Aí se dá novamente a dialética marxiana de compreensão do dinheiro como criação humana com limites e horizontes, limitações da forma social dominante e horizonte por trazer à tona o estágio definitivo do domínio do capital através de uma história mundial unificada com a eliminação da fragmentação dos povos.

O dinheiro é o primeiro dos princípios fundamentais do presente da sociedade capitalista, porém não é o mais importante. Marx começa por ele para confrontar a interpretação da crise de 1857 por um dos expoentes do proudhonismo: Alfred Darimon. Esta visão atribui os problemas vividos pela economia francesa a um caráter subjetivo da

direção bancária, além de enxergar um malefício do uso de metais preciosos como dinheiro. Marx expõe a sua compreensão de que o dinheiro é a expressão suprema de relações sócias, não sendo fruto do desejo de alguns, nem influenciado por sua forma física, na verdade, o dinheiro traduz o conteúdo de uma abstração real: as relações sociais capitalistas.

Decorrente desta compreensão do dinheiro como síntese das relações sociais dominadas por um conteúdo abstrato, dedicamo-nos a descrever as relações internas das categorias produtoras desta abstração real, ou seja, o capital e o trabalho assalariado. Aqui lidamos ainda com a definição dos “princípios do presente”, com suas categorias internas e centrais, definidores de uma expressão monetária diferente da existente em outros períodos históricos. O dinheiro pode assumir esta forma universalizada e mundial por ser manifestação de um conteúdo determinado pelo par dialético de capital e trabalho assalariado. Este é o ponto culminante da análise de Marx sobre o capitalismo no texto dos *Grundrisse*, a definição dos pressupostos para que uma sociedade possa ser identificada como dominada pelo princípio abstrato-real do capital. Sem a compreensão dos “princípios do presente” não é possível ao movimento operário ser capaz de caminhar livre das ilusões de preservação e reforma parcial.

Após a definição dos “princípios do presente” podemos apresentar no quinto capítulo os “princípios do futuro”: a caracterização dos traços definidores de uma formação social comunista. Aqui o terreno é extremamente perigoso, devido à luta travada por Marx com as diversas formas de utopismo de sua época. Discutiremos o conceito de futuro como estabelecimento de um critério concreto para a criação de uma sociedade comunista. Marx já antevia o papel central que o retorno ao capitalismo, ou a incapacidade de escapar dele poderia ter. Nos *Manuscritos de Paris* já há uma vívida descrição do “comunismo grosseiro” como incapaz de elevar-se além do sistema capitalista. Marx não despreza o perigo real de uma luta política dirigida por desejos vãos de “justiça social” compreendida como simples correção da “maldade dos governos” ou dos homens. É neste sentido que definimos o futuro para Marx, como princípios negativos em relação ao capital, e positivos para o comunismo.

A utopia para Marx é a definição de tópicos programáticos que tentem recriar sociedades anteriores ao capitalismo, ou mantenham intactas as categorias do sistema atual. Aqui tentamos inserir a contribuição que pretende acrescentar aos esforços de Rosdolsky e

Negri os traços da elaboração de uma sociedade comunista. Os *Grundrisse* são, assim, apresentados como não apenas parte do caminho teórico de Marx, sua relação com a dialética, ou melhor, sua específica compreensão de dialética, ou como obra de “antagonismo”, mas como programa definidor dos princípios diretores da construção de uma sociedade não mais organizada pela abstração capitalista.

Nosso trabalho caminha para a tentativa de apresentar as definições de Marx para a sociedade futura, já não mais como utopia, mas como desdobramento direto da análise do domínio do capital e de suas relações sociais.

Marx entendia o terrível perigo que representava uma revolução sem saber o caminho a ser trilhado, sem a “clareza” da compreensão teórica. Aqui Marx supera Hegel: a “racionalidade” é definida pelo movimento das massas, pela expressão de relações econômicas do capitalismo e pela capacidade intelectual de análise e criação. Não é possível solucionar os dilemas sociais produzidos pelo modo capitalista de produção sem teoria e prática. A crítica de Marx a Hegel nos *Manuscritos de Paris* dirige-se especificamente à solução meramente intelectual isolada apresentada por este.

O perigo da condução não científica da luta dos operários contra o capital manifestou-se de forma trágica no fracasso da Comuna de Paris, no massacre da primeira direção de uma sociedade dirigida pela classe operária. Marx teve que presenciar o destino trágico da Comuna, apesar de sua luta tenaz na I Internacional contra o oportunismo dos que desejavam reformar o capital.

A crise econômica capitalista de 1857 apresentou a Marx a oportunidade de desenvolver a primeira formulação global de sua teoria, envolvendo a análise das formações sociais anteriores ao capital, a análise da dinâmica do capitalismo, a demonstração de seu método de dialética e de crítica da economia política, a apresentação dos princípios do comunismo como sociedade em sua expressão científica, ou seja, não baseada em pilares da formação social capitalista. Eis a razão da grandiosidade e fecundidade dos *Grundrisse*, seu fascínio e importância para a luta contra a sociedade do capital ainda vigente.

Esperamos acrescentar elementos específicos à análise desta obra, contribuindo para a sua discussão inadiável, como parte do desejo já manifestado por Rosdolsky de que a sua

importância fosse ressaltada, mesmo tendo ficado por diversas razões esquecida em dois momentos: o de sua elaboração por Marx e o posterior à sua publicação.

Longe de nos aproximarmos de uma compreensão já estabelecida para esta obra, encontramos-nos em um momento de encontro. Basta ressaltar que não possuímos uma tradução em português de tão importante momento da elaboração marxiana. Corremos o risco de nos expormos em locais não suficientemente trilhados, mas é preciso que este debate tome forma no ambiente acadêmico e político brasileiro. A exposição ao risco é necessária, ainda que sob pena de cometermos deslizes na análise. Vamos ao desafio.

CAPÍTULO I – INTERPRETAÇÕES E LUTA POLÍTICA

Dividiremos este capítulo em três tópicos, sendo o primeiro dedicado às interpretações do caráter dos *Grundrisse* por parte de Rosdolsky, segundo será dedicado às interpretações de Negri, e o terceiro às críticas de Marx a Proudhon e às propostas “monetárias” do proudhonista Darimon.

I.1- Interpretações dos *Grundrisse* a partir de Roman Rosdolsky

Roman Rosdolsky analisa os *Grundrisse* de Marx em seu trabalho *Génesis y Estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. O título já é elucidativo sobre a definição de Rosdolsky para o trabalho de 1857-8, ele o compreende como parte do processo de elaboração de *O Capital*.

O texto de Rosdolsky apresenta uma enorme relevância por ter trabalhado para resgatar os *Grundrisse* de seu esquecimento. Além disso, revela um profundo e cuidadoso tratamento da estrutura interna do projeto marxiano, de seus desdobramentos e do caminho trilhado por Marx para a criação da crítica da economia política.

Rosdolsky também identifica a profunda relação entre o texto marxiano e a *Lógica* de Hegel. Diz ele:

“Quanto mais penetrava no tema, mais claramente compreendia o autor que somente haveria de roçar o problema mais importante e teoricamente mais interessante que oferecem os *Grundrisse*, sem poder tratá-lo com maior profundidade. E esse problema é a relação entre a obra marxiana e Hegel, e, em especial, com a *Lógica* deste autor”.(ROSDOLSKY: 1989, 11).¹

A relação entre Marx e Hegel representa um dos temas fecundos desta obra destes manuscritos de 1857-8. Rosdolsky não o discute, mas presente a sua natureza decisiva, estabelecendo inclusive uma diferença em relação a *O Capital*. Tal argumento chega a surpreender na análise de Rosdolsky, pois as duas obras de Marx são apresentadas como partes integradas de planos para a elaboração da obra deste. Diz Rosdolsky:

¹ As citações utilizadas neste trabalho de tese são traduções de responsabilidade do próprio autor.

“... Pois assim como em *O Capital* de Marx a influência de Hegel somente parece manifestar-se, à primeira vista, em algumas notas de pé de página, cabe assinalar aos *Grundrisse* como uma grande remissão a Hegel, e em especial a sua *Ciência da Lógica*, demonstrando a forma radicalmente materialista em que se reverteu a Hegel neste caso”.(ROSDOLSKY: 1989, 13-4).

É importante perceber a importância atribuída por Rosdolsky à compreensão da dialética de Hegel, algo fundamental em sua investigação dos fundamentos do pensamento de Marx. Devemos lembrar que Rosdolsky em seu exílio buscava a compreensão destes fundamentos como clareza para a ação. A filosofia demonstra um papel a desempenhar no pensamento marxiano e marxista. Filosofia e economia estão interligadas nos *Grundrisse* em sua marca para definir o programa da revolução.

Os *Grundrisse* são o “fruto de quinze anos de estudos” de Marx, algo descrito por ele em uma carta a Lassalle citada por Rosdolsky. Transparece a continuidade dos estudos de Marx desde a sua juventude teórica, um estudo desenvolvido para a compreensão e orientação da luta política.

O contínuo acompanhamento do mecanismo econômico permitiu a Marx perceber que a crise de 1847 provocara a revolução de 1848. Os avanços revolucionários ou retomadas do reacionarismo são profundamente influenciados pelos desdobramentos do mercado mundial. Diz Marx:

“... ‘a crise do comércio mundial de 1847 havia sido a verdadeira mãe da revolução de fevereiro e março’, a ‘prosperidade industrial, que voltou a iniciar-se paulatinamente desde meados de 1848, e que alcançou seu pleno florescimento em 1849 e 1850’, foi ‘a força que reanimou a reação européia novamente fortalecida’ ...” (ROSDOLSKY: 1989, 28).

Crise econômica e revolução se entrelaçam em uma manifestação das contradições do próprio sistema capitalista. Tais contradições permitem pensar a realidade da transição a um sistema substituto ao domínio do capital. A crise é um momento de destruição e criação, destruição das forças produtivas concentradas sob o signo do capital, criação de capacidade de ação revolucionária das massas.

Marx precisa compreender o funcionamento do sistema para identificar os momentos de crise e os princípios históricos determinantes do capitalismo. Neste trabalho a

economia revela-se central para a clareza. A economia é determinante por ser uma especificidade do capitalismo o domínio da realidade econômica da mercadoria sobre o conjunto das outras realidades.

Marx depara-se com a necessidade de ampliar seus estudos da realidade econômica, além disso, precisa entender as visões dos diversos representantes do movimento socialista sobre este campo da investigação; é aí que demarcam-se as diferenças incontornáveis. Não é possível aceitar, para Marx, a incompreensão nesta área. O erro neste campo significa a falha em entender a própria essência da realidade dominada pelo econômico. É por este motivo que Marx busca avaliar a visão de Proudhon. Ele pede a Engels sua visão sobre aquele. Diz Marx:

“Por outra parte – escreve Marx a Engels – tens que me comunicar finalmente teus pontos de vista sobre Proudhon. Me interessam tanto mais quanto que neste momento estou envolvido com a elaboração da economia” (ROSDOLSKY: 1989, 29).

Dois dos traços essenciais do trabalho teórico da maturidade se apresentam aqui: investigação econômica e análise das posições do movimento operário. Somente é possível uma posição que trace minimamente estes dois caminhos. Trata-se do ano de 1851, onde a reação europeia dominava as ações políticas e restava aos revolucionários repensar seus métodos e seus objetivos.

Rosdolsky reconhece este estágio da elaboração de Marx e identifica em uma carta a Engels que “... agora queria limitar-se a um ‘ajuste de contas’ com a economia anterior e os sistemas socialistas” (ROSDOLSKY: 1989, 30). As duas tarefas estão interligadas e ocupam a mente de Marx. A leitura de Rosdolsky volta-se para o acompanhamento dos planos de elaboração da crítica da economia política, como podemos constatar quando ele diz que:

“Também isto já constituía uma modificação do plano juvenil de Marx, o qual – além da economia e a política – compreendia também uma crítica do direito, da moral e, sobretudo da filosofia” (ROSDOLSKY: 1989, 30 – nota de rodapé 20).

Não desejamos afirmar que a leitura de Rosdolsky é equivocada, apenas orientamos a nossa visão para outro aspecto que consideramos importante: a premente necessidade de Marx em compreender a economia e a política, partes fundamentais da sua própria capacidade de intervenção na realidade.

Rosdolsky volta a destacar a relevância desta abordagem que buscamos ao discorrer sobre um manuscrito perdido de 1851 em que Marx debate o livro de Proudhon *Idée Générale de la Révolution au XIX Siècle*. Somente a parte sobre “O Sistema Monetário Perfeito” teria restado. Marx já identifica a luta contra Proudhon com as visões sobre a moeda deste autor. Este será o ponto fulcral da redação dos *Grundrisse*, a idéia de que a moeda pode ser utilizada como uma forma de controle do sistema de produção de mercadorias, eliminando as distorções do mercado e corrigindo as injustiças sociais. Patenteia-se que o enfrentamento com os sistemas socialistas caminha para a compreensão de dois aspectos centrais: a compreensão científica do modo de produção capitalista, e as propostas que podem ser derivadas desta análise.

O factível e não utópico de um movimento revolucionário origina-se de sua superação da realidade de domínio do capital. A manutenção e superação de um sistema devem ser compreendidas, aí pode ocorrer o erro, aí podem ser decididas a vitória ou a derrota da luta revolucionária.

Apresentemos então uma das argumentações fundamentais para a nossa discussão, o fato de que os *Grundrisse* são elaborados como manifesto para a orientação de um possível estouro revolucionário decorrente da crise econômica de 1857. Para isso, é importante que citeamos uma passagem de Rosdolsky. Diz este:

“Resulta sumamente característico que a decisão de redigir os *Grundrisse*, e a pressa febril com que isso ocorrera (todo o manuscrito, de quase 50 páginas de imprensa, foi concluído em 9 meses, entre julho de 1857 e março de 1858) se deveram especialmente ao estouro da crise econômica de 1857. Essa crise encheu de elevadas esperanças ao ‘partido dos dois homens na Inglaterra’, como denominara aos dois amigos Gustav Mayer, o biógrafo de Engels, e por isso é natural que Marx quisesse levar ao papel quanto menos os traços fundamentais de sua teoria ‘antes do dilúvio’, quer dizer, antes do começo da esperada revolução européia” (ROSDOLSKY: 1989 33-4).

Não há dúvidas de que Marx tinha em mente planos para a elaboração de sua ciência, chamada anteriormente de Ciência da História. O livro de Rosdolsky tem em mira esta compreensão, ainda que delimitada à crítica da economia política. Nossa investigação dirige-se para a conjuntura específica na elaboração dos *Grundrisse* e a oportunidade de

perceber o conjunto da obra de Marx condensada em um único texto. Eis o centro de nossa análise: a oportunidade do “dilúvio” é percebida como uma oportunidade especial de travar a luta revolucionária e a atividade teórica é compreendida como decisiva.

As tarefas de Marx se confundem em elaboração de seu livro sobre a crítica da economia política e na resposta à luta revolucionária. Esta resposta tem três nuances, a compreensão dos fundamentos da realidade vigente, a crítica às propostas dos movimentos socialistas que não entendiam o funcionamento do sistema e a apresentação dos pressupostos para a construção de uma sociedade comunista.

Marx reconhece em uma carta a Engels somente dois destes tópicos. Esta carta de 18 de dezembro de 1857 é elucidativa. Diz Marx:

“Eu trabalho de forma colossal, na maioria das vezes até as 4 da manhã. Porque o trabalho é duplo: 1) Elaborar os fundamentos da economia... 2) A crise atual” (MARX; ENGELS: 1990, 221).

Pretendemos extrair algo além destes dois aspectos, a apresentação dos princípios do futuro comunismo. Vale ressaltar que há ainda a urgência, também determinada pela crise, em combater os princípios de sociedade futura dos proudhonistas. Marx não combate a idéia de estabelecer tais princípios, mas a de propostas que levassem à derrota do movimento operário. Rosdolsky identifica este fato ao dizer que:

“Tão exterior como a esperança depositada no ‘turbulento ano de 1858’ parece à primeira vista, o outro motivo que impulsionara Marx a redigir seus *Grundrisse*: sua aspiração a ajustar contas com o ‘irmão falso’ do movimento operário socialista, o proudhonismo” (ROSDOLSKY: 1989, 34).

Rosdolsky acredita que os esforços de Marx para combater o proudhonismo contribuíram para “a formação da teoria marxiana do dinheiro” (pág. 35). Percebemos a preocupação de Rosdolsky em identificar o caminho da obra marxiana. Porém, é importante compreender que as intenções de Marx não podem ser dissociadas posteriormente, a partir de um ponto de vista puramente externo, de uma visão global histórica. É preciso analisar as motivações do autor dos *Grundrisse* em seu momento. É neste aspecto que se aclara a necessidade de diferenciar-se das visões do proudhonismo. Esta não é uma questão menor para Marx, apesar de que a “variante especificamente proudhoniana do socialismo não desempenha papel algum, e por isso nos deve parecer ‘desproporcionado’ o destaque de Marx a esse ponto de vista” (ROSDOLSKY: 1989, 35).

Para Marx a problemática não está ligada ao proudhonismo somente, mas às propostas que ele carregava, propostas que não rompiam com o modo de produção dominado pelo capital. Trata-se de criticar de forma conjunta o capitalismo e os que pretendiam modificar os seus sintomas mantendo as suas estruturas fundamentais. Diz Marx em uma carta a Weydemeyer em 01/02/1859:

“Nestes dois capítulos se destroça, ao mesmo tempo, ao socialismo proudhoniano em seus fundamentos, atualmente em moda na França, que pretende deixar subsistir a produção privada, mas organizar o intercâmbio dos produtos privados, que quer a mercadoria, mas não quer o dinheiro. O comunismo deve desfazer-se antes de tudo desse irmão falso” (ROSDOLSKY: 1989, 35 – nota de rodapé 45).

Marx trata diretamente das propostas proudhonistas em uma obra posterior: a *Contribuição à Crítica da Economia Política*. É a este trabalho que ele se refere na citação anterior. Percebemos que estão em foco as propostas para a sociedade, sendo criticadas não por se referirem a uma provável organização substitutiva do capitalismo, mas por manterem os seus pilares indissociáveis: mercadoria e dinheiro. É importante ressaltar que a *Contribuição* possui a mesma distribuição em dois capítulos que os *Grundrisse*, capítulos do dinheiro e do capital.

Um dos temas centrais da discussão na crítica da economia política é o das propostas de sociedade futura. Não há como dissociar a análise do presente, a luta política e as propostas para uma sociedade futura. Tais propostas não se destacam da investigação da realidade, ao contrário, integram-se e completam-se com a investigação científica. O erro grosseiro do proudhonismo é não compreender as categorias em se funda o domínio do capital e propor uma mudança irreal: produção de mercadorias sem o dinheiro.

Podemos inclusive perceber que a argumentação de Marx em *O Capital* evolui no primeiro capítulo, que trata da mercadoria, da gênese da mercadoria em sua forma mais simples para a sua forma mais complexa, que é o dinheiro como mercadoria universal, mercadoria das mercadorias. A mercadoria transita de sua expressão casual, fortuita de valor, para a de equivalente universal, da forma simples para a forma dinheiro. Marx deseja comprovar que o desenvolvimento da mercadoria desemboca na sua forma dinheiro. Não é possível preservar uma sociedade de produtores de mercadorias, onde a mercadoria é a forma dominante, e evitar a existência do dinheiro.

Podemos argumentar que a forma mais acabada da exposição de Marx, em *O Capital*, sobre a economia política envolve a crítica ao proudhonismo, a demonstração do caminho da mercadoria desde a gênese à sua expressão suprema. Entrecruzam-se crítica social, política e, nas entrelinhas, proposições de sociedade comunista. Não cremos que Marx refira-se, na última citação, somente ao comunismo como movimento político, mas como proposta alternativa de sociedade. Comunismo expressa uma luta política determinada rumo a uma sociedade compreendida por Marx como superior ao capitalismo. A medida desta superioridade está em eliminar a exploração. Então, torna-se necessário explicar a exploração capitalista e criticar os movimentos que não rompem com ela. A crítica é baseada na identificação de propostas errôneas e na afirmação ou suposição de propostas diversas. Afirmamos que em *O Capital* Marx pressupõe propostas diversas, mas que nos *Grundrisse* ele expressa essas propostas em vários momentos.

Rosdolsky investiga a obra de 1857 como parte da exposição conjunta de Marx para a sua nova ciência. Os planos de Marx desempenham um mecanismo que Rosdolsky utiliza para compreender a biografia intelectual daquele. A partir dos planos, de suas alterações, de seus abandonos e retomadas percebe Rosdolsky o desenvolvimento das categorias marxianas. Este é um método interessante, mas não é inteiramente correto supor que a temporalidade determine exatamente que as obras posteriores expressem categorialmente uma superioridade em comparação às anteriores. Expressam, na verdade, diferentes formas de resposta a momentos também diversos.

Os *Grundrisse* expressam, em nossa visão, uma resposta distinta de Marx para uma provável situação revolucionária. Em *O Capital* Marx escolhe uma exposição com mais vagar para suas descobertas. Porém, percebemos que as definições categoriais estão presentes, além da forma de argumentação ter em vista a comprovação de que incompreensões do modo de produção capitalista impediriam a práxis correta do proletariado.

Rosdolsky desenvolve sua argumentação em torno da compreensão de conjunto da obra de Marx e, principalmente, da compreensão da exposição deste para seus conceitos. Diz Rosdolsky:

“Como é sabido, houve dois planos sobre os quais quis Marx basear sua principal obra econômica: um de 1857, e outro de 1866 (ou de 1866).

Entre ambos medeia um período de nove anos de experimentação e de busca constante de uma forma expositiva adequada ao tema” (ROSDOLSKY: 1989, 36).

A forma expositiva adequada altera-se de acordo com a situação social e política. Marx busca esta forma, mas altera diversas vezes os modos de apresentação. Mesmo durante a redação d’*O Capital* há uma alteração substancial durante a redação do *Capítulo VI Inédito*, texto que foi retirado da impressão definitiva, e que se aproxima bastante da forma de exposição dos *Grundrisse*. Há neste texto suprimido algo de linguagem de combate. Marx atribui a sua forma a uma doença de fígado, ao mau humor provocado por sua saúde precária. Poderíamos afirmar, ainda que temerariamente, que Marx se aborrecera com a realidade dura em que vivia, com seus problemas pessoais de diversas naturezas, com os árduos combates políticos travados no movimento operário com organizações externas, ou com posições internas de seu próprio grupo. O fato é que o *Capítulo VI* traduz, no auge da elaboração de *O Capital*, uma forma específica de expor o conteúdo científico da crítica da economia política. Talvez, segundo a visão de Marx, não o modo necessário para aquele período.

É interessante notar que a mesma dificuldade em definir o modo adequado de apresentação ocorre em relação a um texto genial de 1857: a *Einleitung* (Introdução). Por duas vezes Marx suprime textos que poderiam, de forma rápida, antecipar os resultados que deveriam ser expostos como desembocadouro de sua argumentação. Para ele não se poderia adiantar resultados que deveriam ser provados. As provas viriam com uma circunspecta discussão dos temas e com o progressivo apresentar das conclusões. Diz Rosdolsky sobre a *Introdução* suprimida:

“A tudo isso queria antepor Marx uma *Einleitung* em que se expunham ‘as condições abstratas gerais que correspondem em maior ou menor grau a todas as sociedades’. No entanto, já em fins de 1858 decidiu renunciar a essa Introdução, porque considerava molesta ‘toda antecipação de resultados que deveriam ser demonstrados” (ROSDOLSKY: 1989, 36).

Pensamos que esta Introdução discute as condições abstratas de toda sociedade para apresentar o que deve ser caracterizado como específico do capitalismo, em contraste com modos anteriores de produção, mas também em relação a um provável modo de produção

posterior. Discutiremos a Introdução de 1857 e quais os resultados antecipados no capítulo seguinte.

Nos *Manuscritos de 1863* Marx volta a mencionar uma Introdução “desta natureza” (ROSDOLSKY: 1989, 36 – nota de rodapé 5). Esta antecipação é uma expressão da natureza do momento vivido por Marx. Cabe adiantar os resultados em 1857, quando a aproximação do “dilúvio” revolucionário exigiria que o texto dos *Grundrisse* fosse lido evitando imaginar categorias gerais eternas. Era necessário determinar uma análise, já de início, distinta da “economia vulgar” e dos socialistas proudhonistas. O ponto de partida da argumentação deveria compreender as distintas épocas históricas, suas semelhanças e especificidades. Defendemos que, provavelmente, Marx esperava definir de onde deveria partir uma nova formação social, uma forma de organização que eliminasse os pressupostos das sociedades baseadas na exploração e, particularmente, na exploração capitalista.

Como dissemos anteriormente Rosdolsky analisa os *Grundrisse* de um ponto de vista diverso do nosso; não como obra programática de combate, mas como um estágio na elaboração da madura crítica da economia política. Diz ele:

“Mas, quais foram os motivos dessa modificação, e que relação tem a mesma com a metodologia da obra de Marx?... Resulta significativo (e, ao mesmo tempo, vergonhoso) que esta pergunta tão fundamental para a compreensão do edifício doutrinário marxiano somente haja sido colocada em 1929, precisamente pelo autor de *A Lei da Acumulação*, Henryk Grossmann” (ROSDOLSKY: 1989, 50).

Rosdolsky se refere às modificações dos planos de Marx para a elaboração de sua obra. Compreendemos que esta seja uma pergunta fundamental. Porém, preferimos seguir uma forma distinta da de Rosdolsky de analisar os *Grundrisse*: não como parte dos planos, mas como obra de apresentação de um manifesto de orientação da revolução. Não da revolução a surgir da crise de 1857, mas da revolução pela qual trabalha Marx, seja neste período, seja no restante de sua vida intelectual.

Outro momento relevante da interpretação de Rosdolsky indica que sua leitura dos *Grundrisse* remete aos planos para a elaboração de *O Capital*. Afirma ele acerca de uma parte da *Introdução* de 1857 sobre o método da economia política:

“Nos remetemos a esta passagem, tão frequentemente citada na literatura marxista, porque também nos ilustra acerca do plano estrutural de Marx

de 1857; porque já revela que esse plano (como ocorreria também com *O Capital*) ‘segue o caminho das determinações abstratas ao concreto’, quer dizer que, de modo algum ele pode ser interpretado no sentido de uma subdivisão ‘desde o ponto de vista material’. Mas isto não é tudo. O plano original foi evidentemente concebido de tal maneira que nele tem lugar repetidamente o processo da síntese, do ‘elevar-se do abstrato ao concreto’ (ROSDOLSKY: 1989, 54).

Notamos que, neste ponto essencial, há uma unidade entre o plano de 1857, com os *Grundrisse*, e o plano que orienta *O Capital*. O essencial aqui é o método, mas este é indicativo de onde se deseja chegar. Marx quer elevar-se do abstrato ao concreto.

Talvez abstrato e concreto representem aqui os equivalentes categoriais de abstrato e concreto para Hegel. Neste, abstrato é o que não obedece ao plano histórico, ao desenrolar do desenvolvimento histórico, algo que tomou um rumo infértil, afastando-se da possibilidade de alcançar o “sistema da vida ética”. Concreto traduz o passo adequado e necessário a ser dado pela humanidade naquele momento específico, como o estágio possível de uma época produzir para si mesma.

Para Marx abstrato e concreto apresentam a semelhança de que possuem a natureza de algo a ser eliminado (o abstrato) e algo a ser preservado ou alcançado (o concreto). O abstrato não é irreal, nem em Hegel, nem em Marx. O abstrato para Marx é, na sociedade capitalista, a realidade dominante: o valor. Elevar-se do abstrato ao concreto significaria superar o método da economia política, superar a sociedade mesma onde a economia e o valor alcançaram a posição dominante, e atingir o concreto de uma nova ciência crítica, e de uma nova sociedade onde o abstrato terá sido superado.

Explicaríamos assim a síntese: superação de uma realidade dominada pelo abstrato e construção de uma sociedade que seja a manutenção dos elementos concretos, nos arriscaríamos a dizer positivos. Tal perspectiva está configurada nos dois planos da obra de Marx, é o que admite Rosdolsky. Aí está um dos elementos que une os dois períodos: o objetivo é elevar-se do abstrato ao concreto, não somente na exposição; não se trata somente de uma diferença expositiva, algo como um caráter estilístico. Estilo literário e o objetivo estão unidos na práxis política. Marx não desprezaria este ponto, ao contrário, a sua quase obsessiva busca de um estilo adequado é revelador do que está em jogo: o estilo deve obedecer ao momento histórico.

Onde está o abstrato na economia? Ele se apresenta como “fatores da produção” (ROSDOLSKY: 1989, 56), como capital, terra e trabalho, que se definiriam como elementos indispensáveis de qualquer forma de produção, independentemente do momento histórico. Mas esta é apenas a aparência do conteúdo real de uma abstração dominante: o domínio do capital sobre os meios de produção, o que produziria “... ‘a mistificação do modo capitalista de produção, a coisificação das relações sociais’” (ROSDOLSKY: 1989, 56).

O abstrato é o objeto da crítica, é o alvo do ataque decidido da classe operária, por representar a própria condição da formação social capitalista. O abstrato não representa um elemento simples que está na base de uma investigação, com se caminhássemos do abstrato ao concreto de forma natural e tranqüila; na verdade, ele representa a própria estrutura da condição social capitalista, como contínua abstração por meio do mercado da posse dos meios de produção por uma parcela da sociedade. Ao abstrato cabe o combate, a derrocada.

Os pressupostos desta sociedade capitalista são abstratos. Qualquer sociedade que busque substituí-la deve eliminar a abstração, sob pena de nada alterar na formação social. Utópico, no sentido combatido por Marx, é a incompreensão da abstração.

Outra identidade fundamental entre as duas obras oriundas de planos elaborativos diferentes, os *Grundrisse* e *O Capital*, segundo Rosdolsky, está no âmbito definido em que se baseiam. Diz ele:

“O que Marx esboçou já em 1857-1858 é, de fato, também o programa de sua obra posterior. Pois, da mesma forma que os *Grundrisse*, os tomos I e II de *O Capital* se limitam unicamente, no fundo, a ‘enfocar em sua pureza o fenômeno da formação do capital’, e à análise do processo de circulação e de reprodução ‘em sua forma fundamental, reduzido à sua expressão mais abstrata’, quer dizer, à consideração do ‘capital em geral’” (ROSDOLSKY: 1989, 79).

Compreendemos que o “capital em geral” não expressa uma categoria a-histórica, mas uma determinação clara: o domínio do capital sobre a forma social, não sendo considerado em seus embates particulares, nas contradições dos capitais particulares. A passagem citada acima pode ser lida como uma limitação, ou algo como uma análise fria da realidade capitalista, mas o objetivo de Marx é determinar o controle global do capital sobre as mais diversas manifestações da produção no capitalismo. A expressão “mais

abstrata” do capital é a mais geral, a mais ampla manifestação de princípio da organização social capitalista.

Nas duas obras, reconhece Rosdolsky, o tema é o mesmo, o que nos leva a pensar que talvez os planos de elaboração de Marx para a sua obra não sejam tão distantes entre si. Trata-se, na verdade, de momentos distintos de apresentação da orientação política da ciência que permitiria superar a sociedade do capital. Superar indica eliminar e construir.

Eliminação e construção podem ser vistas em uma passagem dos *Grundrisse* a que remete Rosdolsky. Nela Marx trata da crítica a Proudhon e a suas propostas de reformulação do sistema produtor de mercadorias. Diz Marx por intermédio de Rosdolsky:

“Portanto, segundo Proudhon, ‘tudo deve *vender-se*, nada *emprestar-se*’. Proudhon prefere ater-se à forma mais simples, mais abstrata do intercâmbio’, sem compreender que ‘o intercâmbio das mercadorias se fundamenta no intercâmbio entre capital e trabalho’, e que precisamente desse intercâmbio surge necessariamente não somente a categoria do lucro, mas também a dos juros. Em conseqüência, não compreende que ‘para abolir os juros, teria que abolir o *capital* mesmo. O modo de produção fundado no valor de troca, e por conseguinte também o trabalho assalariado” (ROSDOLSKY: 1989, 433).

Esta argumentação de Marx é essencial para compreendermos a relação entre a crítica ao socialismo proudhoniano e ao capitalismo e a elaboração de propostas alternativas de sociedade. O negativo assume a forma de positividade, não ocorrendo uma separação entre a crítica e a proposição. Ao adentrar na crítica a Proudhon, Marx necessitou expor as categorias a serem eliminadas para a superação do modo de produção capitalista, e que permite extrair as proposições a serem implementadas em um modo de produção futuro. Porém, Marx não se deterá em indicar vagamente tais mecanismos. Veremos no capítulo VI as propostas concretas de Marx.

Como afirmamos anteriormente a análise de Rosdolsky se dirige para outro objetivo, que é o de apresentar os *Grundrisse* como caminho para *O Capital*, o que não divergimos, pois a obra de Marx é marcada por alterações de planos suficientemente tratados pela obra magistral de Rosdolsky. Porém, nosso trabalho dedica-se a outra abordagem: a de compreender os *Grundrisse* como manifesto para uma sociedade futura. Veremos agora outra leitura da obra de 1857-8: a de Antonio Negri.

I.2 – Interpretações dos *Grundrisse* a partir de Antonio Negri

Antonio Negri discute os *Grundrisse* a partir de “um curso que havia ministrado em Paris na *École National Supérieure* de la rue de l’Ulm em 1978” (NEGRI: 2001, 7). Suas aulas foram posteriormente transformadas no livro “Marx oltre Marx”, onde os sete cadernos dos *Grundrisse* são analisados minuciosamente. Ressaltamos aqui que o objetivo de Negri já difere do de Rosdolsky, por não incluir a obra de 1857-8 como parte dos planos de *O Capital*. Diz ele:

“Na realidade, penso que este texto deve retornar à circulação pela atualidade teórico-política que apresenta. Nos *Grundrisse*, de fato, Marx não se limita a elaborar um certo número de categorias de crítica da economia política que utilizará depois em *O Capital*; nem se contenta em definir o método da crítica da história e da economia capitalista, esse método que é matriz e dispositivo de seu materialismo constitutivo; nem, enfim, se mostra satisfeito com a tradução em termos políticos da proposta comunista que efetua aqui, retomando e transformando a inspiração humanista de suas obras juvenis. Nos *Grundrisse* se trata de algo muito distinto. Trata-se, em particular, de uma extraordinária *antecipação teórica* da sociedade capitalista madura” (NEGRI: 2001, 7 – grifos do autor)².

Aqui encontramos nitidamente outra leitura, a de uma antevisão de Marx para a sociedade capitalista em sua expressão mais abstrata: o domínio da ciência sobre a produção. Porém, é interessante notar que Negri aborda um ponto que consideramos fundamental, que é a existência de uma proposta comunista apresentada em seus *Grundrisse*. Mas, Negri dirige o seu olhar para a capacidade do método de Marx para a compreensão do desenvolvimento capitalista. Diz ele:

“A projeção marxiana da análise do desenvolvimento capitalista do ‘sistema de máquinas’ nos conduz, portanto, ao coração da realidade atual. É evidente que nos tempos de Marx, essa projeção potente não

² Tradução nossa.

podia deixar de ser considerada utópica. No entanto, a força do método marxiano assim como o formidável impulso dado ao desenvolvimento capitalista pela luta de classes (desta o método marxiano interpreta a alma) produziram a realidade desta utopia” (NEGRI: 2001, 8).

A motivação da análise de Negri é extraída da importância dos *Grundrisse* para a compreensão da realidade atual. Algo já percebido por Rosdolsky, que em seu isolamento de exilado do regime stalinista procurava meios teóricos poderosos para a direção das ações políticas. Compreendemos que os dois autores acertam ao perceber tanto a atualidade dos *Grundrisse*, como a sua extraordinária força teórica, o seu caráter seminal na compreensão desta realidade. Apesar disso, interpretamos esta obra sobre um outro ponto de vista, que não nega os anteriores, mas que afirma a proposição de que aí se encontra um manifesto da luta política dos operários contra o capital.

Abordamos os *Grundrisse* por outra faceta, a da compreensão das tarefas necessárias para eliminar os fundamentos da sociedade capitalista. É interessante notar que a primeira edição desta obra, tendo Riazanov à frente, capte a noção de análise dos fundamentos e a nomeie com o termo alemão para as bases da construção de um projeto: “grundrisse”. Preferimos chamar os “fundamentos” de “princípios”, tanto das sociedades anteriores ao domínio do capital, como nesta, mas também de uma sociedade futura: o comunismo.

Negri orienta a sua análise para a luta de classes e para a previsão científica da realidade, o que consideramos correto, porém não suficiente. Diz ele:

“Em um escrito que Gilles Deleuze havia elaborado e que a morte prematura lhe havia impedido de publicar, *La Grandeur de Marx*, se estuda e se identifica precisamente este fazer-se real da teoria marxiana como dispositivo ontológico. O comunismo, diz Deleuze, é um conceito que a força da multidão faz que se converta em ‘nome comum’, um nome que corresponde ao modo de ser da resistência subjetiva, ou seja, que em seu devir, dota de realidade à utopia” (NEGRI: 2001, 8).

Ressaltamos que a resistência subjetiva envolve a necessidade de um projeto, de uma análise que permita orientar a ação. O comunismo só pode ser fruto da ação coletiva, algo que fez Marx criticar a Hegel nos *Manuscritos de Paris*. Hegel compreenderia a transformação como parte de subjetividade do intelectual que concentra a força teórica do

projeto. Para Marx o conceito deve unir-se à prática, a elaboração do intelectual inexistente como concretude se não estiver unido à força de luta das massas. Eis o terreno fértil em que utopia e cientificidade revolucionária precisam distinguir-se. A proposição da análise científica de transformação da realidade não pode ser utópica, mas concreta; o utópico encontra o abstrato, a alteração não radical, a manutenção dos “fundamentos” anteriores, a incapacidade de propor novos “princípios”. Já Negri parece compreender este tema de forma diferente ao afirmar que:

“O delineamento epistemológico, quando é crítico, sempre é utópico: sua verdade, no entanto, consiste em fazer que viva no movimento histórico das multidões, no cérebro dos homens, entre acontecimento e acontecimento, o devir real do nome comum: neste caso, do comunismo” (NEGRI: 2001, 8-9).

Diríamos que a crítica não é utópica, mas propositiva. A análise crítica do real precisa propor a sua resolução. É neste sentido que Marx na mais famosa das *Teses sobre Feuerbach*, a décima primeira, define que o papel não é somente a interpretação, mas a transformação. Utópico acabou por ganhar uma outra dimensão com a segunda metade do século XX, ou até mesmo com a queda das sociedades do Leste europeu. Porém, usamos este termo ainda no sentido marxiano, em que há uma linha nítida entre o utópico como a proposição que não compreende os fundamentos da sociedade do capital, tentando reutilizá-los, e o científico não positivista de Marx, de uma cientificidade que é o resultado da interpretação e transformação coletiva humanas.

Na lição 1 de seu tratado *Marx Oltre Marx*, intitulado “Os *Grundrisse*, obra aberta”, Negri começa por identificar o papel da crise de 1857 na compreensão de Marx de que se aproximava um “dilúvio” revolucionário. Logo Negri expõe o seu ponto de vista sobre a crise e a atitude de Marx em apressar-se para redigir sua obra. Afirma ele:

“A crise iminente não fundamenta unicamente a previsão histórica, mas se traduz em uma síntese prático-política. A catástrofe iminente não é catástrofe capitalista, a não ser na medida em que é *possibilidade de partido*, de fundação de partido. A descrição da crise iminente é, ao mesmo tempo e imediatamente, polêmica contra o ‘verdadeiro socialismo’, contra todas as mistificações e deformações do comunismo” (NEGRI: 2001, 15).

Concordamos que a crise não é a derrocada do sistema capitalista sem que haja uma alternativa que possa opor-se a ele. Compreendemos desta maneira a idéia de partido em Negri. Não bastaria que surgisse uma organização política, é preciso a atividade política ocorra em um patamar superior de expressão da luta de classes. Isto envolve a ação política e a existência de uma capacidade interpretativa correta da situação. Esta é a “síntese prático-política”. Uma interpretação distinta da de Negri, que afirma:

“O fato de ‘trabalhar como um condenado’ na teoria é o impaciente rechaço do eclipse da prática: ainda que esta não possa ser verificada..., a análise deve redescobri-la agora no momento mesmo em que ele se desenvolve, já que aponta para a subjetividade revolucionária implicada na crise. O caráter de síntese do trabalho marxiano se acha dentro da relação entre previsão e *déluge*: para o capital constituem catástrofes o partido, a subjetividade comunista estendida, mais a vontade e as organizações revolucionárias” (NEGRI: 2001, 15).

Concordamos com Negri que o eclipse da prática parecia, para Marx ter chegado ao fim, a crise parecia indicá-lo. Além disso, concordamos que a crise não necessariamente traz a catástrofe ao capital, ele pode até beneficiar-se dela; somente a catástrofe desenvolvida pela subjetividade revolucionária é temerária. Eis o ponto fulcral: a subjetividade é o tema definidor, isto marca a pressa de Marx em redigir os *Grundrisse*, a necessidade de orientar a subjetividade revolucionária, e esta envolve a capacidade de combate, de análise e de proposição de uma forma superior de organização social.

A “previsão” e o “dilúvio” não esgotam o que está em jogo para Marx em 1857. Negri parece apostar unicamente na previsão da explosão revolucionária, na capacidade de entender os desdobramentos da crise, o seu agravamento ao ponto de colapso. Mas, já não se trata de previsão econômica em Marx, o seu método ultrapassa o acompanhamento do desenrolar da conjuntura econômica, trata-se de extrair direções para a crise. É urgente dirigir as lutas das massas para o ponto específico da revolução, não somente da revolta, ou do motim. A revolução exige um conteúdo programático, um rompimento radical com as condições sociais anteriores.

Negri chega a tangenciar este ponto central ao discutir a influência de Hegel sobre a elaboração dos *Grundrisse*. Marx examinou a *Lógica* de Hegel como orientação de sua elaboração, algo que já enunciamos no tópico sobre a leitura de Rosdolsky. Citamos Negri:

“Não resulta casual, pois, que na origem dos *Grundrisse*, junto à atividade de crônica e de polêmica desenvolvida por Marx em seu trabalho para o periódico estadunidense e à exploração crítica das categorias da economia política, se insira a releitura de Hegel” (NEGRI: 2001, 15).

É extremamente interessante notar que as atividades de Marx se integram: a crítica política, a crítica às categorias da economia política e a análise da compreensão de Hegel para a lógica não formal, mas para a lógica do desenvolvimento social. Negri acerta ao dizer que não há casualidade nesta tríade de tarefas de Marx. Aí estão condensadas as partes centrais da atividade intelectual de Marx. Mas por quê Hegel está aí? Porque é preciso interpretar o conjunto do desenvolvimento da História humana e apontar um futuro racional. Porém, não mais a racionalidade voluntarista de Hegel, onde a atividade intelectual solitária entende os caminhos inexoráveis da Razão na História. A razão agora é a produção de uma alternativa advinda das contradições internas do sistema capitalista e de sua superação pela atividade revolucionária das massas, uma atividade capaz de compreender quais as raízes do capital e a forma de extirpá-las. Para Negri:

“O racional do método que Marx busca aqui é o aspecto teórico-prático da insurgência revolucionária. A crise iminente exige esta racionalidade. Faz tempo que se acertou as contas com Hegel, retornando-se a ele crítica e cientificamente: agora de Hegel se toma praticamente aquilo que constitui sua contribuição irreduzível, o espírito de síntese teórico-prática” (NEGRI: 2001, 16).

A “síntese” não é somente a análise fria dos fatos que podem advir de uma crise mundial capitalista, mas a direção concreta a ser tomada pelas forças revolucionárias que poderiam ser geradas por esta crise. A síntese entre teoria e prática envolve a elaboração teórica da tarefa dúplice de análise e afirmação, proposição. O momento da proposição não nos parece abordado suficientemente em Negri. O que achamos que se confirma na passagem seguinte:

“... assistimos ao longo dos *Grundrisse* a um movimento para frente da teoria, cada vez mais coerente, dirigido à identificação do momento fundamental que é o *antagonismo operário coletivo - capital coletivo*, representado na forma da crise” (NEGRI: 2001, 17-8).

O momento do antagonismo não é o centro dos *Grundrisse*, em nosso entender, mas a compreensão das pilastras do capitalismo e, conseqüentemente, do que deve ser removido para a construção da nova sociedade. Marx não tentaria somente identificar o momento mais propício de uma crise capitalista, pois assim ele ainda estaria no campo da economia política e suas previsões de cenários. A superação da economia política não implica em adquirir instrumentais mais refinados de análise do capital e seus movimentos. Tais instrumentais são alcançados devido ao alcance de uma nova forma epistemológica, como disse Deleuze em citação anterior, mas como parte de uma crítica que identifica a própria essência indissociável do capitalismo: a sua natureza de sociedade da exploração, marcada por contradições sociais insolúveis internamente. O próprio instrumental de Marx é para a identificação dos mecanismos da exploração e, o que compreendemos ser decorrente disto, a da forma de sua superação. Vejamos o que Negri afirma:

“As duas transições teóricas fundamentais consistem, na primeira parte dos *Grundrisse*, na definição da *lei da mais-valia*; na segunda parte, na *extensão da teoria da exploração* (a lei da mais-valia) *ao interior dos mecanismos da reprodução e da circulação* do capital e, portanto, na tradução da lei da exploração em lei da crise e da luta de classes pelo comunismo” (NEGRI: 2001, 18).

Os instrumentais de análise tornam-se superiores por apresentarem o capitalismo como sistema baseado na exploração. A luta de classes tem como centro a eliminação da exploração, o que decorre da substituição do capitalismo pelo comunismo, não somente a luta de classes pelo comunismo, como diz Negri, mas decorre da implementação do próprio programa comunista. Negri parece deter-se no momento da luta, no confronto entre “operário coletivo – capital coletivo”, no conceito fundamental de suas lições de interpretação dos *Grundrisse*: o conceito de antagonismo.

O antagonismo é, para nossa interpretação, o momento negativo da síntese. A superação das contradições do sistema de exploração é que representa a afirmação, a positividade, o objetivo da práxis revolucionária. Marx não divergia de outros representantes do movimento operário somente por compreensões distintas sobre o funcionamento do capitalismo, mas também por algo derivado desta análise distinta: suas propostas de sociedade futura conservando as categorias centrais do modo de produção capitalista.

Neste sentido, os *Grundrisse* representam um texto especial para a compreensão das diversas tarefas levadas a cabo por Marx. Por sua natureza de combate e de afirmação este texto de 1857-1858 tem uma relevância extraordinária para os objetivos da obra marxiana. Negri reconhece esta característica dos “manuscritos de 57”. Diz ele:

“O fato é que os *Grundrisse* não são unicamente um texto utilizável para estudar a constituição d’*O Capital*: são *um texto político*, a conjunção da apreciação da possibilidade revolucionária apresentada pela ‘crise iminente’ e da vontade teórica de uma síntese adequada da ação comunista da classe operária frente àquela: constituem a teoria desta relação dinâmica” (NEGRI: 2001, 20-1).

Concordamos com Negri neste tópico, os *Grundrisse* têm uma forma particular de apresentar as ações da classe operária para a derrocada do sistema do capital. Nossa concordância é dependente da determinação mais clara do que seja a “síntese”. De que síntese trata Negri? Talvez possamos elucidar esta questão, que nos parece tão importante, por meio da compreensão de Negri sobre o papel e o significado d’*O Capital*.

A polêmica sobre a relação entre as obras de 1857-8 e a de 1867 já era desenvolvida por Rosdolsky. Este atribuía à primeira o papel de plano anterior, ou “estrutura originária” (NEGRI: 2001, 18) e a *O Capital* o papel de “estrutura modificada”. Estaria em ação uma diferença de planos. Discutimos no primeiro item a nossa visão acerca desta abordagem. Agora cabe apresentar a compreensão de Negri, que é bem clara e oposta à de Rosdolsky. Diz ele:

“As gêneses de *O Capital*, expostas por ilustres companheiros estudiosos, se acham a meu juízo viciadas pela premissa de que *O Capital* constitui o ponto mais elevado da análise marxiana” (NEGRI: 2001, 18).

Concordamos com Negri: a obra posterior não é superior à de 1857. Aqui já não devem sobrar dúvidas, como as que pululam em torno das obras de “juventude”. Os *Grundrisse* estão nitidamente na maturidade do pensamento de Marx, que compreende a sua obra como um resultado de seus estudos sobre a economia política. Estamos em um estágio de um conjunto de obras de relativa igualdade conceitual. Mudam essencialmente as formas de exposição. Mesmo no período decisivo para a publicação d’*O Capital*, podemos encontrar uma obra de linguagem revolucionária, de manifesto programático: o *Capítulo VI*. Marx se refere a esta como dotada de linguagem feroz, algo que não era

adequado à exposição de sua ciência naquele momento. Não percebemos superioridade conceitual em qualquer das duas obras, mas diferenças de estilo determinadas pelas condições da luta de classes vigente em cada uma delas.

Por enquanto, Negri infere que *O Capital* não é superior, mas como ele visualiza os *Grundrisse* no conjunto da obra? Diz ele:

“*O Capital*, inversamente constitui quicá verdadeiramente *uma parte* da análise de Marx. Mais ou menos importante. Viciada, no entanto, por uma apresentação categorial que com freqüência limita e transforma sua eficácia. ‘Encantamento do método’ d’*O Capital*, reconheciam os companheiros italianos não faz muito: ‘bloqueio da investigação’, concluíam. A objetivação das categorias d’*O Capital* bloqueia a ação da subjetividade revolucionária. Não serão os *Grundrisse* – o veremos em seguida – um texto de apoio da subjetividade revolucionária? Não será que reconstroem o que a tradição marxista com freqüência há rasgado, quer dizer, a unidade da constituição e do projeto estratégico da subjetividade operária? Não será que apresentam esse Marx *integral* que outros textos atomizam e definem unilateralmente?” (NEGRI: 2001, 21).

Há muito que comentar aqui. Começaremos por dizer que *O Capital* não representa uma parte da análise de Marx, mas uma determinada forma de abordar o conjunto da obra, que corresponde ao momento histórico. O próprio Marx tem enormes escrúpulos na edição por temer uma exposição unilateral.

Entramos, então, no segundo argumento: a apresentação categorial é iniciada, como dissemos no tópico I.1, pela mercadoria e seu desenvolvimento até chegar à forma dinheiro. Este era um assunto caro a Marx, que dirigia sua crítica aos proudhonistas. A categoria da mercadoria é basilar para a transformação da sociedade capitalista em uma forma distinta de vida social.

O método d’*O Capital* não representa um “bloqueio da investigação”, “encantamento do método”, em nosso entender, representa uma nova ciência, uma nova forma de compreensão. Era preciso uma demonstração circunspecta das suas conclusões; tornava-se, assim, a condição para a ação. Eis aqui o ponto central da diferença de avaliação entre Negri e a visão que defendemos: mudam as linguagens, mas o objetivo central continua o mesmo, a orientação da ação revolucionária. Deter-se em formas de

linguagem derivadas das situações políticas estabelece uma distinção artificial e, assim consideramos, incorreta da obra de Marx; o que acaba por permitir ilações sobre a superioridade de um escrito marxiano sobre outro.

Negri posiciona-se pela escolha dos *Grundrisse* como texto que apresenta o Marx integral, onde “constituição” e “projeto” da subjetividade revolucionária estão unidos. Porém, em *O Capital* também estão constituição e projeto, somente separáveis se a obra de 1867 for entendida como texto de economia, porém, este não é o sentido. Perpassa o texto a idéia de crítica, o combate por meio da demonstração dos fundamentos do modo de produção capitalista. Não afirmamos que Negri é partidário da concepção de que *O Capital* é um trabalho de economia, mas sua rejeição a esta leitura faz com que enverede por uma idéia de que aí está um texto parcial de Marx.³

Apesar de nos afastarmos da análise de Negri, concordamos que os *Grundrisse* possuem a linguagem da “subjetividade revolucionária”, algo como um chamamento à revolução, um manifesto comunista reelaborado. O centro de nossa divergência está em que este “manifesto” não se detém em ação de “antagonismo”. O antagonismo é o combate, mas a essência de um conteúdo programático está em suas propostas. Marx dedica boa parte dos *Grundrisse* a combater equívocos dos proudhonistas em suas proposições, algo devido ao risco de que tal orientação de uma revolução poderia levar ao malogro e ao desastre.

O “Marx integral” tornou-se objeto de disputa. A escavação de seus textos em busca da revelação oculta, do que não foi dito, de algo esquecido, de uma passagem elucidativa final, esquece que suas obras, publicadas ou não durante a sua vida, trazem uma unidade fundamental: a orientação para a derrocada do capitalismo.

O Marx dos *Grundrisse* não difere essencialmente do d’*O Capital*. Diferem as formas de exposição, algo fartamente documentado por sua *Briefwechsel* (correspondência). Não há alterações categoriais ou de objetivos substanciais descritas em suas cartas, ou em suas obras. Há uma unidade decisiva na maturidade de Marx: a construção de uma sociedade que superasse as formas de exploração do capitalismo.

³ Karel Kosík discute a natureza de *O Capital* como texto de economia ou filosofia em seu livro *Dialética do Concreto*.

Negri dirige sua atenção para o antagonismo como categoria central do texto de 1857-8. Para ele não é possível transpor o caráter antagonístico, o que concordamos desde que este antagonismo seja compreendido como forma positiva e resolutiva da relação de dominação do capital. Diz Negri:

“A crise e a luta de classes se articulam tão profundamente que em uma se configura de modo imediato dentro desta dialética antagonista como catástrofe, na outra como comunismo, pólo real, físico de uma vontade implacável e necessária de eliminação do adversário” (NEGRI: 2001, 22).

A dialética antagonista é catástrofe e comunismo, mas o comunismo não é somente a “vontade” de eliminação do adversário. Ele ultrapassa o voluntarismo e é determinado pela cientificidade de um conteúdo programático. Esta é a diferença entre a nossa análise dos *Grundrisse* e a análise de Negri. Vejamos o que afirma a seguir este autor:

“À margem do antagonismo não somente não existe movimento, sim que nem sequer existem categorias. A originalidade, a felicidade, a frescura dos *Grundrisse* radicam todas elas nesta incrível abertura. A ciência aqui se apresenta com aquela paradójica inconclusividade que determina necessariamente a compreensão em seu interior da determinação subjetiva” (NEGRI: 2001, 22).

O antagonismo é realmente decisivo em toda a obra de Marx a partir de 1844. Não apenas nos *Grundrisse* encontramos a determinação de levar o capitalismo ao seu termo. Além disso, não concordamos que os *Grundrisse* expressem uma “inconclusividade” paradoxal. O paradoxo existe apenas quando não se percebe as determinações apresentadas por Marx, ao longo de todo o texto, sobre os princípios que dirigiriam a construção do comunismo. A “determinação subjetiva” não se esgota na ação das massas, esta sim ancorada em uma indefinição a priori, marcada pela impossibilidade de prever seus movimentos, como em toda revolução. Esta determinação subjetiva inclui a parte do intelectual revolucionário e sua capacidade de proposição à ação das massas. Marx não se caracteriza pelo voluntarismo, mas pela freqüente orientação ao movimento revolucionário, do contrário ele teria se mantido na mera identificação formal dos efeitos da dominação do capital, a exploração.

Negri se detém, em nosso entendimento, na compreensão do passo da vontade subjetiva da luta revolucionária. Afirma ele:

“Por quê, pois, esta timidez na leitura dos *Grundrisse*? Da mais-valia ao nexo capital social-crise-subjetividade-comunismo e, portanto, à função antagonista na reprodução da relação-capital, corre o fio roxo da vontade-possibilidade de revolução. Os *Grundrisse* constituem, pois, uma aproximação subjetiva (‘a crise iminente’) à análise da subjetividade revolucionária no processo do capital. Representam simultaneamente o ponto mais alto da análise e da imaginação-vontade revolucionária de Marx” (NEGRI: 2001, 22-3).

O comunismo é tangenciado na visão de Negri sobre os *Grundrisse*. A leitura tímida em relação ao caráter antagonista desta obra é digna, de fato, de crítica. Porém, cabe-nos questionar: por quê a timidez frente às propostas comunistas de Marx ao longo do texto de 57-58? Em Negri os *Grundrisse* são a “aproximação subjetiva”, a possibilidade da “crise iminente”, o estourar de uma situação revolucionária, mas não percebemos a aproximação decisiva às proposições de princípios que norteassem a luta e a construção revolucionárias. Novamente percebemos a idéia de “um ponto mais alto” da análise de Marx, justamente por Negri estar centrado na linguagem, sem que possa perceber em *O Capital*, em *Para a Crítica da Economia Política*, nos *Manuskripte* de 1863, ou ainda nas *Teorias da Mais-Valia* a compreensão revolucionária de Marx, a elaboração conceitual para a ação revolucionária. A identificação fica mais clara se acompanharmos o raciocínio de Negri sobre a originalidade dos *Grundrisse*, ao dizer que:

“Todos os dualismos formais dos que se fofoca com frequência (análise teórica do capital contra política, dialética contra materialismo, objetivismo e subjetivismo) se acham aqui queimados e fundidos, para dizê-lo de alguma maneira, no dualismo real que constitui, na forma antagonista, o processo do capital” (NEGRI: 2001, 23).

Esta é uma passagem extraordinária. De fato, Marx consegue este efeito fenomenal que é a compreensão das contradições e a sua exposição de forma dinâmica. Negri percebe, ao nosso olhar, compreender estas conexões, mas admite que somente os *Grundrisse* possuam tal forma, por conterem a “forma antagonista”. De novo, o centro é conduzido para a linguagem. Poderíamos perguntar se a obra de Marx não está centralmente marcada

pelo antagonismo? Há algum dos seus textos pós-1844 que não busque o combate revolucionário? Ou iremos para a definição dada por Robert Kurz da existência de dois Marx: um esotérico e outro exotérico?⁴

Talvez o caminho a ser seguido na interpretação de Negri seja esse, o da existência de dois Marx. Isto se evidencia em sua discussão do trabalho nos *Grundrisse*, que é surpreendentemente próxima a de Robert Kurz. Diz ele:

“A definição do trabalho. Nos *Grundrisse* o trabalho aparece como trabalho imediatamente abstrato. Sua compreensão e sua assunção na teoria se produzem unicamente a este nível. O trabalho se faz abstrato enquanto torna-se imediatamente perceptível tão somente no âmbito das relações sociais de produção. O trabalho é, por conseguinte, unicamente definível a partir das relações de troca e da estrutura capitalista da produção. Não se acha em Marx conceito algum de trabalho que não seja o de trabalho assalariado, o de trabalho socialmente necessário para a reprodução do capital: não encontramos, portanto, nenhum conceito de trabalho que se deva restaurar, liberar, sublimar, mas sim unicamente um conceito e uma realidade do trabalho que deve ser suprimido” (NEGRI: 2001, 23).

Aqui Negri define a verdadeira raiz da escolha dos *Grundrisse* em detrimento d’*O Capital*, naquele parece haver uma rejeição integral do trabalho, sem as considerações sobre o trabalho concreto, que aparece como forma eterna de mediação entre o homem e a natureza, “... é primeiramente um processo entre o homem e a natureza” (MARX: 2005, 179). A disputa gira em torno do tema do trabalho, ou melhor, sem que se admita, sobre o comunismo. O que está em jogo é se a categoria trabalho deverá ou não permanecer no comunismo.

Para Negri o “Marx dos *Grundrisse*” só trata do trabalho em sua forma de trabalho assalariado. Em nossa visão o que se afigurava como categoria puramente antagonista, sem adentrar no mundo do comunismo, é na verdade uma disputa em torno do conceito de trabalho. Negri está correto em um ponto: os *Grundrisse* pretendem ser antagonistas e

⁴ Kurz define um Marx do movimento operário, o Marx exotérico, a partir do qual teriam surgido as formas do socialismo do Leste europeu e que está ligado à manutenção da categoria essencial do capitalismo, o trabalho. Para Kurz não há distinção possível entre trabalho concreto e abstrato.

Já o Marx esotérico seria advindo dos *Grundrisse* e a própria condição do trabalho deveria ser extirpada.

travar uma luta aberta com o capital em um momento de crise iminente, por isso Marx centra sua atenção na forma assalariada do trabalho. Esta não é uma obra de discussão, mas de agitação, um manifesto, mas, insistimos, sem um rompimento fundamental com o conjunto da crítica da economia política de Marx. Vejamos o que diz Negri a este respeito:

“Nos *Grundrisse*, o marxismo é uma teoria antieconômica: a crítica não se deixa em nenhum caso reconduzir à economia política, sim que, pelo contrário, a ciência é ela mesma movimento antagonista. Toda a economia denominada socialista é posta radicalmente em juízo por esta conceitualização da lei do valor. O marxismo não tem nada em comum com a economia socialista, utopicamente considerada ou realizada” (NEGRI: 2001, 24).

Concordamos e discordamos de Negri. De fato, o marxismo não é a teoria do valor, nem representa uma relação programática com as economias socialistas. Marx considera a lei do valor uma das pedras fundamentais do capitalismo. Ele considerava que valor, trabalho assalariado, capital, mercadoria e dinheiro deveriam desaparecer. Não é esta a “utopia” de Marx; preferimos nomear como programa de Marx. Aqui se confirma, mesmo em Negri, de que o objeto em discussão é o conteúdo programático da revolução.

Nossa discordância é centrada na compreensão de Negri de que os *Grundrisse* seriam a obra onde esta relação é claramente expressa. Não consideramos que haja dúvidas sobre a rejeição de Marx ao valor como forma social em *O Capital*. Nesta obra a teoria de Marx também é antieconômica, é crítica radical da sociedade capitalista e de seus princípios. Não encontramos aí um Marx parcial a este respeito, algo como a ocultação de conceitos “antagonistas”. Consideramos, e esperamos demonstrá-lo no sexto capítulo deste trabalho, que há nos *Grundrisse* uma linguagem abertamente programática, positiva da construção de um novo sistema social, algo que em *O Capital* existe em sua forma crítica negativa, ou melhor, intuída.

Negri hesita entre afirmar que compreende um programa de revolução em Marx sem a existência do trabalho nos *Grundrisse*, e uma economia em *O Capital*. Diz ele:

“O dinamismo aberto do ‘sistema’ marxiano se acha dirigido à identificação da relação crise-emergência da subjetividade revolucionária. Esta relação é tão absolutamente fundamental que o

marxismo bem poderia denominar-se uma *ciência da crise e da subversão*” (NEGRI: 2001, 24).

Negri está correto ao afirmar que o sistema de Marx é uma ciência da crise e da subversão; não há possibilidade de conciliação com o capitalismo. É para este rumo que está dirigida a análise de Negri. Porém, vemos que sua afirmação detém-se na crise e na subversão. Queremos propor a compreensão de que Marx não quer apenas subverter o sistema, mas erradicá-lo, construindo uma nova forma de vida social; sem isso, estaríamos unicamente no terreno da rebeldia e ainda não da revolução. Negri prossegue em sua análise:

“Toda tentativa de reduzir a subjetividade à exploração elide a definição mesma da subjetividade que em Marx se apresenta como subversão e transição. Os *Grundrisse* são, neste marco, quiçá o texto marxiano mais importante, se bem não o único, sobre a *transição*” (NEGRI: 2001, 24).

Novamente concordamos e discordamos de Negri. Em Marx não há somente a teoria da exploração, uma teoria meramente explicativa e de orientação para a economia política. O centro do pensamento marxiano é a crítica à exploração, a luta por sua eliminação e a conseqüente derrubada do capitalismo. Aqui concordamos com Negri. Mas, discordamos sobre a concepção de que os *Grundrisse* representam o único texto de Marx sobre a transição. A clássica passagem d’*O Capital* no texto sobre o “fetichismo da mercadoria”⁵ nega esta exclusividade aos *Grundrisse*, mas, como dissemos, este é um texto de acentuado teor programático, determinantemente marcado por sua característica de “manifesto social”, o que não pretende ser *O Capital*. Porém, não concordamos com a existência de uma diferença essencial do ponto de vista dos princípios defendidos por Marx para a sociedade comunista. Consideramos que Marx não altera sua visão substancial entre um e outro destes textos.

⁵ Diz Marx: “Imaginemos, finalmente, para variar, uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunais, e despendem suas numerosas forças de trabalho individuais conscientemente como uma única força social de trabalho. Repetem-se aqui todas as determinações do trabalho de Robinson, só que de modo social em vez de individual. Todos os produtos de Robinson eram exclusivamente produto pessoal seu e, por isso, diretamente objetos de uso para ele. O produto total da associação é um produto social. Parte desse produto serve novamente como meio de produção. Ela permanece social. Mas parte é consumida pelos sócios como meios de subsistência. Por isso, tem de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição variará com a espécie particular do próprio organismo social de produção e o correspondente nível de desenvolvimento histórico dos produtores” (MARX: 1988, 75).

Para Negri o conceito de comunismo nos *Grundrisse* assume uma feição distinta da de outras obras marxianas. Diz ele:

“A definição marxiana do *comunismo* tem nos *Grundrisse*, prescindindo dos fortíssimos limites que caracterizam a mesma, um caráter de radicalidade enorme. Em particular, o nexo comunismo-composição de classe é aqui fundamental. Disso deriva uma concepção do poder que é radicalmente diversa das concepções tradicionais do poder da ciência política, incluídas as de caráter marxista. O nexo composição de classe-poder, assim como o de composição de classe-transição, se articulam sobre a materialidade dos comportamentos, das necessidades, da estrutura, da autovalorização. O tema do poder no marxismo deve ser criticado, e em consequência ser refundado a partir da aprofundamento destes nexos” (NEGRI: 2001, 24).

Negri percebe que Marx define o comunismo de forma mais ampla nos *Grundrisse*, o que consideramos possível devido ao foco marcadamente de “manifesto social” que esta obra busca ter. Os limites, que Marx estabelece para definir o comunismo, são resultado da necessidade de provar por meio da argumentação científica os mecanismos de funcionamento do sistema capitalista. Somente após alcançar esta prova irrefutável, para Marx, poderia ser proposta a base sobre a qual deveria ser construída uma sociedade que substituísse os sistemas de exploração, especificamente o modo de produção capitalista. Isto não significa, em absoluto que Marx não tivesse uma proposta para o novo sistema. É o que tentaremos provar no capítulo final do nosso trabalho.

Quanto ao poder na visão marxiana, Negri acerta ao compreender que Marx não propõe a manutenção da classe operária em um novo sistema. Seu objetivo é o de eliminação do trabalho assalariado, categoria basilar do capitalismo e complementar ao conceito de capital. A classe operária desempenha, na teoria de Marx, o papel de setor social capaz de estabelecer o início da transição para a nova sociedade; é um papel político, não categorialmente definido para a sua preservação como classe. Interessante é observar que Negri adentra, neste tema, na discussão sobre a constituição do comunismo. Entendemos que nos *Grundrisse* não é possível escapar deste debate.

Os *Grundrisse* foram escritos por Marx em um momento de crise econômica de alguns mercados financeiros, crise que, acreditava ele, poderia se expandir para uma

universalização. Era uma nova oportunidade da luta comunista para a derrocada do capitalismo. Porém, com uma característica superior à luta de 1848: Marx havia desenvolvido uma forma nova de análise e de crítica, uma ciência nova⁶, que permitisse conduzir a classe operária à vitória sobre o capital, e que evitasse os erros que poderiam levá-la ao desastre.

A orientação para a vitória é o objetivo central desta obra extraordinária, uma orientação que não se detém na descrição do funcionamento do sistema do capital, mas que precisa desta descrição para entender os princípios que produzem a própria exploração, desembocando, finalmente, em propostas de princípios para o novo sistema. Além disso, a vitória precisava da crítica às visões que não analisavam corretamente os princípios do sistema capitalista. Discutiremos no próximo tópico deste capítulo uma outra parte desta tríplice tarefa de Marx nos *Grundrisse*: o combate às visões que poderiam levar o movimento revolucionário à derrota.

I.3 – A crítica aos proudhonistas

O primeiro caderno dos *Grundrisse* é dedicado à crítica das análises do proudhonista Darimon sobre a crise bancária francesa. Darimon buscava apresentar fatos que provassem a premissa definida por Proudhon, de que os males do mercado e do uso do dinheiro são derivados da utilização dos metais preciosos como sustentação da moeda, como diz Marx “... a antítese entre o fundo em metal do banco, representado por sua reserva metálica, e as necessidades da circulação...” (MARX: 1976, 54). Eis a idéia central dos proudhonistas.

Reclamam os proudhonistas que o aumento de preço do trigo não foi combatido porque os bancos elevaram o preço do ouro. Ouro que deveria ser usado para importar trigo e, assim, rebaixar o preço ao público francês. Isto demonstraria uma inseqüência por parte dos bancos, ao não atender o interesse nacional. Marx afirma que a elevação dos preços do trigo elevaria o valor do trigo, o seu tempo em trabalho, o que acabaria por ser refletido nas outras mercadorias. E ainda, a moeda é uma representação da produção nacional Diz ele:

⁶ Talvez uma referência à *Scienza Nuova* de Giambattista Vico, que também possuía um conteúdo marcado pela investigação histórica.

“Os bilhetes utilizados pelo banco para descontar os documentos deste público, são na atualidade ordens (Anweisungen) sobre o ouro e a prata. Em nossa hipótese (Unterstellung) eles seriam ordens sobre a reserva de produtos da nação e sobre a sua força de trabalho imediatamente utilizável...” (MARX: 1989, 44).

A emissão de moeda lastreada em ouro e prata não dependia somente do valor destes metais. Dependia, em última instância segundo Marx, da riqueza nacional. Aqui se desfazia a proposta proudhonista de substituir os metais preciosos como bases da moeda, por mercadorias que não fossem submetidas às mesmas flutuações dos preços do ouro e da prata. Marx inverte o problema, pois ouro e prata é que têm seus preços nas mercadorias produzidas por um país. O debate sai da forma em que está representado o dinheiro para a sua natureza baseada na mercadoria.

Darimon defende a idéia essencial de sua escola: um novo sistema bancário com modificações no sistema de crédito provocaria a abolição dos inconvenientes do capitalismo, podendo instaurar o socialismo. Afirma Marx que ele diria:

“Nosso novo sistema bancário não se limitaria ao mérito negativo de abolir a reserva em metal, deixando tudo como antes. Ele criaria em troca condições produtivas e comerciais totalmente novas, quer dizer, intervindo sobre a base de princípios totalmente novos” (MARX: 1989, 45).⁷

Vale ressaltar que as condições comerciais seriam renovadas e não removidas, algo que interessa a Marx discutir. Diz ele:

“Chegamos assim ao problema fundamental (Grundfrage)... O problema, se diz, é de natureza geral: é possível revolucionar as relações de produção existentes e as relações de distribuição a elas correspondentes mediante uma transformação do instrumento de circulação, quer dizer, transformando a organização da circulação? Além disso: é possível empreender uma transformação tal da circulação sem afetar as atuais relações de produção e as relações sociais que repousam sobre elas? Se toda transformação em tal sentido da circulação requeresse, por sua vez, como suposto prévio, transformações das outras condições de produção e

⁷ Lembramos que nosso objetivo não é acompanhar o confronto entre Marx e o proudhonismo, mas entender a expressão de Marx sobre este confronto nos *Grundrisse*.

mudanças sociais, é evidente que isto refutaria a priori tal doutrina, que propõe realizar malabarismos em matéria de circulação precisamente *para* evitar, por um lado o caráter violento das transformações, e por outro, para fazer destas transformações mesmas não um pressuposto, sim ao contrário um resultado gradual da transformação da circulação. Bastaria a falsidade dessa premissa fundamental para demonstrar uma incompreensão igual da conexão interna das relações de produção, de distribuição e de circulação” (MARX: 1989, 45).

Esta é uma passagem fundamental dos *Grundrisse*. Nela Marx discute todos os aspectos essenciais deste escrito, que são: a revolução, a crítica às idéias do socialismo proudhonista e esboça os princípios de uma sociedade futura.

Sobre a revolução Marx afirma o seu caráter violento, a sua radicalidade em romper de forma brusca e não gradual com o sistema capitalista. A violência é essencialmente voltada para a profundidade das transformações a serem realizadas, a diferença essencial contida na forma social que surgiria da revolução, o que denota o conteúdo revolucionário como elemento central. Sem a modificação do conteúdo da formação social não há revolução real. É esta a busca de Marx: quais seriam os conteúdos a serem extirpados para que surgisse uma nova sociedade? Não se trata de uma questão menor, mas da verdadeira questão que separaria a revolução da mera reforma do sistema vigente. A revolução é marcada por uma forma propositiva quanto às categorias vigentes na formação social capitalista. Marx lida com os pressupostos, com a revolução das relações de produção e com o conjunto das relações sociais. Revolução é então definida como mudança essencial das relações sociais, não sendo suficiente para isso o levante das massas. Marx discute a revolução como conceito profundo, como mudança de sociedade.

Os proudhonistas são criticados justamente por sua tentativa de transformação não revolucionária, não violenta das relações sociais. O conteúdo não revolucionário dos proudhonistas se manifesta em suas propostas de alteração não substancial das condições de produção, detendo-se em alterações da moeda em circulação, permanecendo, assim, a mercadoria, o comércio, o dinheiro, o crédito e os bancos. Revolução para Marx é uma referência direta às propostas em jogo. Revolução é uma condição dos “pressupostos” a serem alterados. A crítica aos proudhonistas é centrada neste aspecto, nesta incapacidade de perceber as bases (os pressupostos) da existência do modo de produção capitalista.

Revolução e crítica se interligam em Marx. A crítica das condições vigentes somente se transforma em crítica revolucionária se busca destroçar os pressupostos sociais do capitalismo. Daí inferimos a urgência marxiana em demonstrar esta crítica em 1857-8. Sem ela, a crítica revolucionária, não haveria modificação do sistema social. Então, a crítica se desdobra em crítica do próprio sistema capitalista e crítica das propostas que eram incapazes de romper com este sistema.

A crítica aos “utopismos” é uma decorrência da incapacidade destes em romper com os “pressupostos” do organismo social capitalista. O proudhonismo é a forma mais ativa de “utopismo” no período da elaboração dos *Grundrisse*. Daí se explica porque esta obra começa com uma discussão longa sobre a reforma bancária proposta por Alfred Darimon. Uma discussão longa, como diz Rosdolsky, mas mesmo assim não desnecessária. Ao nosso olhar representa um dos tripés da elaboração marxiana: a crítica às visões de reforma do sistema vigente, somando-se à crítica da realidade social e de seus fundamentos, de seus pilares, ousaríamos dizer, de seus “gründe”. Os *Grundrisse* não se referem somente a um esboço d’*O Capital*, mas se destinam a demonstrar fundamentos do passado, do presente e do futuro.

É para estes pontos que nossa análise se volta: para a identificação dos pressupostos, dos fundamentos que diferenciam essencialmente as formações sociais entre si. Não é possível separar a crítica à formação social capitalista e aos que desejam manter seus fundamentos, da formulação de princípios que norteariam a construção de uma nova forma social. Ainda que expressos de forma negativa, como crítica, já é antecipada a direção geral da construção do novo modo de produção. Este item completa o tripé sobre o qual está construída a obra marxiana nos *Grundrisse*.

Marx segue em sua crítica ao proudhonismo de sua época ao dizer que a sua proposta:

“Abole o dinheiro fazendo de cada mercadoria dinheiro e conferindo-lhes as propriedades específicas do dinheiro. A esta altura surge a questão de se o problema mesmo não revela seu próprio absurdo, e, por conseguinte, a impossibilidade da solução não está já nas próprias condições do problema. Muitas vezes a resposta somente pode ser encontrada negando o problema mesmo. O verdadeiro problema é o seguinte: o sistema burguês de troca não faz necessário um instrumento de troca específico?”

Não cria necessariamente um equivalente particular para todos os valores?” (MARX: 1989, 51).

Para Marx a própria existência de uma sociedade dominada pela troca deveria produzir uma forma-dinheiro. Não há como eliminar os inconvenientes do mercado e tentar mantê-lo. A proposta proudhonista busca a “reforma do sistema”, mas uma reforma que altere algumas condições no sistema monetário. Marx compreende a interligação entre os fundamentos sociais e suas expressões fenomênicas. As crises e a astuta conduta do burguês que busca tirar proveito da escassez de um bem são desdobramentos da natureza interna do sistema capitalista.

A essência do sistema determina suas particularidades. Marx propõe como tarefa a destruição do sistema de trocas mercantis, que produz o seu necessário desenvolvimento em um mecanismo monetário, seja organizado sob a forma de lastro em metal precioso, seja sob a forma de uma representação da riqueza anual de um país⁸. A destruição da moeda e não a sua reforma: este é o tema que opõe de forma inconciliável a proposta marxiana e a proudhonista. Estamos no campo das proposições e não apenas da crítica. A orientação da classe operária exigia uma postura nítida diante da propaganda dos proudhonistas. Marx não poderia se esquivar de seu combate, e diz claramente que:

“Assim, este problema [[leva a abolir]] a troca, em suas formas correspondentes à organização burguesa da sociedade. [[E]] este último problema [[leva a]] revolucionar economicamente a sociedade burguesa. Foi visto então, desde o começo, que os males da sociedade burguesa não são remediados mediante ‘transformações’ bancárias ou mediante a fundação de um ‘sistema monetário’ racional” (MARX: 1989, 58).

A revolução é transparentemente modificação das condições sociais do capitalismo para uma nova estrutura. Abolir a troca e a economia da sociedade burguesa. A racionalidade do sistema monetário já está em sua expressão burguesa, o que resta é destruí-la.

As propostas proudhonistas queriam substituir o dinheiro em metal precioso por dinheiro-trabalho, ou melhor, por bônus-horário. Marx combate esta idéia e afirma que:

⁸ É curioso notar que parte do século XX foi conturbada pela difícil questão da substituição do padrão-ouro por uma moeda simbólica, que fosse a representação do produto nacional e mundial. Marx já identificara a verdadeira raiz de uma moeda simbólica: a produção anual.

“O *preço* é este valor de troca expresso em dinheiro. A substituição do dinheiro metálico (e do papel-moeda ou moeda de crédito, que recebe dele sua denominação) por dinheiro-trabalho, que receberia sua denominação do tempo de trabalho mesmo, equipararia, portanto o *valor real* (valor de troca) das mercadorias e seu *valor nominal*, seu *preço*, seu *valor monetário*. Equiparação do *valor real e do valor nominal, do valor e do preço*. Mas, somente se chegaria a isto quando se pressupõe que *valor e preço* são distintos só *nominalmente*. Mas tal coisa de nenhum modo é certa. O valor das mercadorias determinado mediante o tempo de trabalho é somente seu *valor médio*. Uma média que aparece como uma abstração extrínseca enquanto só representa o resultado de um cálculo que nos dá a cifra média de um período...” (MARX: 1989, 61).

O capitalismo promove a abstração real do valor médio das mercadorias. A abstração é uma média em que os produtos particulares podem estar acima ou abaixo. Os ganhos e perdas dos capitalistas no mercado, as crises de superprodução e os períodos de crescimento são resultados diretos desta dialética de valor específico (*preço*) e valor médio. Os proudhonistas tentavam com uma reforma monetária que fosse eliminada essa diferença entre valor e preço. Daí todos os inconvenientes do capitalismo seriam eliminados. Marx ironiza esta ilusão. O próprio capital precisa desta diferença para existir. Não há como obter interesses e ganhos comuns para todos os participantes do sistema. Além disso, o próprio sistema se baseia na perda recorrente dos trabalhadores, por intermédio do seu pagamento em força de trabalho e não em trabalho. Como uma mera mudança de moeda poderia eliminar as perdas dos trabalhadores sem eliminar o capital? Este é o ponto central da crítica marxiana ao sistema de reformas dos proudhonistas.

Toda a crítica de Marx dirige-se à incompreensão dos perigos que reformas do capitalismo poderiam produzir: a manutenção das estruturas fundamentais. Marx busca os princípios para a construção de uma forma alternativa de vida social. Marx critica os princípios do presente para determinar os princípios do futuro. Esta é uma questão decisiva e transparece em todo o texto dos *Grundrisse*. Esta é a questão decisiva da revolução, por este motivo que o texto escrito em uma situação de espera pela revolução fosse marcado por discussões dos princípios do presente (do capitalismo) e do futuro (do comunismo).

Iremos nos capítulos seguintes tentar apresentar estes princípios. Porém, começaremos pela apresentação da “Introdução” suprimida de 1857. Ela é a abertura e o encerramento do trabalho de Marx em sua crítica da economia política, de acordo suas próprias palavras. Ela é a antecipação dos resultados. Vamos a eles.

CAPÍTULO II – A “INTRODUÇÃO” SUPRIMIDA

Marx suprimiu uma introdução para o seu texto de 1857-8. Ele a considerava um de início ao seu pensamento de crítica à economia política. Era uma introdução à sua ciência, a nova ciência que desenvolvera em confronto com as idéias dos economistas defensores do capitalismo.

A supressão deste texto é justificada com o argumento de que aí haveria uma antecipação dos resultados a serem demonstrados. Em 1857, com a iminência de uma revolução, Marx pretendia começar abertamente pelos resultados. Não havia motivo para esperar que as conclusões tiradas por seus leitores fossem alcançadas lentamente, mastigadas em uma leitura tranqüila. Pelo contrário, tratava-se de uma época de combate e de preparação acelerada, não havia motivos para esperar, era preciso determinar a forma da leitura do texto dos *Grundrisse*.

As conclusões a que Marx se refere estão na “Introdução” de 1857 como desaguadouro do seu trabalho teórico. Pertencem, pois, a toda a ciência marxiana da crítica à economia política, assumindo posições distintas dependendo da situação em que a luta revolucionária estivesse: em preparação ou na antecipação de uma conflagração aberta. Algo que acabou incompreendido e que fez com que tal texto fosse percebido como mais ligado a *O Capital*. Diz Negri a respeito da posição da “Introdução” na obra de Marx:

“Quanto às escolas francesas e italianas, que desde faz algum decênio insistem contundentemente na metodologia da *Einleitung*, o problema de suas relações com os *Grundrisse* não foi, me parece, colocado de modo direto. Na realidade, dado o caráter ‘delirante’ destes, preferiu-se evitar o problema e referir diretamente a *Einleitung* a *O Capital*. Conclusão: a metodologia de 1857 é a metodologia materialista d’*O Capital*, a *Einleitung* deve ligar-se a este” (NEGRI: 2001, 57).

A ligação da “Introdução” a *O Capital* deve-se a ela pertencer também à esta obra de 1867. Na verdade, defendemos que tal texto de introdução poderia ocupar um lugar tanto junto aos *Grundrisse*, como junto a *O Capital*. Naquele como início, neste como final. A mudança seria unicamente de posicionamento. Trata-se mais uma vez da tentativa de recortar e dividir Marx. Negri defende a concepção de que a “Introdução” pertence aos *Grundrisse*. Diz ele:

“... creio pessoalmente que a *Einleitung* se situa realmente em meio ao *salto teórico* que constituem os *Grundrisse*, que ambas formem parte de um mesmo processo criativo e que se iluminem reciprocamente; a respeito das teses das escolas italianas e francesas, me parece, em consequência, que devem ser rechaçadas e que a relação que se coloca entre a *Einleitung* e *O Capital* é idêntica à que se estabelece entre os *Grundrisse* e *O Capital*” (NEGRI: 2001, 57).

Negri coloca a situação de forma que concordamos parcialmente, de maneira similar a que fizemos no primeiro capítulo de nosso trabalho, ou seja, concordamos que a “Introdução” pertence aos *Grundrisse*. Porém, ele relaciona uma identidade entre a forma que vê esta “Introdução” e o modo como analisa uma diferença entre os *Grundrisse* e *O Capital*; qual é esta diferença? A de que o primeiro é uma obra de antagonismo, o que não seria *O Capital*. Discordamos desta leitura da “Introdução” exatamente pelo mesmo argumento que já defendemos anteriormente: há uma mudança de linguagem entre os textos de 1857-8 e o de 1867, mas o objetivo revolucionário continua o mesmo, ou seja, a posição antagônica de Marx em relação ao capitalismo é inalterada.

Em nossa visão, a “Introdução” é o princípio e o final de toda a crítica da economia política, a própria expressão da dialética marxiana, em sua especificidade e diferenciação da dialética hegeliana. Talvez por esta razão o “método” desempenhe um papel central neste texto. A crítica ao método da economia política acaba por expor o método dialético marxiano.

Discutiremos esta “Introdução” à obra marxiana da maturidade seguindo a própria divisão estabelecida no texto, com quatro tópicos centrais. Cremos que será obtido um ganho ao proceder assim, o ganho de seguir a própria forma da metodologia conclusiva de Marx, a sua demonstração das conclusões de suas investigações e o ponto central da sua diferenciação em relação à metodologia de outros pensadores.

O primeiro tópico será dedicado à produção, o segundo à relação da produção com a distribuição, a troca e o consumo, e o terceiro ao método. Devemos ressaltar que a “Introdução” possui o linguajar e o estilo próprios de uma apresentação-conclusão geral. Porém, a sua força teórica é advinda da demarcação nítida do método de Marx em relação a outras concepções teóricas.

II.1 – A Produção

Marx inicia com a produção e ela dirigirá a discussão nos tópicos posteriores. A produção acaba por permitir a compreensão do modo de produção capitalista. Esta é nossa primeira conclusão; talvez o início da investigação de qualquer modo de produção deva ser sobre como é a produção desta forma social, algo que discutiremos no terceiro capítulo sobre “os princípios do passado”, sobre as formações sociais anteriores ao capitalismo.

Marx diz que: “O objeto existente é primeiramente a *produção material*” (MARX: 1976, 21). Devemos ressaltar que a tradução inglesa de Martin Nicolaus e a mexicana de José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scaron concordam com este início, que é diferente das traduções brasileira de José Carlos Bruni, José Arthur Giannotti, Edgard Malagodi e Walter Rehfeld, e francesa de Roger Dangeville, que iniciam dizendo que: “O objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a *produção material*” (MARX: 1991, 3), no caso da tradução brasileira, e “Examinamos de início a *produção material*” (MARX: 1968, 33), na tradução francesa.

A diferença entre as versões parece mínima, mas há uma distinção fundamental: a edição brasileira dá a entender que a produção é unicamente o objeto daquele “estudo” de Marx, o que não se justifica, pois Marx pretendia defender a idéia de que o objeto inicial da análise de qualquer formação social é a produção. Já a edição francesa utilizada, apesar de atenuar esta direção, ainda atribui um caráter meramente especulativo ao tema, por tratar-se de um exame das condições da produção material, como se Marx pudesse ter começado por outro tópico.

Marx é bem claro quanto a este ponto, no sentido de que o objeto que existe é a produção material. Neste aspecto, temos a ligação entre existência e essência, a ponte entre os conteúdos de uma forma social e as manifestações fenomênicas. Inicia-se aqui a discussão decisiva sobre o que há de específico e o que é geral nas sociedades. As categorias da generalidade e da especificidade irão confrontar-se em um jogo dialético que permitirá tanto a análise da sociedade vigente, quanto enxergar o que deve ser substituído para produzir uma nova forma de produção, um novo modo de produção. Interessa-nos, sobretudo, indicar a argumentação que permita a compreensão programática da mudança social proposta nos *Grundrisse*.

Marx parte da forma social em que os indivíduos produzem. Os indivíduos existem em um todo social que lhes é preexistente. A economia política concebe tais indivíduos como estruturas autônomas, seres para quem a sociedade é algo externo. A produção deste conceito de indivíduo isolado é decorrente do rompimento com a tradição aristotélica de “animal político”. Os contratualistas defenderam a forma conceitual de um indivíduo isolado como mecanismo para romper com o pressuposto do bem-comum⁹. Diz Marx:

“Na verdade, se trata apenas de uma antecipação da ‘sociedade civil’ (bürgerlichen Gesellschaft) que se preparava desde o século XVI e que no século XVIII marchava a passos de gigante para a sua maturidade. Nesta sociedade de livre concorrência cada indivíduo aparece como desprendido dos laços naturais, etc., que nas épocas históricas precedentes fazem dele uma parte integrante de um conglomerado humano determinado e circunscrito. Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros ainda se apóiam totalmente Smith e Ricardo, este indivíduo do século XVIII – que é produto, por um lado, da dissolução das formas de sociedade feudais e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas a partir do século XVI – lhes aparece como um ideal cuja existência havia pertencido ao passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história. Segundo a concepção que tinham da natureza humana, o indivíduo aparecia como conforme à natureza, enquanto posto pela natureza, e não enquanto produto da história” (MARX: 1989, 3-4).

A investigação de Marx dirige-se a enxergar as diversas fases históricas, já desenvolvendo a sua crítica à economia política, que tenta eternizar os seus pressupostos. Seu olhar volta-se para encontrar a raiz do indivíduo isolado e em guerra competitiva com os outros, a expressão “natural” do capitalismo. Porém, a sua atenção não deixa de mirar o futuro, pois é preciso perceber que a sociedade capitalista foi produto da destruição de modos de produção anteriores, o que significa que sua própria forma é limitada no tempo.

É emblemático que no início de sua crítica da economia política Marx desvele a relação de produto histórico da sociedade vigente. A naturalidade dos princípios do modo de produção capitalista é desmontada e repostada como parte do desenvolvimento histórico.

⁹ A “felicidade” e o bem coletivo da comunidade são pressupostos para a análise de Aristóteles.

Marx discute já os princípios da sociedade capitalista. É, de fato, uma antecipação que deveria ser provada por intermédio d'*O Capital* em seu capítulo XXIV onde são discutidas as formas de acumulação primitiva que produzem o domínio do capital. Como dissemos anteriormente, era necessário demarcar o terreno sobre o qual seriam erguidos os fundamentos da discussão dos *Grundrisse*.

A própria história aparece sob novo olhar, determinada pelo exame dos tipos de sociedade e das suas diferenças. O conceito de diferença é conduzido ao centro da investigação. Marx busca superar a identidade formal, que é baseada no conceito de uma natureza humana comum, e que esconde o interesse em provar que esta mesma natureza é imutável. A identidade formal e a natureza geral permitem afirmar a eternidade do capitalismo. É esta a razão para ocultar o que é específico.

A natureza também assume uma dupla dimensão: ela torna-se a natureza geral e mistificada do conceito de “indivíduo”, e também aparece como a esfera das necessidades dos estágios anteriores ao capitalismo. Também o conceito de natureza aparecerá posteriormente trabalhado na obra de Marx. A dupla natureza da mercadoria e do trabalho já espelha esta divisão entre o concreto e o abstrato. Aqui na “Introdução” transparece um indivíduo isolado e desligado da natureza, pertencente a uma nova natureza determinada socialmente.

A ilusão dos iluministas é o auge desta crença na libertação dos laços naturais. A superação do feudalismo permite acreditar que está eliminada a dominação da natureza, de seus ciclos, de seus estreitos limites locais, das pequenas comunidades isoladas e em busca da auto-subsistência. Marx percebe que uma nova natureza se interpõe nesse projeto de libertação, a natureza da mercadoria torna-se a segunda natureza que irá dominar a vida social. Uma ironia é o resultado do programa revolucionário iluminista: a libertação da pequena vida comunitária desemboca em uma nova dominação, a dominação universal do capital, do mercado, do dinheiro e da mercadoria.

Confirma-se o que diz Marx e que o levou a suprimir a “Introdução”: ela é o final da crítica à sociedade capitalista. Mas, em uma situação pré-revolucionária tal texto precisava marcar o início, precisava apresentar o princípio por onde deveria ser norteadada a discussão.

Transparece a seguir a dialética de dependência do meio social e isolamento deste mesmo meio. Diz Marx:

“Quanto mais longe (tiefer) voltamos na história, mais aparece o indivíduo – e, por conseguinte, também o indivíduo produtor – como dependente e formando parte de um todo maior... Somente ao chegar ao século XVIII, com a ‘sociedade civil’, as diferentes formas de conexão social aparecem ante o indivíduo como um simples meio para atingir seus fins privados, como uma necessidade exterior” (MARX: 1989, 4).

O aprofundamento histórico demonstra a verdadeira natureza do trabalho de Marx. Aqui, Marx deseja entender a história em seus caminhos anteriores, mas também a possibilidade de seus desdobramentos futuros. O indivíduo é analisado em suas manifestações ao longo dos estágios históricos. As sociedades anteriores ao capital eram um todo maior visível e com o qual era preciso colaborar, sob pena de não haver sobrevivência. Na era do capitalismo a situação se inverte: a sociedade existe para os fins privados. A propriedade privada torna-se superior à existência social coletiva, perde-se a natureza coletiva. O coletivo deve servir aos proprietários privados do capital. A própria vida social é vista de forma exterior, como elemento abstrato, como instrumento distante para uso e defesa das necessidades privadas.

A era do indivíduo isolado é o tempo do capital, da propriedade privada dos meios de produção. Marx irá provar esta correlação ao longo dos *Grundrisse* e também em *O Capital*. Somente o aprofundamento, o ir mais distante para entender o conjunto das formações sociais humanas poderá identificar que a nova configuração do indivíduo é, ainda assim, a miséria humana em meio à libertação das forças universais de produção. O tempo do capital é um tempo de perda da capacidade de vida coletiva humana, mas, contraditoriamente, apresentando a possibilidade da compreensão deste mecanismo. A etapa histórica do capitalismo conduziu à dissolução da vida social coletiva, permanecendo somente o poder do indivíduo.

Marx estabelece a seguir princípios para o prosseguimento da análise, a demarcação de um campo a partir do qual a investigação pode transcorrer sem as ilusões do iluminismo e da economia política. Diz ele:

“Por isso, quando se fala de produção, se está falando sempre de produção em um estágio determinado do desenvolvimento social, da

produção de indivíduos em sociedade. Poderia parecer por isso que para falar da produção em geral, ou deveríamos seguir o processo de desenvolvimento histórico em suas diferentes fases, ou esclarecer logo de início que lidamos com uma época histórica determinada, por exemplo, com a moderna produção burguesa, que é de fato nosso tema específico. Porém, todas as épocas da produção possuem certas características comuns, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração sensata (*verständige*), pois realmente destaca o comum, fixa-o, e nos poupa a repetição. Entretanto, este *geral* ou comum extraído através de comparação, é ele próprio uma estrutura múltipla, separada em diferentes determinações. Algumas pertencem a todas as épocas; outras são comuns só a algumas” (MARX: 1976, 23 – grifos e itálicos de Marx).

Marx utiliza, nesta passagem e em seu método, a determinação histórica. Segundo ele, deve ser definida a época histórica da qual se está tratando, sob pena de ser cometido o grave erro do projeto iluminista. A investigação marxiana se deterá, como foi dito neste trecho acima, no período da produção burguesa; além disso, o centro da análise é dedicado à produção, pois sem que mudem as condições específicas de uma forma produtiva não há mudança real. Aqui Marx visa confrontar o pensamento dos proudhonistas, suas tentativas de alterar as condições da exploração mantendo inalteradas as condições da produção.

Dedica-se Marx a provar que a produção, vista de maneira geral, somente tem sentido quando está referida às épocas históricas. Mesmo o que é geral pertence ao histórico. Não há como eludir a determinação temporal da produção. A abstração sensata ou razoável (*verständige*) da “produção em geral” é necessária somente para ver os elementos comuns e que podem ser preservados em um novo sistema social de produção. Porém, o decisivo em uma revolução é compreender as diferenças, as especificidades, somente elas podem permitir ter clareza sobre o que fazer, sobre o programa revolucionário. As características comuns são importantes para entender a manutenção necessária de certos pressupostos. Algo que é necessário ressaltar para não permitir erros como o da identificação do trabalho “em geral”, com o trabalho específico no capitalismo.

Mais uma passagem que permite traçar o campo onde as discussões devem se dar. Esta é mais uma afirmação de princípios, de compreensão dos princípios. Nestes, a história

desempenha um papel fundamental, e essencialmente, a história das formas de produção humanas, suas categorias gerais e específicas. O geral e o comum dependem do que é específico. Esta é uma das diferenças inconciliáveis entre o método marxiano e as visões iluminista, da economia política e dos socialistas proudhonistas. Diz Marx:

“Mas isto não é tudo que interessa realmente aos economistas nesta parte geral. A produção deve muito mais – veja Mill, por exemplo – ser apresentada, à diferença da distribuição, etc. como independente da história e dirigida por leis eternas da natureza, o que dá oportunidade de às escondidas imiscuir as relações *burguesas* como leis naturais inderrubáveis da sociedade in abstracto” (MARX: 1976, 24).

Marx procura interligar as relações sociais, demonstrando que as mudanças entre as épocas históricas mudam também as relações de produção. Para a concepção dominante no capitalismo só haveria evolução das formas de produção, uma evolução rumo à perfeição, um desenvolvimento natural e racional promovido para eliminar as distorções das sociedades anteriores. Tudo isto apresentaria a produção burguesa como o estágio final da evolução humana, algo como a concepção de “sociedade comercial” em Adam Smith.

Para Marx trata-se de derrubar a sociedade burguesa; não somente suas formas de distribuição, consumo e circulação, mas a própria forma de produção. Aqui está destacado o objetivo revolucionário de seu pensamento, em perfeita sintonia com a idéia motivadora dos *Grundrisse*: a iminência da revolução. Nas obras posteriores prevalece a demonstração dos argumentos de forma gradual. A proposição revolucionária deveria ser alcançada ao final da discussão. Dessa forma, não há, ao nosso modo de ver, contradição entre os *Grundrisse* e *O Capital*. A “Introdução” deveria ser a abertura no primeiro, mas o encerramento do segundo. Nas duas obras Marx busca compreender as relações sociais de produção burguesas para modificá-las. A compreensão das formas das relações sociais das distintas épocas permite a Marx ver os mecanismos de transição. A mudança social decorre das modificações internas e externas do próprio processo produtivo. A compreensão da produção no sistema capitalista permite entender os períodos de crise. A crise é o sinal de tempos de mudança social; nada mais adequado para o ano de elaboração dos *Grundrisse*. Afirma ele:

“Quando as condições sociais correspondentes a uma determinada fase da produção estão surgindo. Ou quando elas já estão passando,

naturalmente ocorrem distúrbios na produção, embora em diferente grau e de diferente conseqüência” (MARX: 1976, 25).

Passemos à relação da produção com as demais categorias.

II. 2 – A Relação Geral da Produção com a Distribuição, a Troca e o Consumo

Neste tópico discutiremos o modo particular de apresentação das diversas áreas da economia capitalista. É interessante notar a passagem do texto dos pressupostos para a diferenciação entre as sociedades para a análise direta da sociedade capitalista. O segundo ponto da “Introdução” é esta transição para a compreensão deste modo de produção. Cabe a Marx provar que nesta sociedade as diversas esferas da economia continuam interligadas. Então, ele inicia pela crítica à identificação de que há um mecanismo perfeito regendo a economia capitalista. Vamos à sua argumentação:

“Na produção a pessoa se objetiva, na pessoa subjetiva-se a coisa; na distribuição a sociedade assume a mediação entre a produção e o consumo sob a forma de determinações gerais e dominantes.

“A distribuição determina a proporção (o quanto) de produtos que cabem ao indivíduo; a troca determina os produtos que o indivíduo exige através da sua parte na distribuição.

“Produção, distribuição, troca, consumo formam então um silogismo correto; a produção é a generalidade, distribuição e troca são a particularidade, o consumo é a individualidade, no qual o todo se funde” (MARX: 1976, 26).

Para as concepções do socialismo vigente as tarefas deviam ser voltadas para alteração das condições da distribuição, não cabendo modificar a produção por sua universalidade. O mecanismo formaria um todo lógico por meio do consumo; nele se mostra a individualidade. Na sociedade de indivíduos que é o capitalismo explica-se, assim, o domínio dos mecanismos de consumo; aí estaríamos no reino da liberdade individual.

Não seria necessário deter-se na investigação das condições de produção, pois elas são universais; é o que defendem economistas políticos e proudhonistas. A produção é a generalidade, a marca comum que atravessa as eras históricas de forma mais ou menos eficaz. Marx discorda deste argumento: para ele a raiz da compreensão do capitalismo está

no exame da produção. Nela se mostra a particularidade que diferencia as formas sociais. Marx inverte o método e as conclusões, pois na produção é que se revela o segredo de uma sociedade. A produção passa a desempenhar a direção da distribuição social.

No trecho anterior acompanhamos o jogo entre a visão dos que afirmam a eternidade da produção, a sua aparente neutralidade, a mera objetivação da pessoa, de uma objetividade imutável socialmente, sendo mero reflexo das mudanças técnicas. Para Marx esta visão oculta o perigo que prepara uma possível derrota do movimento operário. Assumir esta visão levaria a uma ação incorreta do movimento revolucionário. Não tocar nos fundamentos da produção seria deixar inalterado o sistema capitalista. A generalidade em que é envolta a produção disfarça a sua natureza inusitada na história humana. Sua aparente natureza geral é a consolidação de uma sociedade específica, jamais vista.

A identificação da produção-troca-distribuição-consumo como um silogismo tenta atribuir ao domínio do capital a essência lógica inquestionável. Somente os aspectos particulares do raciocínio lógico poderiam ser alterados. O campo das modificações deveria restringir-se à distribuição e à troca. A produção e o consumo seriam imutáveis; a primeira por ser geral, o segundo por estar na esfera das decisões individuais.

Marx faz entrar em cena o raciocínio dialético, em substituição ao raciocínio lógico. O particular é a produção, ela é que deve ser alterada; mais ainda, somente a sua alteração poderia criar uma sociedade nova. A particularidade a ser investigada é a produção: o que ela possui de diferente em relação aos modos de produzir anteriores. Percebemos neste tema a conexão entre o conjunto dos cadernos que compõem os *Grundrisse*. Marx precisava desvelar a produção nas formas anteriores ao capital e no próprio capitalismo para permitir que fossem compreendidas as ações a serem tomadas para eliminar a sociedade dominada pelo capital, instaurando a sociedade comunista.

É revelador que o consumo apareça, no silogismo criticado, como o desaguar do raciocínio formal. O consumo aparece como a razão da existência social, a justificação dos esforços, ou no argumento de Smith, o pagamento pelo lazer perdido. O consumo irá se tornar a marca da sociedade capitalista. Desligado da compreensão dos fundamentos da produção torna-se uma esfera pessoal, onde o indivíduo assume as feições “naturais” do egoísmo hobbesiano, ou a superioridade racional do cidadão iluminista. O indivíduo que só em sociedade pode isolar-se é o indivíduo do consumo privado, da justificativa da

propriedade privada dos meios de produção. A produção é somente a forma de expressão da potência criadora individual.

Marx desmascara esta idéia. A expressão da individualidade é limitada ao poder de domínio sobre o capital. A produção e o consumo se encontram como formas comuns determinadas pela formação social capitalista. O próprio consumo é dirigido e orientado para o interesse do capital. Em *O Capital* Marx irá trabalhar a cisão entre a necessidade e o valor, entre o valor de uso e o valor, expressão abstrata do “desejo” do capital, de uma abstração real por ser o capital uma categoria que se identifica com um indivíduo global: o mercado. Este indivíduo abstrato é a expressão da dissociação real das categorias econômicas e a manifestação do domínio do capital sobre a produção. Tal dissociação é o que permitirá a Marx, nos livros segundo e terceiro d’*O Capital*, discutir o tempo de rotação do capital e a existência das crises.

Este é um ponto fundamental da argumentação de Marx: as categorias se dissociam e isto se torna uma das bases para as crises do sistema. Diz ele:

“Os adversários dos que cultivam a economia política – provenham aqueles do interior ou do exterior de seu âmbito – que lhes reprovam dissociar grosseiramente as conexões, se colocam em seu mesmo terreno, ou melhor, abaixo destes. Nada mais comum que a acusação de que os cultores da economia política consideram a produção exclusivamente como um fim em si. A distribuição teria uma importância similar. Esta acusação está baseada precisamente na idéia dos economistas, segundo a qual a distribuição está situada ao lado da produção, como uma esfera autônoma, independente. Ou de que os momentos não seriam concebidos em sua unidade. Como se esta dissociação houvesse passado não da realidade aos livros de texto, mas dos livros de texto à realidade, como se aqui se tratasse de uma combinação dialética dos conceitos e não da compreensão de relações reais” (MARX: 1989, 10).

Os adversários interiores e exteriores à economia política envolvem os socialismos de reforma do capital. Eles partem da idéia de que não há o que mudar na produção, pois ela é uma categoria eterna e de caráter técnico. A distribuição é que representaria uma categoria de natureza política; nela subsiste a única possibilidade de mudança. Suas críticas dirigem-se à economia política para exigir alterações na distribuição. A mudança social

deveria tocar somente na forma distributiva. A crítica à dissociação das categorias já é uma percepção dissociada da realidade capitalista. O alvo não é a dissociação real, mas o desejo de alterar somente este domínio da sociedade.

Marx argumenta que a dissociação é real, pois o modo de produção tem como seu fundamento a dissociação permanente dos meios de produção pro uma parte dos membros da sociedade. A produção é uma esfera dominante e, em certa medida isolada das outras, porque é nela que a dissociação real da riqueza produzida sob a forma de valor é produzida e reproduzida. Eis a distinção entre Marx e os socialistas de então: sem a eliminação das condições políticas da produção – que acabam por determinar as próprias condições técnicas – não há possibilidade de solucionar os problemas da distribuição. Aqui, trata-se de relações dialéticas reais, não vistas como técnicas de discussão, mas como contradições da própria forma produtiva. Produção e distribuição se alimentam e se distanciam, pertencem a uma mesma unidade que é o capitalismo, mas trabalham como esferas autônomas, pois a própria natureza da sociedade do capital é marcada pelo isolamento dos indivíduos em esferas distintas de possuidores dos meios de produção e da força de trabalho. Mesmo em um setor social, como o dos capitalistas, a concorrência leva à dissociação, e esta é uma das bases das crises sistêmicas.

Marx critica a dialética vulgar dos socialistas do período por sua concepção de que as categorias são mera expressão do espírito intelectual, da vontade dos pensadores. Para ele a dialética é a compreensão das categorias de generalidade e especificidade em suas contradições reais; e o real, na economia capitalista, é o domínio da produção, a superioridade das categorias da economia, a definição dos fundamentos da sociedade por meio da produção e reprodução do capital. Marx é um crítico da economia política, mas sua crítica distancia-se das anteriores por perceber a unidade sistêmica em meio à dissociação das esferas econômicas. Sua dialética não é somente uma argumentação intelectual, mas a percepção do funcionamento de sua época. Isto permite a ele compreender que as tarefas da revolução devem buscar a modificação do conjunto das estruturas sociais, e não apenas da esfera da distribuição.

Marx passa então, no texto da “Introdução”, a apresentar as relações entre estas diversas esferas. Uma dialética em movimento, construída na análise das categorias da formação social capitalista. Sua concepção dialética não é abstrata, geral, válida para

qualquer tempo e lugar. A construção da argumentação dialética de Marx é orientada para o combate ao sistema capitalista. É decorrente da demonstração dos fundamentos, diríamos dos princípios, do modo de produção vigente.

A primeira unidade-dissociação apresentada é a de produção-consumo. Marx trabalha este par dialético que há três momentos desta relação. São eles:

“1) *Identidade imediata*: a produção é consumo; o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo. Os economistas chamam a ambos consumo produtivo. Mas, não obstante estabelecem uma diferença. A primeira figura como reprodução; o segundo, como consumo produtivo...

“2) Cada um dos dois aparece como meio do outro e é mediado por ele: isto se expressa como dependência recíproca, como um movimento através do qual se relacionam um com o outro e aparecem como reciprocamente indispensáveis, ainda que permanecendo, no entanto, externos entre si... Sem produção não há consumo, sem consumo não há produção...

“3) A produção não é somente imediatamente consumo, nem o consumo imediatamente produção; nem tampouco é a produção unicamente meio para o consumo e o consumo fim para a produção, vale dizer, que não é o caso que cada termo somente indique ao outro seu objeto: a produção, o objeto externo do consumo; o consumo, o objeto representado da produção. Cada um dos termos não se limita a ser o outro de maneira imediata, e tampouco o mediador do outro, sim que, realizando-se cria o outro e se cria enquanto outro...” (MARX: 1989, 13).

Marx trabalha três momentos dentro de uma unidade, são eles: identidade imediata, mediação e diferença. As categorias de produção e consumo expressam esta tríplice relação. Aí se destacam as diferenças entre os modos de produção. O capitalismo une e dissocia a produção e o consumo. A relação entre produção e consumo não é a de esferas autônomas, com regras próprias separáveis. A dimensão da produção participa do consumo e o determina, além de ser determinada por ele. Cai por terra a teoria que lida com estes planos da vida social como estratos independentes. Diferenciações e similaridades confrontam-se em um todo orgânico que possui unidade: a sociedade capitalista.

A incapacidade de perceber tal realidade de forma dialética é a fonte de muitos erros do movimento socialista e da própria economia. Estas expressões teóricas ou tratavam estes campos como inteiramente independentes, ou como ligados e sem contradições. Diz Marx acerca destas concepções:

“Nada mais simples, então, para um hegeliano que identificar produção e consumo. E isto ocorreu não somente no caso dos ensaístas socialistas, mas também no de economistas prosaicos como Say, por exemplo, que pensam que quando se considera um povo sua produção seria seu consumo. Ou também a humanidade in abstracto” (MARX: 1989, 14).

A identidade de produção e consumo significaria a impossibilidade das crises, um tema debatido por Malthus e Ricardo. Marx apresenta este como um tópico central da teoria das crises. A “lei de Say” não admitia que houvesse uma crise de superprodução, já que tudo o que é produzido gera consumo. Os socialistas buscavam promover alterações na distribuição para regularizar a relação entre produção e consumo, não enxergando que os problemas recorrentes das crises capitalistas pudessem advir da inter-relação destas esferas: produção e consumo. Marx procura demonstrar que estes campos produziram a permanente tensão do capitalismo; a tensão entre superprodução e subconsumo.

Porém, na relação entre produção e consumo a determinação central é dada por aquele. Diz Marx:

“O consumo como necessidade é ele mesmo momento interno da atividade produtiva. Mas esta última é o ponto de partida da realização e, portanto, seu fator predominante, o ato em que todo o processo volta a repetir-se. O indivíduo produz um objeto e, consumindo-o, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtivo e que se reproduz a si mesmo. Deste modo, o consumo aparece como um momento da produção” (MARX: 1989, 14).

Para Marx a produção é o momento determinante, o que significa uma ruptura direta com o movimento socialista de então. A orientação de Marx para a luta de classes se torna clara neste trecho, a produção deve deixar de ser capitalista, deve perder a dimensão das suas categorias. A produção é o momento dominante sobre o consumo no capitalismo. Daí decorre a busca teórica incessante por interpretar as categorias da produção capitalista, e daí devem partir as propostas para a substituição da sociedade.

Então como tratar a distribuição, tema central dos socialistas do período? Afirma Marx:

“A organização da distribuição está totalmente determinada pela organização da produção. A distribuição é ela mesma um produto da produção, não somente no que se refere ao objeto – somente podem ser distribuídos os resultados da produção –, mas também no que se refere à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, o modo sob o qual se participa na distribuição. É de todo ilusório situar a terra na produção, a renda do solo na distribuição, etc.” (MARX: 1989, 15-6).

Está definida a distinção entre a posição de Marx e a dos socialistas, mais especificamente do proudhonismo. Lidamos não apenas com a análise do capitalismo, mas com a definição da ação para a efetivação de uma sociedade distinta deste. A produção dirige todas as categorias, como a terra, que está marcada por uma definida forma de utilização baseada no capitalismo. Não há como separar produção e distribuição, nem como implementar medidas nesta para alterar a realidade social. Diz Marx:

“A distribuição dos produtos é manifestamente somente um resultado desta distribuição que se acha incluída no processo mesmo de produção e determina a organização da produção. Considerar a produção prescindindo desta distribuição que ela encerra é evidentemente uma abstração vazia, ao mesmo tempo em que, pelo contrário, a distribuição dos produtos já está dada em si junto com esta distribuição, que constitui originalmente um momento da produção” (MARX: 1989, 17).

Novamente uma unidade fundamental perpassa a forma de relação entre as categorias. A tarefa de Marx é centralizada na identificação desta unidade, na compreensão de seus mecanismos, de seus princípios. Aqui ressalta a correção do modo como Marx identifica esta “Introdução”: um texto de conclusão da crítica da economia política. Porém, a sua supressão não é determinada, como já dissemos, por uma inadequação a *O Capital*, ou à *Para a Crítica da Economia Política*, mas ao fato de ser uma conclusão de uma demonstração científica, ou a abertura de um programa revolucionário.

Para concluir o exame das categorias Marx define a relação entre a troca e a produção. É definida assim:

“A esse respeito a *troca* é somente um momento mediador entre a produção e a distribuição que ela determina, por um lado, e o consumo pelo outro, e enquanto o próprio consumo aparece também como um momento da produção, é evidente que a troca está incluída na produção como um de seus momentos” (MARX: 1989, 19).

Já que o consumo é alcançado por meio da troca de mercadorias, a própria troca é também dirigida pela produção, de forma idêntica ao consumo. O mercado é o encontro dos proprietários privados de mercadorias, é a dimensão da realização da mercadoria, de importância superior ao consumo. As mercadorias são produzidas para a troca. Os produtos assumem a forma de mercadorias por serem possuídos por proprietários dos meios de produção. A produção privada já é uma relação definida no tempo e diferenciada de formas anteriores. A produção é uma relação social, não técnica, de existência entre as pessoas. O que leva Marx a concluir que:

“O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca e o consumo sejam idênticos, mas que constituem as articulações de uma totalidade, diferenciações dentro de uma unidade. A produção transcende tanto além de si mesma na determinação oposta da produção, como mais além dos outros momentos. A partir dela o processo recomeça sempre novamente... Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma distribuição, uma troca determinadas e *relações recíprocas determinadas destes diferentes momentos...*” (MARX: 1989, 20).

Unidade e diferenciação apresentam a realidade do capitalismo em uma dialética derivada da investigação científica de Marx. Há uma unidade fundamental a ser extirpada, uma centralidade na produção das mercadorias e do valor. Este é o ponto que permite aprofundar-se na análise do sistema em uma busca por sua constituição interna, pela identificação de seus momentos próprios, de suas distinções em relação a sociedades anteriores. Percebemos a importância da apresentação desta investigação e porque Marx a cercou de tantos cuidados, de tantos recuos e reelaborações; tratava-se de uma nova compreensão, de uma nova ciência como dissera Marx, de um método novo de compreender as relações humanas e de indicar possibilidades para a ação.

Precisamos compreender este método novo para entender a obra de Marx. Além disso, ele é a chave para os *Grundrisse*; a chave interna para a discussão com todas as fases da história humana, para conseguir visualizar as épocas sociais de forma total, superando a “idéia absoluta” de Hegel e substituído-a por um método de análise histórica, pela compreensão dos modos de produção. Marx não elabora esta metodologia para somente olhar o passado, ou criticar o presente, mas como ferramenta de combate para orientar a construção do futuro. Passemos a examiná-lo.

II.3 – O Método de Marx e a Crítica ao Método da Economia Política

Marx precisava produzir uma nova forma de investigação para possibilitar a vitória da luta da classe operária contra o capital. Uma nova formação social não surgiria sem a intervenção consciente da teoria; é esta a conclusão inusitada de Marx. Formas sociais anteriores surgiram e desapareceram sem que fossem dirigidas pela orientação da ação humana consciente. A construção comunista deveria inaugurar uma luta pensada e desenvolvida por um conteúdo programático claro.

A Revolução Francesa foi a iniciativa coletiva que mais se aproximara da busca de um programa revolucionário, porém, ela mesma é a luta por reconhecer o domínio de categorias já dominantes na esfera da produção. A economia já é o campo determinante da vida social e luta contra o anacronismo das instituições de transição com o feudalismo.

Esta revolução já lidava com categorias que considerava “naturais e universais”, restando a tarefa de instaurar a “racionalidade” científica diante da obscuridade supersticiosa do Antigo Regime. É desta visão que nasce a metodologia da economia política: da idéia de “natureza” social, estágio que rompe como domínio da natureza em sua forma primitiva. Por isso afirma Marx que:

“Parece justo começar pelo real e o concreto, pelo suposto efetivo; assim, por exemplo, pela população que é a base e o sujeito do ato social da produção em seu conjunto. No entanto, se examinamos com maior atenção, isto se revela [[como]] falso. A população é uma abstração se deixo de lado, por exemplo, as classes de que se compõe. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia se desconheço os elementos sobre os quais repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes

últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. Se começara, pois, pela população teria uma representação caótica do conjunto e, precisando cada vez mais, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples: do concreto representado chegaria abstrações cada vez mais sutis até alcançar as determinações mais simples” (MARX: 1989, 21).

A análise da economia já começa com categorias estabelecidas e empreende uma escavação em busca dos princípios. Marx relata este tema para criticar os socialistas que continuavam a trabalhar com categorias gerais vazias, sem ter empreendido nem a busca dos fundamentos. A economia política havia feito esta busca, e ela mesma tinha superado as categorias gerais vazias, este “... caminho é o que seguiu historicamente a economia política nascente” (MARX: 1989,21). Porém, este caminho foi uma imposição de uma sociedade nascente, que ainda não divisara seu conjunto e que tateava em busca de sua afirmação dominante. O caminho teve que seguir a partir das categorias anteriores para somente depois encontrar seus próprios fundamentos. Somente o pleno desenvolvimento da sociedade capitalista permitiu encontrar os pilares que sustentavam a forma social.

Ao chegar a estas determinações simples de sustentação da sociedade capitalista é que foi possível retornar. Assim:

“Chegado a este ponto haveria que reempreender a viagem de retorno, até dar de novo com a população, mas desta vez não teria uma representação caótica de um conjunto, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações” (MARX: 1989, 21).

A compreensão dos fundamentos é que permite analisar as manifestações gerais da sociedade. As categorias mais simples permitem compreender o mecanismo de funcionamento da estrutura social. Somente a identificação dos princípios simples permite formar uma visão da totalidade; não mais um todo vazio, que não é capaz de explicar a sociedade, mas um todo rico pelo entendimento da unidade em meio às manifestações diversas e contraditórias. Esta é a chave do presente e que permite abrir as portas do passado, mas não somente o passado e o presente, mas entender a possibilidade do futuro.

Da análise de um todo vazio a economia política caminhou para as determinações simples do funcionamento do sistema. Então, diz Marx:

“Uma vez que esses momentos foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram [[a surgir]] os sistemas econômicos que se elevaram do simples – trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca – até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. Este último é, manifestamente, o método científico correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, e, em conseqüência, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX: 1989, 21).

O concreto é o resultado da capacidade de determinar, de estabelecer os limites entre as categorias, de descobrir os fundamentos que dirigem a organização social. O concreto é possibilitado pelos resultados alcançados historicamente pela busca da economia política. Mas não só, foi preciso ir além dela como método científico; tornou-se necessário compreender os limites, as determinações negativas do capitalismo, criando a base sob a qual ocorre a ciência da crítica à economia política. Estar no campo programático do capitalismo não permite visualizar as categorias desta sociedade como estruturas determinadas (limitadas) no tempo, decorrentes da dissolução de formações anteriores, e representando, elas mesmas, uma transição para formas seguintes.

A síntese das múltiplas categorias, das múltiplas determinações, não é o ponto de partida, mas o resultado de um enorme esforço de compreensão e investigação. Apenas com o desenvolvimento do próprio sistema dá-se a oportunidade de compreendê-lo. A sua compreensão definitiva surge, paradoxalmente, no período em que se torna possível a sua derrubada, a sua substituição. Marx busca ocupar o espaço da formulação para a substituição do capitalismo.

Porém, poderíamos nos perguntar se um novo sistema não teria que tatear na incompreensão de um todo vazio, até que descobrisse os seus fundamentos já em seu princípio de ocaso. Mas, esta é uma das diferenciações de um novo sistema que surgisse da destruição do capitalismo: sua capacidade de pensar a si mesmo, não sendo mais dirigido por mecanismos automáticos e estranhos às decisões humanas. Marx diferencia-se das propostas e do método de Hegel neste ponto. Diz ele:

“... as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento. Eis aqui porque Hegel caiu na ilusão de

conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo, se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se move por si mesmo, ao mesmo tempo que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento somente a maneira de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto espiritual. Mas este não é de nenhum modo o processo de formação do concreto mesmo” (MARX: 1989, 21-2).

Marx diverge de Hegel na capacidade de produzir o concreto como resultado do pensamento. Este resultado não é determinado apenas pelo pensamento, ele é a solução das próprias condições sociais, do processo de dissolução das formas vigentes, da produção de uma crise dos princípios de sustentação do mecanismo social. Marx se dirige a Hegel justamente por este ter concebido um “sistema ético” que aproveitava as categorias vigentes para reformá-las. Hegel propõe a racionalidade do sistema capitalista, um racional alcançado por medidas estatais pensadas, por elaborações intelectuais voltadas para a estrutura jurídica. Marx percebe que este é o caminho da manutenção do sistema; o racional não pode, independentemente das condições sociais, submeter os fundamentos do capital. Este produz uma nova racionalidade, um racional do mercado, a racionalidade capitalista. Eis a razão da falência do projeto hegeliano.

Marx busca construir um novo modo de produção, uma nova racionalidade, decorrente da crise dos próprios mecanismos de funcionamento do capitalismo; o conteúdo programático marxiano já não utiliza as categorias específicas deste sistema em derrocada, mas propõe a sua eliminação por completo, a erradicação de seus fundamentos. Esta é um processo de continuidade das crises do capital. Somente é possível elaborar um programa oriundo das determinações necessárias para substituir o sistema. Daí Marx afirma que:

“Portanto, à consciência, para qual o pensamento conceptivo é o homem real e, por conseguinte, o mundo pensado é como tal a única realidade – e a consciência filosófica está determinada deste modo –, o movimento das categorias lhe aparece como o verdadeiro ato de produção... cujo resultado é o mundo” (MARX: 1989, 22).

É interessante notar que Marx não despreza o pensamento que produz conceitos sobre a realidade, mas reconhece o perigo dos conceitos que são imaginados independentemente da realidade. Pensar soluções para o mundo sem que correspondam às

categorias da realidade produz a manutenção do sistema. Romper com o sistema do capital exige compreensão da sua estrutura de funcionamento. Aqui é estabelecida a ligação com o tópico da produção, onde Marx discutiu o geral, que pertence a todas as épocas e que deve ser mantido em uma sociedade futura, e o específico, que deve ser eliminado por ser a base distintiva do capitalismo. O “movimento das categorias” não pode desconhecer esta contradição entre geral e específico; aqui o pensamento pode perder o sentido do que é real e manter-se na esfera que ele queria substituir. Por isso, segue na “Introdução” com a discussão das categorias específicas e sua existência histórica. Diz ele a respeito destas categorias:

“Mas estas categorias simples não têm uma existência histórica ou natural autônoma, anterior às categorias concretas? Ça dépend... O dinheiro pode existir e existiu historicamente antes que existisse o capital, antes que existissem os bancos, antes que existisse o trabalho assalariado. Desde esse ponto de vista, pode-se afirmar que a categoria mais simples pode expressar as relações dominantes de um todo não desenvolvido ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes que o todo se desenvolvesse no sentido expresso por uma categoria mais concreta. Somente então o caminho do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real” (MARX: 1989, 23).

A argumentação se concentra na concepção de “todo”. Seu foco é a identificação das formas de produção distintas. As categorias de uma forma podem existir em outra sem estarem totalmente desenvolvidas. A definição de total corresponde à dominante. Compreende-se uma fase da história humana por meio das categorias dominantes. Mas, algumas das categorias podem sobreviver ao declínio de sua forma dominante, ou categorias não desenvolvidas podem anunciar o futuro de uma forma por surgir.

Mas, na passagem acima Marx se refere ao pensamento abstrato e à sua correspondência ao processo histórico real. Isto significa que a análise das categorias abstratas, o exame em separado de uma categoria específica do capitalismo, serve para permitir que o pensamento deixe a sua dimensão meramente especulativa e produza uma compreensão de um período histórico, ou seja, identificar como certas categorias estiveram

presentes em outras formações sociais, mas não eram centrais, ou estavam em situação subordinada ao todo, à unidade, daquela forma.

O pensamento abstrato deve estar voltado à identificação do processo histórico, à tentativa de resolução de seus dilemas, à busca pelas causas do funcionamento de uma sociedade específica. Uma categoria é abstrata porque está em situação dominante, porque se separou de outras e constitui um mecanismo de sustentação fundamental do sistema. O abstrato não é produzido pelo pensamento, ele é a manifestação real de uma essência social, que pode ou não ser captada pelo pensamento. Este captar do intelecto permite enxergar as modificações a serem adotadas a fim de eliminar a abstração dominante.

Marx identifica o aspecto da abstração dominante afirmando que:

“Assim, as abstrações mais gerais surgem unicamente surgem unicamente ali onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde um elemento aparece como o comum a muitos, como comum a todos os elementos. Então, deixa de poder ser pensado somente sob uma forma particular” (MARX: 1989, 25).

O caráter comum de uma categoria implica a sua dominação sobre os elementos particulares e em contradição interna no sistema. Algo unifica este mecanismo, que é o caráter comum de uma categoria abstrata. Então, o pensamento percebe que a abstração invade todas as esferas, dirige todas as ações do sistema; o que põe como tarefa central para a revolução a identificação e eliminação dos fundamentos abstratos, das categorias abstratas. A revolução pode tornar-se vitoriosa somente por meio da supressão do mais abstrato, por isso, do dominante. Diz Marx:

“... as categorias mais abstratas, apesar de sua validade – precisamente devida à sua natureza abstrata – para todas as épocas, são não obstante, no que há de determinado nesta abstração, o produto de condições históricas e possuem plena validade somente para estas condições e dentro de seus limites” (MARX: 1989, 26).

O abstrato é uma determinação específica de um sistema. Mesmo que sua história atravessasse vários modos de produção, ele só atinge a condição dominante em um estágio particular. A categoria abstrata pode e deve ser eliminada para que se alcance uma forma superior de sociedade. Não é possível aceitar propostas que mantenham intactas as categorias abstratas dominantes. Mais uma vez Marx anuncia o final do sistema capitalista

por uma conclusão de seu trabalho de investigação. Posteriormente, ele irá explicar o trabalho abstrato como base para o valor, ou seja, explicará estes conceitos para justificar sua característica de categorias essenciais para a existência do modo de produção capitalista.

Para Marx estão definidas as tarefas: compreender a sociedade dominada pelo capital, compreender as sociedades anteriores ao capitalismo e sua relação com este e, por fim, apresentar as possibilidades para a construção da sociedade comunista. Diz Marx: “O capital é a potência econômica, que domina o todo, da sociedade burguesa. Deve constituir o ponto de partida e o ponto de chegada...” (MARX: 1989, 28). O capital é a partida e a chegada das categorias. Cabe eliminá-las e construir uma nova sociedade, fazendo com que seja rompida a abstração como forma social dominante.

Examinaremos nos capítulos a seguir os fundamentos das sociedades em sua seqüência histórica. Veremos os princípios do passado, os princípios do presente e os princípios do futuro.

CAPÍTULO III – OS PRINCÍPIOS DO PASSADO

A existência do trabalho assalariado e do capital está fundamentada no “trabalho livre” e na troca deste trabalho livre por dinheiro com o objetivo de “reproduzir e valorizar o dinheiro”. O trabalho se torna valor de uso para o dinheiro, não para o “desfrute”. A liberdade do trabalho é dupla: liberdade pela perda dos meios de trabalho e dos materiais de trabalho. Como diz Marx: “... a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização... Portanto da completa cisão dos trabalhadores da terra como seu laboratório natural” (MARX: 1981, 378). A separação da posse ou da propriedade da terra é um mecanismo central para a distinção entre os modos de produção.

A condição de trabalhador que vende sua força de trabalho pressupõe o desaparecimento da possibilidade de trabalhar de forma independente do próprio dinheiro. O dinheiro torna-se o elemento que deve ser satisfeito, estabelecendo suas necessidades como mecanismo vivo e central da existência social. Tal existência é controlada para a reprodução do dinheiro e de sua expansão valorizada.

O valor de uso dos objetos existe de forma indireta para o indivíduo. O centro social é deslocado para o que é útil ao dinheiro, “... como valor de uso para ser consumido pelo dinheiro...” (MARX: 1981, 378). O indivíduo é acessório ao dinheiro e pode aparecer como trabalhador assalariado ao lado do capital. Trata-se de um novo princípio que substitui os princípios de formas anteriores ao capitalismo.

Nas formas que antecedem o modo de produção capitalista os fundamentos são erguidos em outras bases, como a produção para o valor de uso, a posse dos meios e materiais de trabalho, a manutenção do indivíduo e da comunidade à qual ele pertence como objetivo da produção e a existência de um indivíduo que trabalha, mas que não é unicamente trabalhador.

Desempenha a propriedade (ou posse) da terra um papel central para a distinção entre os modos anteriores ao capitalista, e para a distinção entre os indivíduos destes estágios e um indivíduo que é mero trabalhador e que serve para ser usufruto do dinheiro.

Estas são as chaves para entender os princípios do passado anterior ao domínio do capital. Iremos expor o desenvolvimento desta análise ao longo do texto de Marx sobre as “Formen”, que se situa no capítulo do capital – quarto caderno. Examinaremos as formas de

propriedade anteriores ao capital, as formas de relação com a propriedade e as categorias que estabelecem a transição para o modo capitalista de produção.

Entender as formações sociais ao longo da História permite entender avanços e retrocessos humanos. Para Marx as sociedades que antecedem o capitalismo não são simplesmente objeto de crítica. A complexa teia de relações que possuíam determinava formas peculiares da existência humana.

Não há uma continuidade necessária entre as sociedades anteriores ao domínio do capital, seja entre si, ou entre elas e o modo de produção capitalista. Tal descontinuidade é uma demonstração da quebra entre as formações sociais distintas. Marx discute este problema de maneira pormenorizada na “Introdução de 1857”. Nós discutimos este tópico no capítulo 1, que analisou o texto referido.

Da mesma maneira não é possível discutir a visão de Marx sobre os modos de produção de forma unilateral. Há princípios que são positivos e negativos para a construção de uma sociedade futura: ao nosso ver, o tema principal dos “Grundrisse”. Porém, positivo e negativo devem ser entendidos de uma forma dialética, com uma articulação interna que precisa ser desvelada em sua própria exposição.

As críticas feitas a Marx por seus elogios ao capitalismo escondem esta compreensão dialética. Seus comentários sarcásticos aos períodos anteriores ao capitalismo, supostamente ressaltam a missão civilizadora do capitalismo. Esquecem os críticos de Marx das suas críticas radicais ao capitalismo (algo que não pode ser eludido). Apóiam-se, então, em uma suposta característica eurocêntrica do pensamento marxiano, que seria assim preconceituoso com os povos de formações sociais anteriores ao capitalismo.

Pretendemos apresentar dois aspectos que julgamos fundamentais para a compreensão da análise de Marx sobre as formações sociais anteriores ao domínio do capital: o primeiro é a busca empreendida para compreender o que foi modificado para que surgisse o capital, quais os princípios que ruíram nesta transformação, onde o anterior deixa de ser uma forma peculiar para ser engolido pelo capital. O segundo aspecto surge da análise dos princípios das próprias “formas”, sua distância dos princípios necessários à sociedade do futuro, mas também sua proximidade desta, o que permite compreender o que poderia ser feito para construí-la. Neste segundo aspecto vem à tona a natureza comum de

certas categorias também presentes na sociedade do capital. Há uma exposição profunda dos aspectos gerais e específicos dos sistemas, que é revelada no texto sobre as “formas”.

III.1 – As formações sociais anteriores ao capitalismo

A criação do trabalhador livre que existe no capitalismo é fruto de um desenvolvimento histórico que eliminou as formas anteriores de produção. As transformações ocorrem fundamentalmente na forma como os indivíduos se relacionam com suas condições de trabalho.

A destruição da pequena propriedade e da propriedade coletiva da terra na comuna oriental são os passos decisivos para a constituição do domínio do capital. Nestas duas (comuna e pequena propriedade) o indivíduo tem a posse dos seus meios de vida, é “senhor das condições da sua realidade” (MARX: 1989, 433). Aparece um dos “princípios do passado”: a posse dos meios de produção pelos membros a comunidade. É preciso destacar o próprio papel da comunidade, que não é um elemento externo e indiferente aos indivíduos como na sociedade do capital, onde o dinheiro se põe como coisa dominante e o indivíduo é acessório às vontades daquele.

A existência de uma comunidade é caracterizada por uma forma de vida comum, em que há uma identificação mútua dos seus componentes como “co-proprietários” das condições de produção. Podem ser identificadas duas formas básicas: uma entidade comunitária coletiva ou famílias individuais que constituem a comunidade. Nesta última, onde domina a forma de famílias proprietárias privadas, a propriedade coletiva assume uma forma distinta. Ela contém o caráter de uma estrutura diferenciada das parcelas individuais de propriedade

Nas duas formas o trabalho é parte da vida social, mas há uma existência além dele como diz Marx: “... o trabalhador tem uma existência objetiva, independentemente do trabalho”. O objetivo destas sociedades não é a criação de valor, mas “... a manutenção do proprietário individual e de sua família assim como da entidade comunitária global” (MARX: 1989, 433-4).

Destaca-se a segunda característica central destas formações sociais: a produção existe para satisfazer a comunidade e os indivíduos, não para a satisfação de algo mediado,

de uma mediação. A satisfação não é a alcançada por uma mediação, mas imediatamente buscada.

Na forma de propriedade coletiva surge primeiro o agrupamento humano. Este é a condição para que ocorra a apropriação coletiva das condições objetivas da existência. Há nesta forma uma maneira peculiar de tratar a terra, como elemento fundamental da vida da comunidade. Diz Marx:

“A terra é o grande laboratório, o arsenal, que proporciona tanto o meio de trabalho como o material de trabalho, como também a sede, a *base* da entidade comunitária. [[Os homens]] se comportam com ela ingenuamente, [[tratando-a]] como *propriedade da entidade comunitária*, da entidade comunitária que se produz e reproduz através do trabalho vivente” (MARX:1989, 434).

A apropriação pela comunidade dos produtos do trabalho é determinada por este trabalho mesmo. O indivíduo é possuidor da riqueza social e participa de seu usufruto como membro da comunidade. A comunidade é condição para sua vida, desempenhando papel preponderante na apropriação dos meios de produção. A comunidade é a proprietária da terra, surgindo como um momento fundamental para os indivíduos.

O desenvolvimento da comunidade produz as “formas fundamentais *asiáticas*, a *unidade omnicompreensiva*, que está por cima de todas estas pequenas entidades comunitárias...” (p.435). A capacidade organizativa nesta forma depende do surgimento da unidade superior, que se apresenta como o proprietário global dos recursos, como a capacidade de planejamento geral dos recursos e que, para fazê-lo recebe uma parcela do excedente social de produção. Nasce o déspota que controla o poder social das diversas comunidades.

Além da aparência de que as comunidades dirigidas pelo despotismo oriental não são proprietárias dos meios de produção existe a propriedade efetiva destas comunidades. Diz Marx:

“... em meio ao despotismo oriental e à carência de propriedade que parece existir juridicamente nele, existe de fato, como fundamento, esta propriedade comunitária ou tribal, produto sobretudo de uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade...” (MARX:1989, 435).

A comunidade continua a ser o centro da vida social, mesmo com a existência de uma entidade superior. A subordinação real é inversa, esta estrutura dominante depende inteiramente da produção e da reprodução da vida levadas a efeito nas comunidades. Isto explica o caráter marcadamente rural do despotismo oriental, um dos seus princípios basilares.

Para Marx há três formas destas comunidades existirem. A primeira é caracterizada pela forma independente das famílias trabalharem, porém com uma parcela do trabalho executado para si e a outra para a comunidade, que pode ser identificada com chefes mais próximos da comunidade, ou com dirigentes de comunidades mais amplas. Nestas sociedades os indivíduos, apesar de proprietários reais, estão inteiramente subordinados aos desejos comunitários. Os indivíduos não possuem uma capacidade autônoma, são partes componentes da comunidade, que precisa da ação comum para sobreviver.

A segunda forma também tem a comunidade como centro da vida social, mas já possui uma vida urbana que incorpora o campo ao seu redor. A cidade já não é um entreposto comercial, ou moradia dos dirigentes despóticos, local de cobrança do sobreproduto. A terra pertence aos proprietários que habitam as cidades. A cidade é a condição para a vida social por ser a base para a defesa coletiva, o centro que permite a proteção mútua dos ataques de outras coletividades.

A segunda forma é realizada por famílias independentes que se associam em tarefas coletivas de defesa. A diferença essencial em relação à forma despótica é a existência de propriedades privadas separadas da propriedade comunitária. Como afirma Marx:

“A propriedade comunitária como propriedade estatal – *ager publicus* – se vê neste caso separada da propriedade privada. A propriedade do indivíduo não é aqui imediatamente e por si propriedade comunitária, como em *primer case*, onde, por sua vez, tampouco é propriedade do indivíduo separado da comunidade, pois este é mais somente o seu possuidor” (MARX: 1989, 437).

Mesmo com o surgimento de uma propriedade distinta da terra comum à sociedade, esta não se caracteriza como propriedade privada, nos moldes existentes na sociedade do capital. A comunidade continua a desempenhar o papel de princípio e pressuposto, acima dos interesses individuais. A comunidade é a garantia diante das ameaças externas, o

elemento de coesão para a preservação. A propriedade não aparece desvinculada dos laços sociais, fator característico do capitalismo.

A forma de apropriação onde há a separação entre a terra dos proprietários e a terra comum distinguidas é organizada pela divisão dos meios de produção entre os produtores independentes. Porém, a independência no uso dos recursos que foram destinados a cada um não ultrapassa os objetivos comuns da coletividade. A própria capacidade de gerir uma parcela dos recursos de forma individual é determinada pela integração a um conjunto fundamental. A comunidade desempenha, também nesta segunda forma, o caráter de princípio fundamental das formas anteriores ao capitalismo. Afirma Marx:

“... segue sendo pressuposto para a apropriação do solo ser membro da comunidade, mas, enquanto membro da comunidade, o indivíduo é proprietário privado. Se relaciona com sua propriedade enquanto esta é o solo, mas, ao mesmo tempo, enquanto esta é seu ser como membro da comunidade, e a manutenção de si mesmo como membro é igualmente a manutenção da comunidade e vice-versa...” (MARX: 1989, 437-8).

A sociedade cria as condições para a apropriação do solo, sua origem permite a existência dos próprios indivíduos. Os vínculos entre os membros da comunidade precisam ser mantidos, precisam possuir uma estabilidade que garanta a vida social. Marx demonstra a historicidade do indivíduo isolado; tema discutido na “Introdução de 1857”.

A segunda forma de comunidade possui como pressuposto da sua continuidade a relativa igualdade dos proprietários componentes. Este fato aparece na obra de Aristóteles “Ética a Nicômaco” como um dos elementos da justiça comunitária. A relatividade da igualdade é determinada pelas diferenças na utilização das parcelas de recursos destinadas aos membros da comunidade. Os recursos devem ser continuamente repostos como reprodução social e cada membro participa do seu usufruto em proporção à sua contribuição.

O ganho social beneficia-se com o aumento dos ganhos particulares, o que impulsiona a comunidade para além de suas fronteiras. A conquista de novas terras atrai a força coletiva, pois o crescimento populacional em um território restrito reduziria a soma de recursos destinada a cada indivíduo. A estabilidade comum é assegurada com a preservação e ampliação do domínio sobre as terras. Isto permite destacar que o trabalho é individual e coletivo. Individual na preservação das famílias integrantes. Cada uma se responsabiliza

por sua manutenção. Não há cooperação no processo de trabalho para o sustento. Porém, há uma cooperação efetiva no trabalho coletivo de preservação da comunidade e de sua ampliação.

A terceira forma de comunidade e de propriedade dos meios de produção é a forma “germânica”. Esta comunidade é marcadamente rural, surge do campo como estrutura autônoma. Não há uma cidade que seja o centro da vida rural, como na Antigüidade greco-romana. A própria comunidade é derivada de uma reunião de famílias distintas e que mantêm a autonomia entre si. Para Marx “... a *comunidade* aparece como uma *reunião*, não como uma *união*, como acordo entre sujeitos autônomos que são os proprietários da terra, não como unidade” (MARX: 1989, 442).

A comunidade germânica diferencia-se da comunidade oriental e do mundo antigo clássico. A forma oriental coloca o indivíduo como inteiramente dependente da coletividade e o déspota é o ocupante da cidade, que é mero “acampamento” do dirigente. A forma clássica atribui ao indivíduo um papel mais destacado, mas sua condição de indivíduo que produz e reproduz é associada à sua existência como membro de uma coletividade. Esta se organiza como uma sede da vida rural, uma cidade dominada pela propriedade da terra, como derivada da relação com o campo.

A forma germânica possui uma unidade oriunda de relações culturais e raciais, uma unidade externa à produção dos meios de vida. Assim, a comunidade existe, de fato, em reuniões de seus representantes, em assembleias esporádicas que seriam o momento principal da vida comum.

As terras são em parte apropriadas de forma privada pelas famílias componentes da comunidade, em parte são comuns, são diferentes das utilizadas privativamente. Porém, não se constituem em terras de uma entidade estatal dirigida pela cidade em forma de pólis. Esta terra é de uso comum das famílias componentes do agrupamento. Afirma Marx que:

“... este *ager publicus* não aparece, como entre os romanos, p. ex., como a existência econômica particular do estado paralelamente aos proprietários privados, de tal modo que estes proprietários privados são tais enquanto estavam excluídos, estavam privados, tal como os plebeus, [do] usufruto do *ager publicus*. Entre os germanos, o *ager publicus* aparece, muito mais, somente como uma ampliação da propriedade privada individual e somente figura como propriedade enquanto

possessão comum de uma tribo pela qual há que lutar contra tribos inimigas” (MARX: 1989, 443).

A propriedade não é usufruída pelo indivíduo por ele pertencer à comunidade, como na sociedade greco-romana ou na forma oriental. Não há uma mediação da comunidade para possuir a terra. Ao contrário, a mediação ocorre para que a comunidade exista. A comunidade somente ganha existência pela capacidade individual de usufruir a terra. Nas duas formas anteriores a comunidade se forma anteriormente e como comunidade podem os seus membros participar do processo de produção.

A força individual é preponderante na sociedade de tipo germânico, mas é preciso considerar que não é um indivíduo sem vínculos sociais. Os indivíduos constituem o vínculo social e se comportam de forma coletiva na ação diante de outras coletividades. Há uma ação que garante a defesa comum, sem constituir-se em uma estrutura independente da ação individual. Afirma Marx:

“Na forma germânica, o camponês não é cidadão do estado, quer dizer, não é habitante da cidade, sim que o fundamento é a vivenda familiar autônoma, isolada, garantida através de sua associação com outras vivendas familiares similares da mesma tribo, e através de sua reunião ocasional para a guerra, a religião, a resolução de problemas legais, de [tarefas] tais que afiancem a segurança mútua” (MARX: 1989, 443).

A ação comum com a manutenção da independência individual reflete-se no uso das áreas comuns. Estas não são propriedades de um Estado, nem a terra é propriedade total do poder hierárquico, como nas duas formações sociais anteriores. A terra é “propriedade efetivamente comum dos proprietários individuais, não da associação destes proprietários, que possuiria na cidade mesma uma existência separada da de cada um como [[proprietário]] individual” (MARX: 1989, 444).

III.2 – Os princípios das formas anteriores ao capitalismo

O primeiro princípio destas formações sociais é que a terra e a agricultura são as bases sobre as quais se erguem as coletividades. As comunidades se organizam para a produção e a reprodução da vida social a partir da definição das maneiras de utilizar o solo.

Deste primeiro princípio deriva outro mais importante: a finalidade social é a manutenção da coletividade e dos indivíduos que a compõem, o que caracteriza que:

“... o objetivo é a produção de valores de uso, a *reprodução do individuo* naquelas relações determinadas com sua comunidade nas que ele constitui a base desta...” (MARX: 1989, 444).

O valor de uso é a finalidade da produção social, o que mostra uma ruptura fundamental e irreconciliável entre estas formações sociais e o capitalismo. A produção não é indiretamente social, o que ocorre no modo de produção capitalista. Não há uma coisa externa aos indivíduos que deve ser satisfeita primeiro. Os indivíduos se tornam a finalidade da produção. Na sociedade onde domina o capital este deve ser atendido inicialmente em seus desejos; somente com a satisfação deste é que passa a ser efetivado o suprimento das necessidades pessoais. Esta satisfação pessoal chega a ser, muitas vezes, contraposta ao interesse do capital.

No capitalismo a produção é mediada pelo capital, pelo dinheiro, pelo mercado e pelo trabalho. O trabalho chega a se constituir como uma forma indireta de obtenção dos meios de existência. O capitalismo caracteriza-se pelas mediações de objetos interpostos entre a produção e os indivíduos.

Nas formas anteriores há mediações: seja a entidade despótica que se apresenta como o proprietário da terra e que destina a posse aos seus membros, não se constituindo a relação jurídica de propriedade individual (algo analisado por Marx a partir da compreensão de Hegel da categoria da posse na “Introdução”); seja a entidade estatal centrada na “pólis” e que confere aos seus cidadãos a condição de proprietários privados; ou ainda, os próprios indivíduos como mediação para a existência da comunidade, como proprietários privados cujas famílias encarregam-se de suas próprias existências e que, reconhecem uma ação coletiva na defesa, no uso de terras comuns e em outras características de afinidades religiosas e culturais.

Para Marx não se trata de abolir as mediações, como afirmado nos “Manuscritos de 1844”. A sua crítica ao capitalismo decorre da inversão fundamental operada por esta forma social, onde a produção é deslocada para a satisfação do dinheiro e do capital, a produção se torna indiretamente social. Sua crítica é dirigida à mediação operada por estas categorias (dinheiro e capital) na formação social capitalista.

Devemos considerar que Marx não defendia o retorno às formas anteriores ao capitalismo. Aqui entra em ação a compreensão dialética das categorias históricas. Marx ressalta as vantagens destes sistemas por sua finalidade estar voltada à produção do valor de uso, ou seja, para a satisfação dos indivíduos. Porém, estes sistemas apresentam outras contradições que subjugam os indivíduos à formas de vida limitadas e que foram superadas pelo capitalismo. A marca generalizada destas formações anteriores ao capital é a distinção entre uma comunidade limitada e as comunidades distintas, que surgem como ameaça à sua sobrevivência; ameaça direta por meio da guerra, ou indireta, no uso dos recursos naturais.

As limitadas comunidades foram superadas por uma comunidade global e por uma história humana unificada. Este é um ponto que Marx ressalta na sua análise da sociedade do capital. Porém, a unidade espacial e econômica da produção global capitalista dirige-se à satisfação das necessidades do capital e não dos indivíduos que a compõem. O próprio indivíduo aparece reduzido à condição de trabalhador; uma categoria que demonstra a sua limitação ao posto desempenhado no processo produtivo. O trabalhador é a redução do indivíduo à condição limitada de apêndice do capital, e somente justifica a sua sobrevivência – ou sua existência como sobrevivência – quando ocupa a condição de trabalhador assalariado.

No quinto capítulo (“Princípios do Futuro”) discutiremos as propostas de Marx para a superação do capitalismo, mas com a manutenção de uma história humana unificada, sem o retorno às formas anteriores ao capital. Nesta sociedade do futuro novas mediações poderiam existir, mas sem as características das sociedades limitadas pela comunidade restrita (oriental, greco-romana ou germânica) ou pelo capital.

III.3 – Limites das formas anteriores ao capitalismo

As sociedades oriental, romana e germânica têm por base o princípio de produção do valor de uso e a predominância de uma apropriação da terra para a obtenção deste objetivo.

A partir destes princípios gerais surgem peculiaridades que nos permitem uma melhor compreensão de seu funcionamento. Há dois aspetos essenciais: I) o primeiro é que a condição natural para a produção é um pressuposto à apropriação, ou seja, a terra precisa estar acessível ao trabalho anteriormente, a apropriação vem antes do trabalho, e como afirma Marx:

“O individuo se comporta com as condições objetivas do trabalho simplesmente como com algo seu, se comporta com elas tratando-as como natureza inorgânica de sua subjetividade, na qual esta se realiza a si mesma; a principal condição objetiva do trabalho não se apresenta como *produto* do trabalho, mas que se faz presente como *natureza*; por um lado, [[se dá]] o individuo vivente, pelo outro, a terra como condição objetiva da reprodução deste...”(MARX: 1989, 444).

Nestas afirmações há três considerações relevantes: a) a subjetividade é determinante; b) a natureza aparece como natureza inorgânica, a primeira natureza de que fala Marx nos “Manuscritos de 1844”, não como capital, que já é mediada pela propriedade privada do capital; c) esta natureza inorgânica serve de material de expressão da subjetividade, serve para realizá-la como subjetividade e não ao contrário, situação em que a subjetividade funciona como acessório do capital em forma de segunda natureza, em forma de propriedade capitalista. Tais aspectos diferenciam-se profundamente dos princípios da sociedade do capital.

II) O segundo aspecto essencial é que, este comportamento do indivíduo com a natureza (a terra) é mediado pela comunidade. Como diz Marx:

“Assim como um indivíduo isolado não poderia ter linguagem, tampouco poderia ter propriedade do solo. Quanto mais, poderia nutrir-se dele como substância, de forma igual aos animais. O comportamento a respeito da terra como propriedade é sempre mediado pela ocupação,

pacífica ou violenta, da terra pela tribo, pela comunidade em qualquer de suas formas em maior ou menor grau naturais ou já resultado do desenvolvimento histórico. Neste caso, o indivíduo nunca pode fazer-se presente na forma pontual com que aparece enquanto mero trabalhador livre” (MARX: 1989, 445).

Nesta passagem Marx destaca o tema do indivíduo isolado, comparação que é recorrente em sua obra. Tal paralelo permite afirmar o absurdo da compreensão da existência humana sem uma vida comunitária, ou pelo menos, sem compreender a vida social, sem analisar as condições sociais que tornam determinada sociedade específica na história.

É interessante notar que a sociedade que destruiu as formas de vida em comunidade, em que as comunidades desempenhavam um papel decisivo no processo produtivo, produziu simultaneamente o indivíduo isolado, e uma de suas manifestações: o trabalhador “livre”. O fim dos modos de produção baseados na comunidade é determinado pela perda das condições de produção por parte dos indivíduos. Tal mecanismo cria o indivíduo trabalhador, para quem os meios de produção se tornaram estranhos, contrapostos.

O indivíduo isolado é característico da formação social dominada pelo capital. Ele foi isolado da comunidade e dos meios de produção, já que estes compunham uma unidade indissolúvel nos modos de produção precedentes. O capital precisa desta dissociação para existir como sistema social, pois somente assim se concentram os meios de produção para contrapor-se ao trabalho assalariado, e também para criar a massa de trabalhadores assalariados, dependentes da venda da força de trabalho.

Nas sociedades em que dominou o valor de uso como fundamento a propriedade é uma pressuposição da vida social. A existência como membro da comunidade é outra pressuposição. Somente a partir da compreensão destas especificidades é que podemos contrapor estas sociedades à sociedade do capital.

A comunidade limitada é pressuposição. O crescimento desta comunidade significa o seu colapso. Este é um dos principais limites apontados por Marx para tais sociedades. Somente em um mundo restrito territorialmente poderiam estas formações sobreviver. Transparece imediatamente a limitação como condição para a continuidade; uma limitação que impede o reconhecimento dos outros povos e de outras comunidades, e que passam a significar uma ameaça à sobrevivência. Diz ele sobre esta desintegração:

“A produção mesma, o progresso da população (a qual também pertence [[ao âmbito da]] produção) suprimem gradual e necessariamente estas condições; as destroem em vez de reproduzi-las, etc., e desse modo se desintegra a entidade comunitária junto com as relações de propriedade em que estava baseada” (MARX: 1989, 446).

O desenvolvimento das condições de produção leva inexoravelmente à destruição da comunidade. Este é um dos limites essenciais a estas formas sociais. O desenvolvimento aparece como destruição, o que acaba por limitar as capacidades humanas. Eis aqui uma das críticas mais acerbadas de Marx a estes modos de produção, e fonte de elogios ao capitalismo por ter liberado a capacidade criativa humana, além de ter expandido o alcance da sociedade para limites globais, algo fundamental para pensar os “princípios do futuro” humano. Diz ele:

“Em todas estas formas, a *reprodução* das relações *pressupostas* entre o indivíduo e sua comunidade – relações em maior ou menor grau naturais ou produto de um processo histórico, mas tradicionais – e de uma existência *objetiva determinada*, para ele *predeterminada*, tanto com respeito às condições do trabalho como com respeito a seus companheiros de trabalho e de tribo, é o fundamento do desenvolvimento, que em consequência, é adiante um desenvolvimento *limitado*, mas que, ao trazer a superação dos limites, representa decadência e ruína” (MARX: 1989, 446).

A limitação é fundamental para manter as formas baseadas no valor de uso anteriores ao capitalismo. Marx reflete sobre uma sociedade futura onde as limitações de comunidades restritas sejam superadas, mas adotando o princípio da produção voltada para o valor de uso, com a eliminação da produção de valor e da sociedade do capital.

A forma de superar a limitação imposta por tais sociedades é investigada por Marx. Interessa a ele compreender os mecanismos que permitam elaborar uma alternativa não-retrógrada ao capitalismo. Marx não pensa em um retorno às formas anteriores de produção e, para isso, precisa analisar as formas que impediam o avanço destas formações. Um elemento importante identificado por ele é descrito na passagem abaixo:

“Nunca encontraremos entre os antigos uma investigação acerca de qual forma da propriedade da terra, etc., é a mais produtiva, cria a maior riqueza. A riqueza não aparece como objetivo da produção... A

investigação versa sempre acerca de qual modo de propriedade cria os melhores cidadãos” (MARX: 1989, 447).

A citação acima traz a natureza dialética da compreensão de Marx. A riqueza não constituía o objetivo da produção, o que é extremamente significativo e positivo, mas também não havia preocupação em permitir uma evolução dos indivíduos em uma elevação de seus potenciais, de suas capacidades. A expansão da riqueza se torna o objetivo final da produção capitalista, algo rejeitado por Marx, mas as sociedades anteriores ao capital não se importam com o desenvolvimento dos indivíduos. O indivíduo é secundário diante da preservação da comunidade. É a isso que Marx se refere quando afirma que o capitalismo libertou as potencialidades individuais, o que as sociedades anteriores não permitiam. Para ele:

“Podem dar-se aqui grandes desenvolvimentos dentro de um âmbito determinado. Os indivíduos podem aparecer como grandes. Mas não há que pensar aqui em um desenvolvimento livre e pleno, nem do indivíduo, nem da sociedade, pois tal desenvolvimento está em contradição com a relação originária” (MARX: 1989, 447).

O desenvolvimento do indivíduo pode representar um perigo para tais sociedades. O limite deve ser pressuposto, o que acaba por criar uma contradição inconciliável: a manutenção destas formações exige o seu desenvolvimento para enfrentar os perigos externos, mas o seu desenvolvimento implica a destruição da comunidade e da própria sociedade. Este é um dilema recorrente nestas sociedades. Marx compreende esta aporia permanente e acrescenta a falha em conciliar o desenvolvimento social e individual, em permitir que eles articulem-se mutuamente, impulsionem-se reciprocamente.

Estamos lidando com determinações lógicas do pensamento de Marx em que não é possível pensar em padrões de pura rejeição ou aprovação. Tentamos estabelecer uma forma de compreensão em que o objetivo de Marx para apresentar os “princípios do futuro” sejam expostos. Consideramos que somente compreendendo esta busca é possível entender as afirmações simultaneamente elogiosas e críticas aos sistemas anteriores ao capitalismo, assim como à sociedade do capital. Assim afirma Marx:

“A riqueza é aqui, por um lado, coisa, algo realizado em coisas, em produtos materiais, a os quais se contrapõe o homem como sujeito; por outra parte, como valor, é mero controle sobre trabalho alheio, mas não

com o objetivo do domínio sim do gozo privado, etc. Em todas [[estas]] formas se faz presente com a configuração de coisa, trate-se de uma coisa ou de relação por meio das coisas, que reside fora do indivíduo e acidentalmente junto a ele. Por isso, a concepção antiga segundo a qual o homem, qualquer que seja a limitada determinação nacional, religiosa ou política em que se apresente, aparece sempre, igualmente, como objetivo da produção, parece muito excelsa frente ao mundo moderno onde a produção aparece como objetivo do homem e a riqueza como objetivo da produção” (MARX: 1989, 447).

O objetivo da produção deve ser a realização do ser humano. No capitalismo ocorre o inverso: os indivíduos são colocados como acessórios à produção, ao capital e ao dinheiro. Marx elogia as formações anteriores ao capitalismo por colocarem os objetos subordinados aos interesses dos indivíduos. Porém, ele destaca que dentro de esferas limitadas em determinações nacionais, religiosas ou políticas. Além disso, a riqueza é utilizada para o controle de trabalho alheio. Foi necessário superar as limitações que restringiam a vida humana, algo que o capitalismo busca implementar, ainda que tenha mantido as limitações para seu próprio benefício.

Nas formações anteriores ao capital há uma dualidade de produção voltada para o homem, ao lado de uma dominação sobre o homem que não pertence ao círculo restrito de uma comunidade dominante. As restrições impostas ao sistema são a base da sua tentativa de perpetuação. A produção é dirigida ao indivíduo, mas a um grupo limitado de indivíduos que possui uma determinação comum. Ao mesmo tempo, observamos que o desenvolvimento do indivíduo é mantido em círculos estreitos, o que é uma contradição com o caráter anterior da produção. Podemos de fato afirmar que, o objetivo da produção nestes sistemas é a comunidade, estando o indivíduo submetido a ela.

Na sociedade dominada pelo capital a riqueza é a finalidade aparecendo o indivíduo como determinante. Porém, o indivíduo só é importante como meio para o domínio da riqueza em sua forma autônoma: o capital. O capitalismo como a sociedade da prevalência do indivíduo sobre o coletivo, mas para Marx o que ocorre é a desvinculação do indivíduo de seus laços coletivos, a perda das suas referências sociais, com o conseqüente aparecimento da categoria do “indivíduo isolado”. Este trava uma luta contra a coletividade para submetê-la aos seus fins. O coletivo parece estar subordinado ao indivíduo, mas o que

se desenrola é a submissão do indivíduo mesmo à riqueza abstrata, utilizando-se esta do indivíduo para dominar as comunidades, desfazê-las e estabelecer novos vínculos mediados por coisas, pela riqueza, pelo dinheiro.

Nas sociedades anteriores ao capitalismo ocorre a submissão da riqueza aos indivíduos, mas aqui também os indivíduos não estão libertos de fato, pois a comunidade domina os indivíduos e se contrapõe à expansão de suas capacidades. A marca destas formações é a imposição das restrições aos indivíduos.

Podemos considerar que o indivíduo verdadeiro ainda não se mostrou em toda a sua potencialidade. Mesmo na sociedade que afirma ser o domínio dos indivíduos, estes se encontram dominados por uma relação externa. A relação indivíduo-comunidade existente nas formas anteriores ao capital não pode ser o objetivo da investigação de Marx por uma nova sociedade. É preciso pensar esta relação em novas bases, onde indivíduo e comunidades não estejam submetidos ao capital e o desenvolvimento do indivíduo possibilite a evolução da forma de vida social. Diz Marx:

“Mas, in fact, ao se despojar a riqueza de sua limitada forma burguesa, que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, gozos, forças produtivas, etc., dos indivíduos, criadas no intercâmbio universal? [[O que, senão]] o desenvolvimento pleno do domínio humano sobre as forças naturais, tanto sobre as da assim chamada natureza como sobre sua própria natureza? [[O que, senão]] a elaboração absoluta de suas disposições criadoras sem outro pressuposto que o desenvolvimento histórico prévio, que converte em objetivo esta plenitude total do desenvolvimento, quer dizer ao desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, não medidas com um padrão *preestabelecido*? [O que, senão uma elaboração como resultado da]] qual o homem não se reproduz em seu caráter determinado mas que produz sua plenitude total? [[Como resultado da]] qual não busca permanecer como algo já advindo, mas que está no movimento absoluto do devir?”(MARX: 1989, 447-8).

Esta citação traz uma série de elementos para a compreensão da visão de Marx sobre os princípios de uma sociedade futura, tais como: a) o livre desenvolvimento das capacidades humanas sem as limitações de comunidades restritas, ou de um padrão de medida como o valor, além de limitações institucionais baseadas na propriedade privada

dos meios de produção; b) o intercâmbio universal dos seres humanos, em uma comunidade global que permita a passagem para um novo patamar do desenvolvimento individual, sendo este baseado no princípio de que o desenvolvimento é voltado para o devir, para a contínua expansão das capacidades humanas, mas com o retorno dos avanços para o conjunto social.

O modo de produção capitalista estabelece um intercâmbio universal dos indivíduos, criando pela primeira vez a possibilidade de relações não limitadas pela comunidade estreita, mas promove este intercâmbio universal não para a satisfação das necessidades humanas, e sim para a necessidade do capital. O intercâmbio se torna troca mercantil, ocorrendo apenas quando as exigências da troca de mercadorias são cumpridas. Marx analisa os avanços da sociedade capitalista frente às anteriores como uma inversão. Diz ele:

“Na economia burguesa – e na época da produção que a ela corresponde – esta elaboração plena do interno, aparece como esvaziamento pleno, esta objetivação universal, como alienação total, e a destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do objetivo próprio frente a um objetivo completamente externo” (MARX: 1989, 448).

A sociedade dominada pelo capital expressa a individualidade liberada como função para o capital. A elaboração do interno (o desenvolvimento das capacidades individuais) é colocada a serviço do capital; a produção universal (objetivação) concretiza a dominação generalizada, ou a alienação (“Entfremdung”) total.

A discussão sobre a alienação é aqui retomada, o que estabelece uma linha de continuidade com a utilização deste conceito nos “Manuscritos de 1844”. O conceito de alienação é usado em sua acepção de estranhamento frente às características especificamente humanas, às potencialidades humanas, mas também como exploração do capital sobre o conjunto dos indivíduos.

Temos uma ponte entre alienação e exploração como conceitos usados em obras distintas de Marx. A alienação não é puramente subjetiva, assim como a exploração não é somente objetiva. A alienação se relaciona à exploração, o movimento de alienação é baseado na exploração. Marx trabalha conceitualmente com o subjetivo e o objetivo como condições relacionadas.

A história conheceu o domínio do subjetivo sobre o objetivo antes do capital, mas como um subjetivo coletivo limitado, que não se expande para o individual, nem para o coletivo global. A história conhece o domínio do objetivo sobre o subjetivo, mas com a utilização do subjetivo individual para assenhorear-se do coletivo; surge um coletivo global, porém, dominado pelo individual a serviço inteiramente de uma relação externa objetiva, a relação do dinheiro e do capital como coisas que dominam os seres humanos.

As limitações subjetivas e objetivas das formações anteriores ao domínio do capital aparecem como momentos superiores e inferiores ao capitalismo. Diz Marx:

“Por isso o infantil mundo antigo aparece, por um lado, como superior. Por outro lado, o é em tudo aquilo em que se busque configuração cerrada, forma e limitação dada. É satisfação desde um ponto de vista limitado, ao mesmo tempo que o [[mundo]] moderno deixa insatisfeito ou ali onde aparece satisfeito consigo mesmo é *vulgar*” (MARX: 1989, 448).

O fator superior no mundo antigo é a colocação das forças produtivas a serviço do ser humano, ou seja, como valor de uso, que é a expressão das necessidades internas e externas humanas. O valor de uso não é um padrão estranho (abstrato) de medição das potencialidades humanas para a troca. O valor de uso é definição concreta e particular das necessidades humanas, não comportando a homogeneização dos indivíduos e de seus trabalhos. Onde prevalece o valor de uso são destacadas as diferenças das capacidades e necessidades humanas, o que constitui a possibilidade de coexistência de diversos processos e técnicas de produção distintas, uma riqueza destruída pela sociedade do capital, que elimina as formas distintas da ação humana que não correspondam à medida abstrata de eficiência em dinheiro.

Marx afirma que o “mundo moderno” se satisfaz com o que é vulgar, com uma perspectiva restrita das capacidades sociais e individuais. A vulgaridade é estabelecida por um padrão único de medida dos diversos aspectos da existência. Tal medida aparece em dinheiro, simultaneamente expressão limitada e universal da humanidade. Encontra-se nítida a contradição do modo de produção capitalista, que produz uma sociedade universal, sem as limitações anteriores, mas onde a finalidade é a satisfação do dinheiro e do capital.

O mundo “antigo” é limitado e precisa ser limitado para sobreviver. A sociedade do capital precisa universalizar e superar os limites, mas somente para instaurar um novo

limite, não mais de natureza física, um limite baseado na produção de uma segunda natureza, uma natureza que inverte a relação entre sujeito e objeto, põe o dinheiro como sujeito e objetiva o homem, torna-o objeto para o dinheiro. Em suma, os modos de produção ao longo da história humana foram sociedades de limitações. Limitações da primeira natureza (limitações dos próprios indivíduos na comunidade) e da segunda natureza (impostas devido ao papel desempenhado pelo dinheiro como sujeito das relações sociais de produção). Diz Marx:

“O que necessita explicação, ou é resultado de um processo histórico, não é a *unidade* do homem vivente e atuante, [[por um lado,]] com as condições inorgânicas, naturais, de seu metabolismo com a natureza, [[pelo outro,]] e, portanto, sua apropriação da natureza, mas a *separação* entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que pela primeira vez é posta plenamente na relação entre trabalho assalariado e capital” (MARX: 1989, 449).

A separação da atividade do homem das condições inorgânicas, que no capitalismo aparecem sob a forma de propriedade privada, expõe a separação da sociedade em trabalho assalariado e capital. Esta separação é produto do desenvolvimento histórico, que produziu a dissolução das formas pré-burguesas, uma dissolução que eliminou maneiras distintas de organizar a produção e pôs outra em seu lugar. Compreender as formações anteriores permite decifrar o segredo da constituição do capital, mas também elucidar os mecanismos destas formações em si mesmas. Para Marx:

“O fato de que a história pré-burguesa, e cada uma de suas fases, tenha também sua *economia* e um *fundamento econômico* de seu movimento, é au fond a mera tautologia de que a vida do homem, d’une manière ou d’une autre, descansou desde sempre sobre a produção *social*, cujas relações chamamos precisamente relações econômicas” (MARX: 1989, 449).

Marx deixa claro que cada época possui sua própria economia, sua base para a organização da produção. Este tema das características gerais que toda sociedade humana apresenta é utilizado recorrentemente na sua obra para combater duas visões: a dos defensores do capitalismo que, da característica geral de que a produção é social, concebem toda produção como idêntica, dissolvendo as diferenças essenciais; e a segunda visão, dos

proudhonistas que defendem que houve um desvio “extra-econômico” para que surgisse a propriedade privada, uma espécie de subversão do processo de produção “correto”.

A primeira visão é combatida pela demonstração das peculiaridades de cada processo de produção ao longo da história, das profundas diferenças entre as sociedades anteriores ao capitalismo e este sistema. O comum entre tais sociedades é a existência de um fundamento econômico, produtivo, o que não permite confundir com a natureza da economia no capitalismo, onde a produção passa a ser mediada pelo dinheiro e dirigida para a valorização do capital. Economia nas sociedades “pré-burguesas” significa a produção social, no capitalismo é o domínio de uma medida abstrata em tempo, materializada em dinheiro e dominada pela busca da valorização do capital.

Já a segunda visão é combatida por Marx com o argumento de que, as formas de propriedade anteriores apareciam como naturais simplesmente porquê as condições para apropriar-se da natureza inorgânica foram dadas antes, são pré-condições para a apropriação, ou seja, a comunidade existe anteriormente e, por isso, consegue apropriar-se da terra e das demais condições inorgânicas. Marx afirma que:

“O que necessita explicação, ou é resultado de um processo histórico, não é a *unidade* do homem vivente e atuante, [[por um lado,]] com as condições inorgânicas, naturais, de seu metabolismo com a natureza, [[pelo outro,]] e, portanto, sua apropriação da natureza, mas a *separação* entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que pela primeira vez é posta plenamente na relação entre trabalho assalariado e capital” (MARX: 1989, 449).

Em uma carta a J. -B. Schweitzer, datada de 24 de janeiro de 1865, em que Marx analisa a obra de Proudhon, “O Que é a Propriedade?”, a crítica é dirigida às concepções de propriedade como relações de vontade e não como relações de produção. Para Marx, Proudhon:

“... imita o método de Kant ao tratar das antinomias... dá a impressão de que para ele, como para Kant, as antinomias apenas se resolvem ‘para lá’ do entendimento humano. O que quer dizer que o seu entendimento é incapaz de as resolver” (MARX: 1990, 197).

A grande contradição produzida pela dissolução da comunidade é oriunda da perda das condições inorgânicas. A separação dos indivíduos e dos meios de produção criou o

trabalho assalariado e o capital. Esta antinomia é resolvida por uma análise baseada “... não na sua expressão *jurídica de relações de vontade*, mas na forma real, isto é, de relações de produção” (MARX: 1990, 197).

É preciso ressaltar que a dominação social está presente nas sociedades anteriores ao domínio do capital, porém, tal dominação aparece na relação com as condições inorgânicas da produção. Marx diferencia-se das duas visões (da economia política e dos proudhonistas) na análise desta relação, ao apresentar que não há separação das condições inorgânicas nestas sociedades. A sociedade do capital é a primeira forma de produção a colocar esta divisão como realidade, expressando-a como separação entre trabalho assalariado e capital. Nos modos de produção anteriores ao capital a dominação social é fruto de um outro tipo de divisão: entre a comunidade e uma parte da sociedade que é tratada como pertencente às condições inorgânicas, como elemento “natural” da reprodução. Para Marx:

“O escravo não está em nenhuma relação com as condições objetivas de seu trabalho, mas que o *trabalho* mesmo, tanto na forma do escravo como na do servo, é colocado como *condição inorgânica* da produção dentro da série dos outros seres naturais, junto ao gado o como acessório da terra” (MARX: 1989, 449-50).

Podemos perceber que a crítica de Marx se dirige ao capitalismo e às formas anteriores. Naquele se dá a separação das condições de produção, as chamadas condições inorgânicas de produção, algo novo por não haver mais uma comunidade que trate com um mundo externo; a divisão instaurada é interior à sociedade. Nas formas anteriores a divisão é colocada como exterior, cindindo a comunidade do mundo exterior. As formas de exploração são distintas, mas ainda assim dominações a serem abolidas da história humana. Não há um período histórico que permita aspirar ao retorno. Somente é possível pensar a superação das contradições por meio de um modo de produção novo que supere os conflitos anteriores e atuais.

III.4 – A dissolução das formas anteriores ao capitalismo

As formas precedentes ao domínio do capital foram dissolvidas para dar lugar às novas relações sociais. Esta dissolução estabelece uma ruptura entre o objetivo da produção

destas formas de vida e o objetivo da produção capitalista, aquelas voltadas à produção de valor de uso, e esta dedicada à produção de valor.

A dissolução a ser discutida é de natureza universal, com o desaparecimento destas formas sociais. As comunidades enfrentavam periodicamente o perigo da suas dissoluções. Porém, eram desaparecimentos particulares, onde uma comunidade era destruída ou absorvida por outra após uma guerra. A comunidade vitoriosa repunha as suas condições de produção em bases similares. Os vencidos poderiam se tornar parte das condições inorgânicas que eram a base sobre a qual a comunidade mantinha o seu nexu interno. Como diz Marx:

“O único limite que pode encontrar a entidade comunitária em seu comportamento com as condições naturais da produção – a terra –... como com condições *suas*, é outra *entidade comunitária* que já as reclame como seu corpo inorgânico. Por isso é a *guerra* um dos trabalhos mais originários de todas estas entidades comunitárias naturais, tanto para a afirmação da propriedade como para nova aquisição desta” (MARX: 1989, 451).

A propriedade é usufruída por ser estabelecida uma relação com a comunidade. A propriedade aparece com condição para a existência, como condição natural da produção. Além disso, a condição de membro da comunidade é fundamental para a existência do indivíduo. A existência deste indivíduo é objetiva e subjetiva, não é cindida, como no capitalismo, onde foi preciso separar as condições objetivas das subjetivas. O indivíduo pertence a uma comunidade e se relaciona com a terra como propriedade sua e da comunidade.

A existência subjetiva pode ser tragada e identificar-se com as condições objetivas, mas somente na medida em que a comunidade deixa de existir para o indivíduo. A perda das condições objetivas faz desaparecer a subjetividade, a objetividade é pressuposta para a efetivação da subjetividade. No capitalismo dá-se o inverso: a existência subjetiva do trabalhador separou-se das condições objetivas. Além de perder a existência comunitária, perde as condições que lhe permitiam trabalhar como proprietário. A subjetividade do trabalhador no capitalismo é formada por sua perda das condições objetivas, algo que se deu na dissolução das formas anteriores ao capitalismo. Por isso, a dissolução desempenha um papel tão destacado na compreensão de Marx sobre a formação da sociedade capitalista.

A sociedade do capital é erguida sobre a dissolução das condições de produção das sociedades comunitárias restritas. O capital necessita da destruição da propriedade como resultado de uma vida tribal. Precisa da separação entre existência subjetiva e objetiva, precisa da destruição da propriedade anterior. O próprio fundo de consumo deve ser separado das condições de produção.

A dissolução é uma ruptura, por isso somente se pode falar de formações pré-capitalistas com ressalvas. Não há uma continuidade entre as formações anteriores e o capitalismo, assim como não há um desenvolvimento necessário que leve ao capital. A dissolução não pode ser explicada apontando um caminho histórico inelutável. É preciso apresentar as razões que permitiram que, em um certo ponto, as comunidades em decadência fossem substituídas pelo capitalismo, ao invés de darem origem a uma nova forma de comunidade.

As comunidades destruídas e substituídas por outras deram origem à escravidão e servidão. Estas formas são desenvolvimentos da forma tribal. Não estão em contradição com a vida comunitária restrita, antes significam uma das manifestações de sua força. A exceção é a forma asiática onde a relação com a terra ainda não é de propriedade, mas de posse. Diz Marx:

“... escravidão e servidão são tão somente desenvolvimentos posteriores da propriedade baseada na organização tribal. Modificam necessariamente todas as formas desta. A forma a que menos podem afetar é a forma asiática” (MARX: 1989, 453).

Aqui está explicitada uma contradição importante para entender o mecanismo de dissolução: servidão e escravidão são desenvolvimentos, mas afetam e modificam as formas onde surgem. O desenvolvimento modifica as relações originárias, colocando recorrentemente a mudança e reorganização da produção. A forma asiática consegue a maior permanência por estabelecer um proprietário geral como expressão do poder da comunidade. O desenvolvimento é restringido por não haver proprietários que dirijam suas produções particulares. As condições do progresso são limitadas e a contradição do desenvolvimento é controlada.

A propriedade cria novas bases para a atividade subjetiva; o indivíduo põe sua ação em efetivação. Desenvolvem-se as condições da apropriação natural. Porém, tal apropriação é dirigida para uma finalidade concreta de preservação da vida comunitária. A

produção é a ação efetiva da capacidade subjetiva, não havendo uma cisão entre a produção e o indivíduo, entre o indivíduo e suas condições objetivas. O objetivo da produção passa a ser a própria capacidade subjetiva em sua forma individual e comunitária. Como nos diz Marx:

“O objetivo de todas estas entidades comunitárias é [[sua]] conservação, quer dizer sua reprodução no mesmo modo de existência, o qual constitui ao mesmo tempo o comportamento dos membros entre si e, por conseguinte, constitui a comunidade mesma. Mas, ao mesmo tempo, esta reprodução é necessariamente nova produção e destruição da forma antiga... De tal modo a conservação da comunidade antiga implica a destruição das condições em que se baseia, se converte em seu oposto” (MARX: 1989, 454).

Tais comunidades vivem em uma tensão permanente entre a conservação e o desenvolvimento. Não havia conciliação possível entre as duas características. A proposta de Marx é voltada para a apresentação de uma solução para o dilema das comunidades restritas anteriores ao capital, e o da universalidade dominada pela objetividade, que é o capitalismo. Sua perspectiva é a de propor um modo de produção onde as condições objetivas estejam a serviço dos sujeitos e da comunidade, e onde o desenvolvimento das capacidades e da força produtiva humana não seja um fator de dissolução social.

As comunidades que subsistem por um maior período de tempo são aquelas onde a produção assume uma forma “tradicional”, preservando as condições da produção e da propriedade. A continuidade é a condição fundamental para a preservação das comunidades antigas. O desenvolvimento provoca a dissolução não apenas das formas de vida, mas também das formas em que se configuram os produtores. Diz Marx:

“No ato mesmo da reprodução não somente se modificam as condições objetivas,... a aldeia se torna cidade, a terra inculta, campo despejado, etc., mas que também se modificam os produtores, enquanto despertam novas qualidades, se desenvolvem a si mesmos através da produção, se transformam, constroem novas forças e novas representações, novos modos de inter-relação, novas necessidades e nova linguagem” (MARX: 1989, 455).

O desenvolvimento da comunidade é o seu principal fator de dissolução. No capitalismo ocorre o inverso: a dissolução se torna a marca da sua conservação. O

capitalismo conserva a si mesmo destruindo as formas tradicionais. Inicia-se o período de transformações permanentes, caracterizado pelo domínio do capital. Porém, esta combinação continuamente nova das forças produtivas produz ininterruptamente o domínio dos objetos sobre os indivíduos. Uma sociedade que substituísse o modo de produção capitalista deveria suplantá-lo, assumindo formas distintas de relação sujeito-objeto. Os objetos teriam que retornar ao seu papel de instrumentos para a satisfação das necessidades humanas, mas com a contínua evolução destas necessidades¹⁰.

As relações entre as comunidades antigas provocavam a dissolução. Essa dissolução é essencialmente a modificação da natureza da propriedade em sua estrutura comunitária. A relação com a propriedade (o que implica a relação com a terra, com os meios e objetos de trabalho) sofre alterações e se estabelecem novas formas de existência. Tal substituição foi, durante longo tempo, apenas entre comunidades distintas. Porém, o capitalismo eliminou esta sucessão de povos e comunidades distintas, substituindo-as por uma formação social global.

¹⁰ Devemos ressaltar que não podemos confundir a idéia de necessidade em Marx com a concepção de necessidade para a Economia Política. Nesta, as necessidades de objetos e da subsistência aparecem como ilimitadas e os recursos são escassos, o que denuncia o domínio dos objetos sobre os sujeitos. Daí derivam os economistas que a subsistência deve ser a motivação para a produção, algo que encontramos em Malthus e Ricardo. Para Marx a necessidade imposta pela Economia Política é a miséria e a redução das necessidades humanas ao patamar dos animais, sendo a destruição da verdadeira necessidade humana. Marx discute este tema nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844.

CAPÍTULO IV – OS PRINCÍPIOS DO PRESENTE

A análise de Marx ao longo dos “Grundrisse” sobre a formação social capitalista desenvolve-se em dois planos: a) explicitação crítica do papel desempenhado pelo dinheiro, demonstrando as conexões entre este e aquela formação social, provando assim, a impossibilidade de uma “reforma” do papel da figura monetária, como queriam os proudhonistas; e b) elucidação da relação social fundamentada no capital, ou melhor, a demonstração de que o capital mesmo é uma relação social.

Desenvolveremos a argumentação seguindo esta divisão essencial estabelecida por Marx em sua obra para caracterizar os aspectos que definem o modo de produção capitalista. Tais aspectos são as bases que devem ser compreendidas para possibilitar um programa de superação do capitalismo. Assim, seguiremos lendo os “Grundrisse” para compreender a proposta de Marx para a eliminação do atual modo de produção.

Neste capítulo desenvolveremos a discussão sobre a análise de Marx sobre o dinheiro, que ele leva a cabo no livro I dos “Grundrisse”.

IV.1 – O Dinheiro

Um dos pontos basilares do modo de produção capitalista é o dinheiro em sua forma universal, e como expressão de relações que o produziram e o elevaram à condição de elemento dominante das relações sociais, a figura mais refinada de sutis abstrações produzidas no mercado.

No “Kapitel vom Geld” Marx começa a discutir que a crise inglesa de 1809-1811 é fruto do aumento do preço do ouro e não da taxa de conversibilidade dos papéis emitidos pelo sistema bancário em ouro. O problema não é a conversibilidade, mas que o próprio ouro variou de valor. Este era um ponto decisivo da diferenciação do argumento de Marx em confronto com a tese defendida pelo proudhonista Darimon. Este achava que a substituição do ouro por uma moeda-trabalho superaria as crises e as contradições do sistema. Isto permite a Marx explicitar o fundamento do dinheiro, afirmando que não é o ouro que produz as contradições, mas algo de maior profundidade: a própria medição abstrata em tempo de trabalho e a sua materialização em mercadorias.

Seriam o ouro e a prata mercadorias especiais e, por isso deveriam ser substituídas em sua função de dinheiro por uma “igualdade” de todas as mercadorias, já não existindo supremacia entre elas; eis o argumento de Darimon. O incorreto seria haver um monopólio da figura monetária por parte do ouro. Que todos os objetos se tornem moedas, o que importa é que sirvam como capital. Marx pergunta então: por quê os metais preciosos adquirem tal diferença das demais mercadorias? Desperta a possibilidade de trazer à tona a natureza real do dinheiro e o porquê de sua configuração em um objeto concreto, com determinadas características, em um valor de uso específico.

O preço do ouro, assim como o do trigo, varia em proporção à capacidade produtiva da sociedade para obtê-lo. Diz Marx:

“Com ou sem moeda metálica ou de qualquer outra espécie, a nação se encontraria em uma crise que se estenderia não somente ao trigo, mas a todas os outros ramos de produção, já que não somente positivamente sua produtividade diminuiria e o preço de sua produção seria depreciado com respeito ao valor determinado pelos custos de produção normais, mas também todos os contratos, todas as obrigações, etc., que repousam sobre os preços médios dos produtos... Independentemente do dinheiro, a nação se encontraria então ante uma crise geral” (MARX: 1989, 53).

Segundo Marx todas as “relações econômicas se apóiam sobre uma produtividade média de seu trabalho”. A base sobre a qual se ergue o organismo econômico da sociedade capitalista é a medição do trabalho em uma média abstrata. As crises não ocorrem pelo simples uso de um metal precioso como moeda, algo defendido por Darimon, mas pela própria natureza do sistema. Compreender a natureza do sistema permite entender suas contradições, e a superação destas somente é factível com a superação das engrenagens profundas que o movem.

Segundo Marx, para Proudhon “...somente os metais preciosos possuem um valor autêntico...”. Mas, ouro e prata são mercadorias e são regidas pela lei do valor, ou por sua produtividade média social. Depreciação de ouro e prata significa encarecimento do trigo. Também não adianta tentar afirmar que os metais preciosos em forma de moeda são fixados em medidas impressas em sua forma monetária, pois as medidas também são fixas para as

características concretas de outros objetos. Ressalta aqui a importância da distinção estabelecida por Marx em “O Capital” entre o valor de uso e o valor em sua diferença das medidas concretas e da medida abstrata do valor. Esta última não é uma medida fixa, mas social, estando sujeita às variações da produtividade social.

Marx identifica a crise, que é analisada por Darimon como sendo de origem monetária, como fruto do decréscimo da produtividade social em relação ao trigo. Para Marx: “A exportação de ouro não é a causa da crise do trigo, mas que, pelo contrário, a crise do trigo é a causa da exportação de ouro” (MARX: 1989, 54). Ouro e prata podem contribuir para agravar a crise, mas não para gerá-la.

A crise pode ser expandida pela complexa relação entre os bilhetes de banco, ou papéis-moeda, e sua taxa de conversão em ouro. Surge o problema do dinheiro nominal e sua base real em ouro e prata. Os “bilhetes de banco” traduzem a conversibilidade destes em metal precioso. Muitas crises capitalistas estiveram relacionadas à ausência de lastro para garantir a conversibilidade, porém, os problemas decorrentes daí podem ser resolvidos sem que a natureza do sistema seja modificada, ou como diz Marx: “... sem abandonar esta mesma base social...” (MARX: 1989, 57).

A depreciação da moeda em ouro não deixa de ocorrer por ser ela o “único valor autêntico”, mas por trazer em sua figura física a determinação quantitativa de seu valor. A moeda sempre expressará seu valor fixado de face, mas sua essência como dinheiro é oriunda da relação de valor. Esta é sujeita a movimentos contínuos, seja determinados por movimentos da demanda e da oferta, seja por variações de produtividade.

Porém, a depreciação implica necessariamente o seu oposto: a valorização, ou a conversibilidade implica a inconversibilidade. A existência de uma relação monetária em que papéis podem ser convertidos em ouro, significa que este é o que garante a aceitação universal de tais títulos, logo outras mercadorias estão excluídas desta conversibilidade universal, o dinheiro assumiu uma forma autônoma e dominante sobre o mercado. A cambiabilidade universal nunca chegou a existir, pois nos períodos de domínio do escambo a troca estava determinada pela aceitação mútua dos produtos que trocavam de mãos. Tal conversibilidade universal é estampada na forma particular de uma mercadoria que assume a natureza de dinheiro, logo de circulação universal. A existência de uma sociedade em que todos os produtos podem se tornar mercadorias exige a constituição de uma mercadoria

particular que torna-se a expressão de uma comparação universal entre os produtos-mercadorias.

A comparação acima referida é uma comparação entre todos os níveis de produtividade média e de sua participação no tempo médio que a sociedade precisa para obtê-lo. O valor não será estabelecido pelo tempo requerido para a produção de um objeto específico, mas da força social geral que foi posta em ação na criação do produto. Como diz Marx: “O que determina o valor no é o tempo de trabalho incorporado nos produtos, mas o tempo de trabalho atualmente necessário” (p. 59). Isto significa que a cada avanço ou retrocesso no processo produtivo variará a medida social das mercadorias, independente do valor que contenham oriundo de suas respectivas criações. O próprio valor variará em proporção aos produtos que pode adquirir, sendo esta uma manifestação da contínua evolução a produtividade do trabalho vivo, o que deprecia constantemente o trabalho objetivado nos produtos.

Esta apreciação leva-nos ao centro da polêmica entre Marx e a visão de Proudhon e seus seguidores: a natureza do valor; o que nos permite divisar a posição de Marx sobre o papel desempenhado pelo valor como sustentáculo do modo de produção capitalista. Diz ele:

“O *valor* (o valor real de troca) de todas as mercadorias (inclusive o trabalho) está determinado por seus custos de produção, em outros termos, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção. O *preço* é este valor de troca expresso em dinheiro” (MARX: 1989, 61).

Os proudhonistas esperavam que a substituição do dinheiro metálico por uma moeda em trabalho pudesse eliminar as contínuas alterações de preço dos produtos, as valorizações e desvalorizações, a diferença entre valor real e nominal, entre preço e valor, sendo a própria supressão das contradições capitalistas, regulando e igualando demanda e oferta. Porém, valor e preço possuem diferenças que não são somente nominais.

O valor das mercadorias é um valor médio, um mecanismo de “abstração extrínseca”, que permite comparar as mercadorias em um intervalo de tempo. O preço é o valor expresso em dinheiro. A abstração é um mecanismo social fruto de uma forma peculiar das relações humanas de produção. A capacidade de abstração proveniente do

valor é o resultado de um logo desenvolvimento que criou a sociedade capitalista, não é um artifício que pode ser extirpado da sociedade sem que se mude as próprias bases do modo de produção.

Preço e valor se distinguem, o que explica as oscilações do valor de mercado. O preço é a negação do valor, mas não uma negação absoluta, e sim uma “negação da negação”. O valor é a média dos próprios preços das mercadorias em um determinado período de tempo. Já os preços são produtos da demanda e da oferta, e a raiz última da demanda e da oferta é estabelecida sobre os custos de produção. Ou seja, tempo de trabalho socialmente médio (ou custos de produção) que determina o valor, que determina demanda e oferta, que determinam preços. Eis a argumentação de Marx para provar que as contradições entre estas figuras do mercado não são desvios da rota, mas essências da própria relação capitalista.

“O preço das mercadorias é constantemente superior ou inferior a seu valor, e o mesmo valor das mercadorias existe somente no *up and down* dos preços das mercadorias. Demanda e oferta determinam de modo constante os preços das mercadorias; nunca coincidem ou somente o fazem acidentalmente; mas os custos de produção por sua parte determinam as oscilações da demanda e da oferta” (MARX: 1989, 62).

A identificação imediata entre preço e valor, com a supressão das crises de demanda e oferta, algo pretendido por Darimon com a sua proposta de um dinheiro-trabalho, com uma configuração monetária que expressasse, ao mesmo tempo, preços e valores, é desmantelada por Marx. O mecanismo da medição em tempo, ou de custos de produção, é o elemento que constrói todas estas categorias. A dependência de preço, valor, demanda e oferta é explicitada em relação à medição em tempo de trabalho. Todas estas categorias irão desembocar na expressão sonante do dinheiro; este é a manifestação fenomênica dos processos construídos pelo desenvolvimento e dominação do mercado sobre as formas de produção anteriores.

A existência do mercado em sua forma dominante exige a separação de uma das mercadorias para assumir a forma-dinheiro, tornando-se uma mercadoria especial, com a

capacidade universal de comparação como seu monopólio. O dinheiro é a monopolização da representação do valor e da abstração realizada pelo mercado com os tempos de produção das mercadorias. A verdadeira sustentação do dinheiro é o valor. Por isso, a discussão sobre essência e aparência assume um papel destacado nos “Grundrisse”. O próprio mercado é a elevação da dicotomia entre real e abstrato, entre real e nominal, entre essência e aparência, à condição dominante. A dicotomia traduz-se em permanente luta e contradição. A marca central das manifestações do mercado é o conflito, a concorrência, a disputa e o combate conduzidos a um grau extremo. Estes sintomas não são desvios que possam ser habilmente evitados, mas fundamentos para a existência da sociedade de mercado. O conflito entre preços e valores é a face oculta da luta entre concorrentes e dos conflitos humanos dominados pela relação capitalista. Diz Marx:

“A diferença entre preço e valor cria o requerimento de que os valores entendidos como preços sejam medidos com um padrão de medida distinto do seu próprio. O preço distinto do valor é necessariamente o *preço monetário*. Aqui se vê que a diferença *nominal* entre preço e valor é condicionada por sua diferença *real*” (MARX: 1989, 65).

A diferença real entre preço e valor produz o dinheiro, que precisa ser a evolução de uma mercadoria em sua nova função de comparação das outras mercadorias. O dinheiro assume a figura de um valor distinto dos outros valores, assume uma autonomia frente aos valores particulares, estabelece um domínio sobre as demais. O dinheiro é o desembocadouro da evolução da mercadoria. Porém, a relação entre dinheiro e mercadoria não é tranqüila. A passagem de um ao outro só é estabelecida pelos meandros do mercado, o que nem sempre ocorre. Os proudhonistas supunham poder eliminar as dificuldades de mercado preservando o próprio mercado através de uma outra moeda, mas a moeda e o mercado são intrinsecamente ligados. A existência de dinheiro, seja ele em que forma for, repõe as contradições e dilemas de mercado.

Da exposição das diferenças entre preço e valor, Marx passa a explicar o valor mesmo como categoria. O valor é a característica da mercadoria na troca. O valor permite que objetos de naturezas distintas possam ser comparados e trocados. Há uma capacidade universal dada pelo valor à mercadoria: a capacidade de participar da comunidade de

valores, onde se extinguem as especificidades e se homogeneízam os objetos. Além desta participação na capacidade universal de troca há uma capacidade particular da própria mercadoria, que é o seu valor específico, a sua comparação com a produção social geral, o seu percentual no conjunto do processo geral de produção.

O valor expressa uma dupla realidade: a “cambiabilidade” geral e a específica. A estrutura do mercado é centrada nesta duplicidade. O caráter universal das trocas é a essência do mercado. A participação nesta universalidade é a demonstração do domínio do valor como categoria social específica do capitalismo. Desta participação universal deriva a possibilidade de participar de forma específica no produto social. Diz ele:

“... valor é não somente o caráter intercambiável da mercadoria em geral, mas a intercambiabilidade específica de mercadoria. O valor é ao mesmo tempo o expoente da proporção em que uma mercadoria se troca por outra, e o expoente da proporção em que uma mercadoria foi já trocada, na produção, por outras mercadorias (tempo de trabalho materializado); ele é sua intercambiabilidade quantitativamente determinada” (MARX: 1989, 65).

A universalidade do mercado e da própria sociedade capitalista está interligada ao valor como categoria. O capitalismo estabelece a universalidade das relações humanas, mas como elementos do valor, daquela capacidade de troca universal. Ou seja, o universal é a mercadoria, ou o domínio da mercadoria sobre a sociedade.

As mercadorias são objetos qualitativamente distintos e incomparáveis, porém o valor permite a comparação universal. As mercadorias adquirem socialmente a qualidade especial de poderem ser comparadas quantitativamente. Esta é uma qualidade não oriunda da natureza material dos objetos que se tornam mercadorias, mas nascida da especificidade social do modo de produção capitalista. Assim:

“O valor é sua relação social, sua qualidade econômica... Como valor a mercadoria é ao mesmo tempo um equivalente de todas as outras mercadorias em uma determinada relação. Como valor a mercadoria é um equivalente; como equivalente, todas as suas qualidades naturais estão canceladas nela; a mercadoria não

mantém já nenhuma relação qualitativa particular com as outras mercadorias; ela é tanto a medida universal como o representante universal, como o meio universal de troca de todas as outras mercadorias. Como valor ela é *dinheiro...*” (MARX: 1989, 66).

O dinheiro é a manifestação de um equivalente sem qualidades, o universal quantitativo, a demonstração do valor como perda das qualidades; algo presente em todas as mercadorias, mas somente o dinheiro é o representante universal reconhecido, o meio universal de troca entre as mercadorias. O dinheiro aparece como mediador entre as mercadorias. Além disso, aparece como o próprio valor materializado, a medida de valor fisicamente presente, permitindo a rápida conversão mental do processo social de produção em quantidades.

O dinheiro não é algo externo ao mundo da mercadoria, ao contrário, insere-se em sua natureza mais profunda. Apesar de que, em diversos modos de produção o dinheiro esteve presente, apenas na formação social em que domina a produção capitalista ele assume o caráter de materialização da medida abstrata das mercadorias, o caráter de expressão universal do valor. Dinheiro e valor são estruturalmente ligados. Tal estruturação é uma especificidade do capitalismo, suporte de tal relação social e elemento diferenciador de outros modos de produção.

A mercadoria é caracterizada pela dupla natureza: qualidade e quantidade. Ela não pode prescindir desta dicotomia. A qualidade a diferencia das outras mercadorias, a quantidade permite a igualdade. Porém, a igualdade quantitativa não significa que haverá uma troca real. O momento da troca estabelece o intercâmbio de qualidades desiguais quantificadas igualmente. Transparece assim a natureza contraditória da mercadoria: a troca ocorre somente pela diferença, mas a partir de uma igualdade abstrata. A mercadoria carrega a possibilidade social de medir-se, comparar-se, a outras mercadorias, mas nada assegura diante disso que tal igualdade irá concretizar-se. A quantificação abstrata submete a qualidade concreta, mas continua atada a ela. Assim:

“... a diversidade natural das mercadorias deve entrar em contradição com sua equivalência econômica, e uma e outra podem subsistir uma junto à outra somente enquanto a mercadoria adquire

uma existência dupla; junto à sua natural, adquire uma existência puramente econômica na qual ela é um mero signo, uma letra que representa uma relação de produção, um mero signo de seu próprio valor” (MARX: 1989, 66).

O mercado é o campo das trocas universais, porém em uma infinidade de trocas particularizadas. Nesta particularidade supõe-se a igualdade abstrata e troca-se os produtos por suas qualidades concretas. O mundo das mercadorias vive aí a possibilidade da ocorrência das crises. Vem à tona uma das peculiaridades do capitalismo: a produção social é dirigida por uma vontade abstrata (o valor), que regula sua vida interna, transparecendo autonomia e segurança, uma vontade universal dominadora, mas sofre as incertezas da demanda, das particularidades qualitativas, esperando que elas troquem de mãos e se realizem como mercadorias. A suposta unidade entre o particular e o universal revela luta e contradição. A sociedade de particulares é dominada por uma expressão universal abstrata conflitante, e esta soçobra em sua incapacidade para garantir diante mão a existência da realização da mercadoria.

Como valor o dinheiro é universal, precisa traduzir o valor de todas as mercadorias e do conjunto da força produtiva social, mas como mercadoria real é particularidade, é uma mercadoria como as demais, contendo uma quantidade de trabalho específico para a sua produção e que se opõe à medida social de produção.

O dinheiro é a medida das mercadorias, ao qual todas as mercadorias se reduzem e que se reduz a todas as mercadorias: o equivalente geral, algo ao qual todas as mercadorias se comparam e que permite a comparação entre elas. O dinheiro interpõe-se às mercadorias permitindo a sua troca.

O dinheiro é resultado de uma abstração feita pelo mercado para compreender o percentual que cada mercadoria possui no conjunto da força de trabalho social. O dinheiro é a característica suprema da abstração mental que permite a existência do valor como categoria. O dinheiro é também uma abstração no papel, mas medição real na troca, um meio para acionar a abstração, por isso precisa de uma mercadoria com propriedades naturais em que se efetive.

O dinheiro permite igualar as mercadorias em uma unidade e pela igualdade que não é atingida pela natureza distinta das mercadorias. O dinheiro iguala o que falta em uma mercadoria para obter a outra.

As mercadorias só se igualam na troca, pois são naturalmente, qualitativamente, distintas. O dinheiro permite a igualdade por ser reconhecido como o equivalente geral, a medida dos valores e, ao mesmo tempo, o meio de troca.

A igualdade entre objetos distintos, na forma de mercadorias, ocorre com a igualdade estabelecida com um terceiro elemento, que expressa uma relação, mas uma relação mental, representada, pois é preciso que as relações adquiram a naturalidade que permite não enxergar mais os sujeitos que as forjam. O dinheiro aparece como natural e não como relação. O dinheiro que é o resultado da relação é a medida das relações entre as mercadorias.

A medida não aparente das relações entre os objetos mercantis é a conversão da mercadoria em tempo de trabalho, um tempo não materializado, não particularizado em um objeto, mas como comparação ideal com o conjunto do trabalho social, com a separação de uma qualidade abstrata de tempo de trabalho social. Uma qualidade é separada das demais: o tempo de trabalho pensado socialmente.

Este tempo é que permite comparar mercadorias distintas em um tempo comum que somente existe em forma mental, em forma social. Para Marx:

“A mercadoria deve ser antes de tudo convertida em tempo de trabalho, ou seja, em algo qualitativamente distinto dela... para ser logo comparada, como determinada quantidade de tempo de trabalho, como determinada magnitude de trabalho, com outras quantidades de tempo de trabalho, a outras magnitudes de trabalho” (MARX: 1989, 68).

Este tempo social é divisível, mas as mercadorias concretas são divididas por suas particularidades concretas. O valor de troca as coloca em um plano comum da divisibilidade, o plano da “intercambiabilidade” (p.69).

A relação universal de troca que envolve as mercadorias e produz o reconhecimento mútuo na qualidade abstrata de tempo de trabalho social é resultado de um longo processo, e que acaba por produzir um símbolo social reconhecido universalmente, uma expressão

cristalizada das relações sociais de troca, uma mercadoria que é o próprio objeto das trocas, que possui a qualidade inequívoca de representar o tempo social: o dinheiro.

O dinheiro é produto do desenvolvimento da troca e não uma invenção astuciosa de um mercado já desenvolvido; ele é a separação de uma mercadoria do conjunto das trocas. É o papel assumido ao longo do tempo por uma mercadoria que compartilhava a companhia das outras. Quando esta mercadoria torna-se dinheiro ela pode ser representada por um símbolo de si mesma: o papel-dinheiro. O dinheiro por ter se tornado um símbolo produz o símbolo de si, “... este símbolo, este signo material do valor de troca, é um produto da troca mesma e não o pôr em ação de uma idéia a priori” (MARX: 1989, 69).

A existência dupla das mercadorias, como produto natural e como valor de troca faz com que a própria divisão e contradição da mercadoria seja expressa externamente. Surge o dinheiro como materialização do valor de troca de todas as mercadorias. É a cisão do valor de troca da existência natural das mercadorias, permitindo que a comparação entre os objetos ocorra por meio de um terceiro elemento. Como afirma Marx:

“A determinação do produto como valor de troca supõe portanto necessariamente que o valor de troca receba uma existência separada, cindida do produto. O valor de troca cindido das mercadorias mesmas e existente ele mesmo como uma mercadoria junto a elas, é: *dinheiro*” (MARX: 1989, 70).

O dinheiro acaba por assumir diversas propriedades: medida de troca das mercadorias; meio de troca; representante das mercadorias; mercadoria universal. Todas as mercadorias referem-se à sua forma separada e dominante. O dinheiro se torna o objeto dos contratos, a própria expressão do domínio social da propriedade privada.

O avanço da divisão do trabalho e de um caráter social da produção caminha conjuntamente com a necessidade da troca e com a transformação do produto em puro valor de troca. A troca e o dinheiro tornam-se dominantes e subordinam os produtores. O dinheiro assume a face de um domínio externo, como uma relação estranha, algo independente dos produtores, um mecanismo que amplia a dominação do valor de troca sobre o produto natural. Como discorre Marx:

“... cresce o poder do *dinheiro*, ou seja a relação de troca se fixa como um poder externo aos produtores e independente deles. O

que originariamente se apresentava como meio para promover a produção, se converte em uma relação estranha aos produtores. Na mesma proporção em que os produtores se convertem em dependentes da troca, esta parece tornar-se independente deles, e parece crescer o abismo entre produto como tal e produto como valor de troca” (MARX: 1989, 72-3).

A transformação do produto em mercadoria, em objeto de troca, produz o valor de troca do objeto, o que gera o valor de troca como algo distinto do próprio objeto, e este valor de troca externo gera o dinheiro. A mercadoria é o pilar da formação social dominada pelo dinheiro.

A dupla natureza da mercadoria é a princípio uma diferença entre o objeto em forma de mercadoria e o dinheiro, entre uma natureza particular do objeto com qualidades distinguíveis e a propriedade social universal de poder ser trocada por outras mercadorias. porém, a simples diferença produz a oposição e a contradição, pois não há garantia de que o particular se transforme no universal, ou seja, a mercadoria seja vendida e o seu possuidor consiga em troca a forma universal do valor de troca: o dinheiro. Esta é a raiz das crises no capitalismo. Ela decorre da natureza intrínseca da sociedade onde a mercadoria é universal.

O solo sobre o qual está erguida a sociedade capitalista é que cria as condições de suas crises. A mercadoria já contém em si a natureza dúplice e diferenciada que cria as contradições intrínsecas à formação social capitalista. As crises não são elementos externos e controláveis por medidas que preservem a estrutura fundamental desta sociedade. As crises decorrem já da diferenciação da mercadoria em objeto concreto, com qualidades, e em valor de troca, em mercadoria.

A passagem do particular ao universal é dependente do valor universal na forma de dinheiro, que se tornou externo à mercadoria. A possibilidade de a mercadoria comparar-se às outras por meio da troca não assegura que a troca ocorrerá. O encontro da mercadoria como o dinheiro torna-se fortuito e dependente de situações externas. Decorrentes da própria natureza externa que configura o dinheiro. Para Marx:

“Dado que a cambiabilidade da mercadoria existe fora da mercadoria mesma sob a forma de dinheiro, ela se converteu em algo distinto da mercadoria, estranho à mesma, algo com o qual a

mercadoria deve ser primeiramente equiparada, algo com respeito ao qual é *d'abord* desigual. Mas a própria equiparação passa a depender de condições externas, sendo portanto fortuita” (MARX: 1989, 73).

O valor de troca se cinde em dois momentos: valor de troca na forma de objeto-mercadoria e na forma de dinheiro. Este é um dos motivos das crises. O segundo fator é que a própria troca é separada em dois momentos: a mercadoria se converte em dinheiro e precisa o dinheiro ser reconvertido em outra mercadoria. Temporal e espacialmente distintos estes atos podem não se realizar, o que estabelece um outro elemento gerador de crises. Os atos de venda e compra, por estarem separados, são independentes. Transparece a dependência das qualidades dos objetos frente à possibilidade de efetivar-se ou não a sua troca por outros objetos distintos. A troca determina a possibilidade da realização das qualidades dos objetos, tornando-se superior, dominando as qualidades concretas, “... deixa de existir sua identidade imediata” (MARX: 1989, 73).

O terceiro fator das crises é decorrente de que ao serem separados os momentos de compra e venda, surge a separação dos compradores e vendedores. O dinheiro se torna independente dos possuidores de mercadorias e das mercadorias mesmas, já que assumiu uma forma específica. Surge um comércio que já não é dirigido à aquisição de objetos com qualidades concretas, mas motivado pela aquisição do dinheiro em sua forma autônoma, “... e que em tal operação não tem por finalidade a posse das mercadorias com produtos, mas simplesmente obter valores de troca como tais, dinheiro” (MARX: 1989, 74).

A troca inicia como a busca da aquisição de objetos com qualidades distintas, movida pelo consumo, mas atinge o estágio em que o objetivo é a aquisição do dinheiro. Surge uma camada comercial que medeia o consumo. A produção passa a trabalhar para o comércio, e somente através deste para o consumo. A distância entre produção e consumo cria uma nova frente para o surgimento das crises. O comércio e o consumo podem ter objetivos e desejos distintos. As contradições entre a demanda e a oferta são o resultado da natureza da mercadoria, não motivos alheios ao modo de produção e que poderiam ser domesticados por medidas supostamente adequadas. Não há como corrigir as distorções do mercado de maneira substancial, pois o mercado é a expressão das distorções e da cisão da mercadoria mesma. Para Marx:

“Mas, dado que a produção trabalha de maneira imediata para o comércio e somente mediatamente para o consumo, ela está obrigada tanto a sofrer esta incongruência entre comércio e troca, como a gerá-la por seu lado. (As relações entre demanda e oferta resultam completamente invertidas.) (Do comércio propriamente dito se separam por sua vez os negócios que têm por finalidade o dinheiro)” (MARX: 1989, 75).

O dinheiro surge como o representante das mercadorias, ou de seus valores, mas se torna rapidamente representado pelas mercadorias. Estas passam a depender do dinheiro para existirem, precisam de sua aceitação para atingir seus objetivos. As mercadorias e, conseqüentemente, os produtos são arrancados de sua condição particular e contrapostos a uma situação universal, ao mercado mundial. O dinheiro representa a superação da esfera local, mas submetendo os objetos à sua condição invertida de valor. A universalidade das relações é unicamente a universalidade do dinheiro e de seu domínio sobre os objetos. Tal domínio expande-se sobre os produtores, na medida em que a cisão da mercadoria estabeleceu a dominação sobre as relações sociais.

O quarto fator gerador das crises é que a transformação do valor de troca das mercadorias em um elemento externo a elas (o dinheiro), gera a mercadoria-dinheiro que é um elemento comum de unidade das mercadorias e, ao mesmo tempo, um elemento particular, por ser uma mercadoria com distintas denominações, o que aparece na diversidade das moedas existentes.

“O dinheiro se converte em uma mercadoria como as outras e ao mesmo tempo não é uma mercadoria como las outras. Não obstante sua determinação universal, ele é algo trocável junto às outras coisas trocáveis. Não é somente o valor de troca universal, mas ao mesmo tempo um valor de troca particular junto aos outros valores de troca particulares. Daqui surge uma nova fonte de contradições que se manifestam na prática” (MARX: 1989, 77).

A existência do dinheiro, em sua forma desenvolvida, é resultado de um desenvolvimento de sociedades marcadas pela dependência pessoal, para uma sociedade da

dependência em relação ao dinheiro. A troca domina todas as relações de produção criando o predomínio da mercadoria; esta tem o seu valor determinado pelos custos de produção, pelo tempo de trabalho social. A afirmação de uma medida abstrata elimina socialmente o poderio das afirmações concretas; o domínio pessoal é substituído pelo domínio por intermédio do dinheiro.

A dependência particular de um indivíduo em relação aos outros é substituída pela dependência em relação ao mercado, ao dinheiro. Ao contrário do que afirma Adam Smith, que a busca do interesse individual permite alcançar o conjunto dos interesses particulares, Marx afirma que surge uma guerra de todos contra todos, onde cada um procura obstaculizar os interesses dos outros. Além disso, e mais importante, cada um está limitado ao domínio social estabelecido pelo valor, pelo mercado. O interesse privado é limitado por este interesse social mais profundo; cada um está restrito às condições impostas socialmente. Ao invés da sociedade da liberdade do indivíduo, da afirmação das vontades particulares, produz-se o seu oposto: o domínio de todas as vontades pelo dinheiro.

A sociedade baseada no dinheiro é caracterizada pela “dependência mútua e generalizada dos indivíduos reciprocamente indiferentes” (MARX, 1989, p. 84). A conexão entre os indivíduos é estabelecida pelo mercado, pelo valor de troca. Cada indivíduo somente participa da sociedade como produtor de mercadoria, como produtor da substância social universal, o valor de troca, e, além disso, somente quando a mercadoria particular metamorfoseia-se em dinheiro, o valor de troca universal.

A sociedade é dominada por princípios estranhos aos indivíduos. O caráter da produção. Diz Marx:

“O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, se apresentam aqui como algo alheio e com caráter de coisa frente aos indivíduos” (MARX: 1989, 84).

Os indivíduos saem de sociedades onde dominam as relações pessoais de dependência para a sociedade onde cada um é indiferente frente ao outro e dependente do dinheiro. As relações sociais dominam os indivíduos como características independentes, colocam tais indivíduos em luta, tornando-os indiferentes entre si. Tal sociedade é a

manifestação do domínio da mercadoria e das relações sociais de produção que as sustentam.

A mercadoria é o domínio de uma coisa sobre os indivíduos. É a supremacia das coisas sobre as pessoas, gerando um poder estranho e que atribui poder a cada um somente na medida em que possui este objeto dominante. Encontramos aqui a relação entre este mesmo tema, desenvolvido por Marx nos “Manuscritos de 1844”, nos “Grundrisse” e em “O Capital”, o tema da dominação das coisas sobre as pessoas.

Marx identifica que a sociedade onde a mercadoria é dominante provoca um duplo resultado: o primeiro é que a produção é social, continua a ser social, mesmo que os indivíduos não se reconheçam produzindo socialmente; o segundo resultado é que a sociedade não reconhecendo as suas conexões, somente encontra a sociabilidade da produção de forma invertida, como dominação e fatalidade. A produção é mediada pelo valor, pela troca, não é uma produção imediatamente social (MARX: 1989, 86).

O indivíduo é dominado pelo dinheiro, pelo valor, pelo mercado, pela mercadoria. As relações são sociais, mas de uma sociedade dominada pelo objeto, um objeto que já não possui características concretas, um objeto que é a expressão abstrata de um poder social. A substância abstraída dos objetos e a dominação do dinheiro são os resultados da sociedade das mercadorias, elemento inseparável desta formação social.

O dinheiro oculta o nexo entre os indivíduos, reifica as relações sociais, esconde a verdadeira natureza das relações, pois o meio de troca não fica indiferente aos nexos sociais, ele dirige tais nexos, tornando-se mais do que um meio, tornando-se o próprio nexo. Os indivíduos perderam o domínio sobre a relação social, o domínio é externo, configura-se como objeto que permite a vida social. O indivíduo perde o controle e tenta recuperá-lo por meio da própria mercadoria. Tenta obter informações sobre o comportamento dos outros indivíduos. Tenta obter controle através de informações sobre a ação dos outros no mercado. O mercado surge aos seus olhos como força viva, independente, externa, o que confirma a alienação do controle sobre as condições sociais. Para Marx se dá “... uma relação *material, independente*” dos indivíduos (MARX: 1989, 89).

O estranhamento frente às condições sociais de produção é derivada das determinações que produziram o dinheiro. O dinheiro oculta e representa, ao mesmo tempo,

os valores das mercadorias e sua base: o tempo de trabalho. O trabalho é objetivado em mercadoria, a qual configura-se em valor. Porém, tal valor precisa expressar-se em algo distinto de si mesmo, pois a própria divisão da mercadoria em qualidade e quantidade assim o exige. O valor precisa exibir-se em uma forma puramente quantitativa, a quantidade social de trabalho. O dinheiro é a expressão de todas as produções, dos trabalhos de todos os indivíduos, a força de toda a sociedade e de toda a capacidade coletiva cristalizada em um objeto. O dinheiro foi produzido por esta separação entre quantidade e qualidade dos objetos, o que acabou por subordinar os indivíduos aos objetos e, posteriormente, ao objeto quantitativo por excelência: o dinheiro.

A sociedade somente reconhece a si no dinheiro. Seu potencial só é visível na forma monetária, sem ele todos os indivíduos aparecem frágeis e desligados, em contradição, dependentes de variáveis incontroláveis. A enorme força social aparece estranha e oposta ao indivíduo. O mercado estabelece a condição da sua existência. As mercadorias e o dinheiro parecem dotados de vida própria e regulam as escolhas. Não parece possível contrariá-los. A evolução social surge como obra dos objetos, das coisas e não podem ser contraditados.

A medição em tempo é uma forma de reunir toda a força coletiva, mas é uma unidade expressa em valor, em tempo abstrato, com o objetivo de possibilitar as trocas. O objetivo não é possibilitar a existência humana. Os indivíduos existem para a satisfação do mercado e de sua forma cristalizada, o dinheiro.

O dinheiro somente se opõe às mercadorias em sua forma interna de mercado, que é uma forma essencialmente de cisão, de contradição. O dinheiro é o estágio mais alto da mercadoria, o ápice da troca. O que não quer dizer que o mercado flua sem problemas. Dinheiro é o desaguadouro do domínio da mercadoria, do valor. O mercado sofre crises por sua natureza fincada já na mercadoria, nas características desta como objeto concreto e valor. O dinheiro é fruto da sociedade de mercadorias, apesar de que ele a domine e seus desígnios passem a dominar as mercadorias particulares. Por ser a força universal da mercadoria domina a particularidade, a mercadoria individual. Um domínio de dependência mútua, pois como diz Marx: “Se o dinheiro faz circular as mercadorias, as mercadorias fazem circular o dinheiro. De tal modo a circulação das mercadorias e a circulação do dinheiro se condicionam reciprocamente” (MARX: 1989, 119).

O condicionamento recíproco entre mercadoria e dinheiro vem à tona nos preços. O preço é a definição do valor particular da mercadoria na forma de dinheiro, ou seja, da mercadoria universal. Os preços são transformações ideais que a sociedade efetua para possibilitar a comparação dos valores das mercadorias. O dinheiro representa então o papel de “medida” de valor, como determinação do tempo de trabalho social para produzir uma mercadoria específica. Tal medida é feita em outra mercadoria, sob a forma-dinheiro do valor.

Porém, há a função de medida dos valores, em que se dá uma comparação ideal, e há o papel de “meio de troca”, onde a mercadoria se converte em dinheiro por meio da troca, ou seja, uma conversão real. Esta distinção ocorre por meio da circulação.

A circulação é o conjunto dos valores de troca em confronto entre si, valores de troca como preços, expressos em dinheiro e usando o dinheiro como meio para alcançarem-se reciprocamente.

A circulação pressupõe os preços e um conjunto de trocas, “un sistema de actos de cambio” (p. 120). A circulação pressupõe a existência do mercado como forma de organização social. O dinheiro desempenha a figura de meio de troca na circulação, a expressão dos valores das mercadorias em algo distinto delas mesmas. Diz Marx:

“O dinheiro torna-se o denominador comum dos valores de troca, das mercadorias enquanto valores de troca. O valor de troca expresso em dinheiro, ou seja, equiparado ao dinheiro, é o *preço*.”
(MARX: 1989, 121)

O preço é formado pela conversão do tempo de trabalho em dinheiro. O dinheiro é o tempo de trabalho convertido em uma mercadoria específica, destacada pelo mercado para este fim. Circulação e dinheiro são condições para as mercadorias mudarem de mãos, para a realização da mercadoria em seu aspecto de valor. O valor precisa da troca, e esta precisa de uma teia de relações de mercado, de um sistema de circulação de mercadorias, e também do dinheiro como elemento que permite as comparações entre os valores.

O dinheiro é o meio de troca das mercadorias apresentadas em seus preços. A diferença entre os preços das mercadorias pode agora ser superada pela equivalência em dinheiro. A última abstração para homogeneizar as mercadorias foi alcançada. As qualidades concretas foram suprimidas pelo valor, pelo tempo de trabalho (um tempo de

trabalho que já é abstrato, pois não é o tempo contido em cada mercadoria, mas o tempo que a sociedade leva em média para produzir aquele tipo de produto).

O valor encontra um modo de manifestar-se para outro valor por meio do valor de troca. Mas medir um outro valor de troca já não pode ocorrer por comparações de suas respectivas medidas concretas, é necessário obter um a medida abstrata. A medida abstrata é a comparação em uma terceira mercadoria, que assume a função de dinheiro. Esta mercadoria-dinheiro é o suporte para as comparações e medidas dos valores, uma comparação ideal. Porém, o dinheiro desempenha também o papel de medida real das mercadorias, assumindo assim o papel de meio de troca. As trocas não necessitam do dinheiro apenas como medida ideal, mas como meio, como objeto de troca interposto às mercadorias.

O dinheiro é a homogeneização das mercadorias. Tal homogeneidade é alcançada pelo tempo de trabalho social, mas os indivíduos não o percebem. A própria contradição em que está envolta a mercadoria, com sua cisão em objeto concreto e valor, não permite compreender a transformação do tempo em dinheiro, e além deste a transformação do valor em preço.

O preço é o valor de troca de uma mercadoria em dinheiro. O dinheiro representa uma característica essencial da sociedade onde domina a produção de mercadorias. Dinheiro e mercado dominante (e circulação) são inseparáveis. A unidade das categorias que compõem a sociedade onde domina a produção de mercadorias é resultado de um longo desenvolvimento e da superação dos modos de produção anteriores ao capitalismo. Marx deixa evidente que os nexos que soldam a sociedade capitalista são indissociáveis desta sociedade mesma.

A mercadoria adquire a forma de preço por ser mediada por uma mercadoria universal. Esta mercadoria possui a função de expressar o valor de troca de forma autônoma: o dinheiro. A autonomização do dinheiro é a manifestação da autonomia do valor social frente aos produtos e aos produtores. O tempo de trabalho converte-se em uma coisa porque há o domínio real das coisas sobre os indivíduos. As etapas deste domínio ocorrem cotidianamente e não estão perdidas nas brumas da história. O mercado impõe de forma regular a conversão dos indivíduos e seus produtos com qualidades concretas em subordinados de categorias sociais abstratas.

A abstração se torna real por meio do dinheiro. A conexão entre real e abstrato é feita por meio do mercado. Porém, o domínio do abstrato sobre o real não impede as contradições e a própria dependência do abstrato frente às qualidades concretas dos objetos. Diariamente as contradições explodem e precisam ser suprimidas pelo mercado. A existência de uma medida abstrata precisa ainda assim se efetivar em uma mercadoria concreta como o dinheiro. Porém, mesmo este artifício de um concreto que expressa o abstrato não garante que o valor abstrato das mercadorias se torne um universal na forma de dinheiro. A luta e complementaridade entre universal e particular perpassa todas as estruturas da sociedade de produção de mercadorias, porém, há um nítido domínio do universal abstrato. A sociedade existe para satisfazê-lo, os indivíduos são submissos aos seus desígnios, as suas leis precisam impor-se com renovada violência e as crises são manifestações desta luta.

A sociedade onde a mercadoria está universalizada é o desaguar de uma ampla divisão do trabalho. Os indivíduos encontram a satisfação de suas necessidades e aos outros somente pela existência de um meio, de um mediador das relações. As relações são indiretas; é isto o que significa para Marx que as relações não são imediatamente sociais. Antes elas são mediadas, somente satisfeitas quando há uma satisfação anterior, a do dinheiro. Precisam ser cumpridas as condições do mercado desenvolvido. Diz ele:

“Uma *determinação* dos preços desenvolvida pressupõe que o indivíduo não produz diretamente seus meios de subsistência, mas que seu produto imediato é *valor de troca*, ou seja, que seu produto deve ser antes de tudo mediado por um processo social para poder converter-se em seu *meio de vida*” (MARX: 1989, 126).

O sistema social em que os produtos aparecem como preços tem como fundamento a divisão social do trabalho mediada pelo mercado e pelo dinheiro. Esta é mais uma das bases da sociedade em que a mercadoria domina: o dinheiro interliga as diferenças e iguala as capacidades em uma medida abstrata. Isto aparece como facilidade e evolução para a Economia Política. O dinheiro é visto como o facilitador das trocas, algo como se ele fosse a solução ideal de um sistema desde sempre existente.

Marx identifica que o dinheiro é de fato uma solução ideal, mas não porque tenha sido pensada, mas porque ele é a condensação da idéia de valor que mede e compara as

mercadorias. O dinheiro não é a solução para o mercado, ele é parte intrínseca do mercado. O desenvolvimento do mercado produz o dinheiro como seu ápice. O mercado é um produto histórico, assim como o dinheiro.

Estes produtos do desenvolvimento histórico consolidam o domínio das abstrações. As naturezas abstratas do valor e do dinheiro impõem-se sobre todas as outras necessidades, subordinando-as e satisfazendo-as somente na medida em que satisfazem o valor e o dinheiro.

As necessidades só são reais como mercadorias e somente são satisfeitas na troca. Todo o conjunto social aparece como mediação do dinheiro. O que parece vantajoso (o mecanismo monetário nas relações entre os indivíduos) é a confirmação de que um objeto domina a vida social. Os preços são aspectos deste domínio, pois são as determinações das capacidades dos produtores em dinheiro ideal. A verdadeira realização não é humana, mas o dinheiro é que deve ser satisfeito para realizar as mercadorias. Pois:

“A condição da circulação das mercadorias é a de que elas sejam produzidas como *valores de troca*, não como *valores de uso imediatos*, mas como valores de uso mediados pelo valor de troca. A apropriação através e mediante a alienação e a venda é um suposto fundamental” (MARX: 1989, 130).

A produção mesma dos objetos adquire uma forma indireta, não se dá para a satisfação dos produtores, mas para alcançar a satisfação possibilitada pelo dinheiro e seu acesso universal às demais mercadorias, “... a produção não se apresenta para mim como um fim em si mesma, mas como meio” (MARX: 1989, 130).

A circulação apresenta a apropriação como alienação e a alienação permite a apropriação. A venda das mercadorias permite o acesso aos objetos que desejo apropriar. Para apropriar-me do que necessito devo alienar o meu produto. Porém, este não é um movimento formal, surge aí a alienação e indiferença frente ao ato de produção, que se torna estranho e dominado por objetivos mediatizados pelo dinheiro.

Não há como fugir do domínio do dinheiro na sociedade onde a troca se tornou universal. As mercadorias também são dominadas por ele. As mercadorias, por serem valores particulares, são dominadas pela figura universal dos valores que é o dinheiro. A submissão do particular ao universal é condição para alcançar as outras mercadorias. Para

Marx: “... já não é mais o dinheiro que representa a mercadoria, mas que é a mercadoria que representa ao dinheiro” (MARX: 1989, 133).

A diferenciação dos produtos em uma cada vez mais complexa divisão do trabalho é universalizada pelo dinheiro. Diz Marx:

“Com o dinheiro se dá a possibilidade de uma absoluta divisão do trabalho, em razão da independência do trabalho com respeito a seu produto específico, quer dizer com respeito ao valor de uso imediato de seu produto para o trabalho [[que o produz]]” (MARX: 1989, 135).

O dinheiro produz a capacidade universal de produção, mas para si. A divisão do trabalho alcança um estágio nunca visto antes, elevando o potencial de produção, mas a mediação é estabelecida por meio do dinheiro e, além disso, o dinheiro se torna o fim, não apenas o meio.

O dinheiro é meio apenas na forma de circulação que começa com a mercadoria e se encerra com o consumo de uma mercadoria distinta, ou seja, a forma M-D-D-M. Neste caso o dinheiro é meio para obter os objetos que não produz. Porém, o dinheiro como expressão universal das mercadorias possui uma outra configuração: a da forma D-M-M-D. Esta forma domina a anterior, pois esta é a forma universal e que dirige as formas particulares. Aqui o dinheiro é o princípio e a finalidade da circulação. Seu movimento procura não se encerrar no consumo, mas seu consumo ocorre para expandir-se. A quantidade domina a qualidade. O comércio suplanta o consumo, pois o domínio do dinheiro e de seus possuidores é mais vasto do que o domínio do consumo.

Os possuidores de dinheiro dirigem a produção e o conjunto da vida social. O poder universal sobre a sociedade está concentrado neles. Mas, o dinheiro não se deixa dominar pelos indivíduos. Ele tem suas próprias leis, que se não obedecidas podem significar a sua fuga. O dinheiro exige que em seu movimento na circulação se retire mais dinheiro do que foi lançado nela. Esta regra advém da própria essência quantitativa do dinheiro. Ele é a quantificação do valor. Seu funcionamento é caracterizado pela subordinação da qualidade à quantidade. A quantidade precisa ser acrescida, a quantidade de dinheiro precisa ser

maior. A interrupção deste ciclo perpétuo pode significar a crise para o possuidor do dinheiro, ou para a sociedade onde ele domina, a sociedade da mercadoria. Diz Marx:

“A determinação do dinheiro,..., consiste em permanecer na circulação como roda desta, ou seja consiste em recomeçar sempre desde o princípio sua circulação como *perpetuum mobile*” (MARX: 1989, 136).

A circulação somente adquire sentido por meio do dinheiro. Circulação entendida como o domínio do mercado. O sentido passa a ser a ampliação da quantidade no encerramento de cada ciclo completado pelo dinheiro. Ou seja, o sentido da obtenção de produtos diversos por intermédio do mercado e o usufruto das capacidades distintas oriundas da divisão do trabalho são inferiores à necessidade da acumulação quantitativa de dinheiro.

O dinheiro assume as funções de medida dos valores e meio de troca. Mas, com o domínio absoluto da quantidade sobre a qualidade surge a determinação do dinheiro como finalidade da vida social, como fim em si mesmo, como poder universal. O mercado e a troca passam a depender do dinheiro, são feitos para ele, para obtê-lo. Mas, a sua obtenção não alcança um momento final. Na medida em que, a finalidade é conseguir mais dinheiro, o ciclo precisa tornar-se ininterrupto. O dinheiro é a finalidade e já não um momento externo à troca e ao mercado, o dinheiro não pode ausentar-se de seu movimento perpétuo, sob a ameaça de escapar para outras mãos.

As funções de medida e meio de troca estão agora subordinadas ao dinheiro como finalidade. A determinação do dinheiro como cíclica e auto-referente subordina as demais. O mercado, a circulação, a universalização da mercadoria pressupõem que o dinheiro tenha assumido seu papel central: o de mecanismo autônomo e dominador das demais estruturas sociais.

O domínio social do dinheiro, sobre as demais mercadorias e sobre as suas próprias funções de medida dos valores e meio de troca, é o resultado da evolução dos objetos como valores de troca e da evolução da troca mesma. Diz Marx:

“Um produto, posto como valor de troca, essencialmente já não está mais determinado como algo simples, é posto como algo distinto de sua qualidade natural, é posto como *relação*, e esta

relação é certamente universal, é uma relação não com uma mercadoria, mas com todas as mercadorias, com todos os produtos possíveis. Ele expressa, por conseguinte uma relação universal” (MARX: 1989, 140).

O valor de troca não é uma qualidade do produto, mas uma relação social desenvolvida e complexa, que conecta o conjunto da produção social, que dirige os produtores e as ações individuais. O valor de troca é a comparação universal entre as mercadorias. Não é possível compreender o modo de produção capitalista sem a natureza permutável de seus produtos. Tal permuta é universal devido à existência de uma unidade comum estabelecida no mercado para a quantificação dos objetos. A unidade comum é o tempo de trabalho social, algo que não possui origem nas peculiaridades dos objetos, que prescinde de tais peculiaridades e que homogeneiza a figura social dos produtos como mercadorias. “O valor de troca pressupõe o trabalho social como substância de todos os produtos com prescindindo totalmente de suas qualidades naturais” (MARX: 1989, 140).

A substância social do valor de troca das mercadorias é o trabalho social. Porém, o trabalho social é reconhecido por meio da comparação entre mercadorias distintas. A variedade de mercadorias pode estabelecer uma quantidade gigantesca de possíveis comparações, o que seria extremamente inconveniente. Assim, uma das mercadorias assume o papel de comparação universal. As outras mercadorias podem agora se expressar sempre em uma mesma medida, mas podem fazê-lo por esta trazer em si a marca social que a identifica às demais: o tempo de trabalho.

A expressão social do valor é transformado em uma mercadoria particular, que se torna a medida de todas as mercadorias. Esta mercadoria também é fruto do trabalho social. Logo, só pode expressar as outras mercadorias por sua parcela na produção social. Porém, a representação de um universal por um particular exige uma adesão aos parâmetros de medida concreta do particular escolhido. Há uma primeira transformação: de universal social para particular. Logo após, ocorre a transformação deste particular em medida universal, mas de forma já distinta, na forma de preço. O primeiro universal é de natureza social, o segundo é de natureza particular, tendo as mercadorias que comparar-se às suas medidas concretas, físicas. Ganha este segundo universal a capacidade de apresentar-se em todas as trocas, sob pena de não ser possível efetivar as comparações de troca. O dinheiro

surge como um intermediário social, uma demonstração da unidade social, o vínculo entre todos os indivíduos.

A própria separação destes indivíduos em independentes e contrapostos uns aos outros é a gênese da sociedade que precisa do dinheiro para se relacionar. Esta sociedade precisa de uma mediação para que a produção possa chegar aos outros produtores. Sem esta mediação a sociedade entra em colapso, o que ocorre nos períodos de crise. O papel desempenhado pelo dinheiro nas relações sociais o conduz ao centro das necessidades sociais, ele torna-se a necessidade social pro excelência. As expectativas do dinheiro como estrutura autônoma produzem uma sociedade dedicada à satisfação do dinheiro. A produção de mercadorias é, na realidade, a tentativa de produção do dinheiro. A produção do dinheiro é obtida com a criação anterior de produtos vendáveis, com preços em dinheiro.

O dinheiro desempenha as funções de medida dos valores e meio de troca. Na primeira função ele permite a comparação universal das mercadorias em preços, ele é a materialização do valor social. Na segunda função o dinheiro possibilita a intermediação entre os produtos, é o meio de troca, ou como diz Marx "... faz circular os títulos de propriedade..." (MARX: 1989, 147). A existência de proprietários individuais que se encontram no mercado, por meio de seus produtos, é a marca da dominação social do dinheiro. A sociedade que permite que o dinheiro desempenhe o papel predominante é o modo de produção da divisão social e da propriedade levada aos seus extremos mais longínquos.

A divisão social dos produtores estabelece a medição de seus produtos por meio do valor, que se expressa como preço por intermédio do dinheiro. O dinheiro está inexoravelmente ligado à esta formação social. Ele é um dos princípios de sua existência. Apesar de que é um princípio derivado e uma manifestação posterior da propriedade privada, da forma de organização da vida social que mede os indivíduos de acordo com a substância social em trabalho que detenham. Diz Marx:

“No sistema monetário desenvolvido se produz somente para trocar, ou se produz somente enquanto se troca. Se fosse eliminado o dinheiro, se cairia em um nível muito baixo de produção (ao qual corresponde a forma colateral da troca), ou bem se avançaria a um nível mais alto, no qual o valor de troca não é mais a primeira

determinação da mercadoria, porque o trabalho universal, do qual é o representante, já não apareceria como trabalho privado que somente através de uma mediação adquire caráter social” (MARX: 1989, 150).

A divisão social do trabalho é estabelecida mediante a divisão social entre proprietários privados. Este mecanismo exige a criação de uma mercadoria privada para representar as outras mercadorias. O trabalho social (universal) aparece dividido e somente é relacionado através de um signo de toda a produção social: o dinheiro. Não é possível compreender a sociedade de proprietários privados, que tenha atingido um elevado grau de complexidade, sem o dinheiro. Estas são duas das bases fundamentais da formação social capitalista: a propriedade privada e o dinheiro. Dois dos princípios do presente.

Discutiremos no capítulo que trata dos princípios de uma sociedade futura a alternativa, descrita na citação, de uma sociedade em que o trabalho universal não aparece na forma de trabalhos privados e contrapostos.

O dinheiro como princípio da sociedade atual possui três determinações básicas: é medida dos valores, é meio de troca e é a finalidade social, fim em si mesmo. Esta terceira determinação pressupõe a existência das duas anteriores. Além disso, esta terceira característica do dinheiro constitui a unidade das duas outras. O dinheiro como finalidade resulta de um mercado desenvolvido, onde a própria acumulação não ocorre sob a forma de metais preciosos, mas na forma-dinheiro. A acumulação é decorrente da troca, do mercado, do valor e da circulação. A acumulação em si é determinada como um dos momentos do mercado.

O dinheiro aparece como medida quantitativa, como quantidade desligada das diferenças qualitativas. O dinheiro como finalidade é momento da circulação, relaciona-se com a circulação como estágio negativo dela, como resultado alcançado na circulação e que se apresenta contraposto, mas que precisa retornar à circulação. O dinheiro é autônomo em relação à circulação, é momento dominante, porém, em permanente ligação com a circulação.

O dinheiro na forma autônoma e resultado da circulação é dinheiro como capital. Dinheiro que surge do processo de troca, da relação entre as mercadorias, como quantidade que busca expandir-se de forma cíclica e permanente é capital.

“No dinheiro como capital está implícito, 1) que ele é tanto suposto como resultado da circulação; 2) que sua autonomia é, portanto, somente relação *negativa*, mas sempre relação com a circulação; 3) que ele mesmo é posto como *instrumento de produção*, enquanto a circulação não se apresenta mais em sua primeira simplicidade, como permuta quantitativa, sim como processo de produção, como real troca material. E assim, o dinheiro mesmo termina por ser determinado como momento particular deste processo de produção” (MARX, 1989, p. 153).

A própria produção capitalista é impensável sem o dinheiro nesta forma auto-referente. Ele determina que a produção apresente o seu sentido como de natureza puramente quantitativa. O sentido da produção capitalista pode tornar-se sem sentido qualitativo, sem a preocupação com a satisfação das necessidades dos produtores. Estas foram suprimidas pela necessidade do dinheiro. O dinheiro é a consolidação de uma produção dirigida para algo sem finalidade e por uma busca de uma permanente expansão de si mesma

O dinheiro se apresenta como a riqueza em um de seus momentos. Nele a mercadoria adquire a forma universal, a expressão como riqueza universal. Somente nesta transformação em riqueza universal a mercadoria adquire sentido para o capital. O capital assume o papel decisivo no processo de produção como dinheiro. A figura universal do capital como relação dominante se transfigura no dinheiro como mercadoria universal. Diz Marx sobre a relação entre a mercadoria e o dinheiro:

“... ela não existe como preço, sim unicamente em seu caráter determinado natural, somente é então um momento da riqueza em virtude de sua relação com uma necessidade particular que ela satisfaz, e nesta relação expressa 1) somente a riqueza de uso; 2) somente um lado totalmente particular desta riqueza. O dinheiro, em troca, prescindindo de sua utilizabilidade como mercadoria de valor, é 1) o preço realizado 2) satisfaz qualquer necessidade enquanto pode ser trocado pelo objeto de qualquer necessidade,

com absoluta indiferença acerca de qualquer particularidade sua. A mercadoria possui esta propriedade unicamente por mediação do dinheiro. O dinheiro a possui diretamente a respeito de todas as mercadorias, e portanto, frente a todo o mundo da riqueza, à riqueza como tal” (MARX: 1989, 155).

Todas as mercadorias estão subordinadas ao dinheiro, que se converte em senhor do processo de produção. A sociedade onde domina a circulação de mercadorias se torna a sociedade do dinheiro. Todos os vínculos sociais são ligados ao dinheiro, mas ele desliga-se de todas as referências particulares. “Seu vínculo com o indivíduo se apresenta, portanto como puramente acidental” (MARX: 1989, 156). O dinheiro é o resultado social do domínio da circulação universal.

O dinheiro permite o acesso a todas as outras mercadorias e, conseqüentemente, a toda a riqueza universal. A participação na produção social é determinada pelo dinheiro. O dinheiro torna-se a fonte indireta que possibilita a satisfação direta das necessidades. Logo, toda satisfação de necessidades é mediada por ele. A sociedade tem a marca da mediação do dinheiro. As necessidades são então entendidas primeiro como necessidade do dinheiro, mas o dinheiro passa a exprimir seus próprios desejos, mesmo sendo uma coisa, torna-se coisa viva e com desígnios particulares.

A necessidade do dinheiro aparece como “sede de enriquecimento” (MARX: 1989, 157). Tal sede provoca a busca incessante de acumulação, além da submissão das necessidades particulares. Surge uma nova forma de relacionar os indivíduos; uma forma que já não se estabelece pelas necessidades particulares, mas pela necessidade universal de dinheiro. Este se torna a base da relação social. Como diz Marx: “O dinheiro mesmo é a *comunidade*, e não pode suportar outra superior a ele” (p. 157).

O dinheiro em sua terceira particularidade (como fim em si mesmo) é a demonstração de uma circulação plenamente desenvolvida. Já não se trata do dinheiro entesourado, mas do dinheiro que busca sua contínua expansão, e que encontra seu sentido em uma acumulação permanentemente acrescida. Para que isto ocorra é necessário que todos os objetos possam assumir a forma de mercadorias, e não somente objetos, mas a própria força de trabalho possa ter se tornado mercadoria.

A força de trabalho somente assume a forma de mercadoria quando o produtor perdeu a possibilidade de apresentar outros produtos ao mercado. Ele deixa de ser o proprietário de outras mercadorias para se tornar possuidor unicamente da mercadoria força de trabalho. Para Marx:

“Enquanto o trabalho é trabalho assalariado, e sua finalidade é imediatamente o dinheiro, a riqueza geral é *posta* como seu objeto e finalidade... O dinheiro como finalidade se converte aqui em meio da laboriosidade universal. A riqueza universal é produzida para apossar-se de seu representante. De tal modo se abrem as fontes reais da riqueza” (MARX: 1989, 159).

O dinheiro permite o controle da força de trabalho. O conjunto da capacidade produtiva está disponível por meio da posse do dinheiro. A produção da riqueza passa a ser controlada pelo dinheiro e o próprio modo de produção somente torna-se possível pelo domínio universal do dinheiro. A venda da força de trabalho, o trabalho assalariado, é um dos princípios fundamentais da sociedade capitalista.

Todas as mercadorias podem se encontrar por meio do dinheiro, o que libera enormes possibilidades de combinações das forças produtivas. Surge uma capacidade produtiva universal, que se encontra no mercado e que supera as antigas limitações dos modos de produção anteriores ao capitalismo.

O trabalho assalariado permite o deslocamento da capacidade produtiva para as mais diversas atividades. As antigas comunidades seriam incompatíveis com o trabalho assalariado. Este seria uma força de dissolução do organismo social. Porém, no capitalismo, onde o dinheiro é a categoria social suprema, o trabalho assalariado é a natureza íntima do modo de produção. O dinheiro é a remuneração do trabalho assalariado e do capital. O verdadeiro laço dos indivíduos é o dinheiro, “... a retribuição do indivíduo é dinheiro” (p. 159).

A universalidade do dinheiro possibilitou a ampliação da riqueza “até a universalidade” (p. 160). O dinheiro permitiu expandir a busca pela riqueza até o domínio completo da Terra. A troca torna-se universal por dois meios: a transformação dos produtos em mercadorias e a extensão da troca a todos os recantos do planeta. A dominação torna-se

material e espacial. O espaço passa a ser definido pelo mercado, pela troca e pelo movimento do dinheiro. A nova organização do espaço produtivo é dirigida pelo dinheiro.

A própria moeda se torna moeda universal, dinheiro universal. O ouro e a prata permitem a identificação mundial das características do dinheiro em escala global. A produção de mercadorias por meio de trabalho assalariado eleva as forças produtivas a um patamar nunca antes visto. Também as contradições são expandidas ao espaço global. As crises sociais ultrapassam os limites atingidos pelas sociedades anteriores, mas trazem a possibilidade de uma superação global da dominação do dinheiro, do mercado, do valor e do trabalho assalariado. Como afirma Marx:

“Em sua última e completa determinação o dinheiro se apresenta então em todos os sentidos como uma contradição que resolve em si mesma, que impulsiona a sua própria resolução. *A ele, como forma universal da riqueza*, se lhe contrapõe todo o mundo das riquezas reais. Ele é a pura abstração dessas riquezas, e por isso, fixado desta forma, é uma pura ilusão” (MARX: 1989, 169).

O dinheiro domina a produção social como momento supremo da circulação, mas continua a depender da riqueza real, não consegue eliminar a necessidade concreta, precisa continuamente transformar-se em mercadoria, em produto com características concretas. Está umbilicalmente ligado ao valor de uso. O dinheiro como capital depende do seu contínuo movimento; sua existência como dinheiro desenvolvido precisa de uma ampliação permanente da quantidade.

Porém, a permanente elevação da quantidade de dinheiro precisa de um paralelo aumento da quantidade de riqueza real, caso contrário, o “que aparece como seu acrescentamento é em realidade sua diminuição” (p. 170). O dinheiro se desvaloriza ao ser acrescida sua quantidade sem uma correspondente elevação da quantidade de riqueza real. O dinheiro é um “simples fantasma da riqueza real” (p. 170).

Esta manifestação do dinheiro como representante da riqueza real o torna, ao mesmo tempo, independente e dependente da circulação. É independente por estar cristalizado em uma substância social que é signo da própria riqueza e do valor. A

dependência é resultado da necessidade de manter-se em circulação para existir como capital, como dinheiro universal.

O dinheiro é uma riqueza externa à própria riqueza, o que parece torná-lo a mais segura das riquezas, mas por ser simples expressão da produção apresenta-se como mero “valor variável”, assim demonstra a insegurança de sua condição, ou de sua dependência de todo o processo de circulação. Simultaneamente deve ser o representante material da riqueza e manter a forma universal em dinheiro. O retorno permanente à forma universal exige que a circulação possibilite a troca das mercadorias entre seus possuidores, mas esta condição não é cumprida sempre. A existência de “uma diferença temporal entre as mercadorias” (MARX: 1989, 171-2) pode provocar a ocorrência de crises.

As próprias funções do dinheiro entram em contradição consigo mesmas. A função de medida dos valores é negada pela função de meio de troca. De simples medida abstrata precisa converter-se em objeto que medeia a troca, precisa passar da abstração dos valores a objeto de trabalho concreto que permite a circulação. A natureza concreta como meio de troca contradiz a natureza de medida abstrata dos valores. Além disso, a terceira determinação do dinheiro como expressão do capital, ou dinheiro universal, entra em contradição com as duas anteriores. Para ser dinheiro universal deve transitar permanentemente da forma de mercadoria para a de dinheiro. O dinheiro é o verdadeiro sentido da circulação; porém, somente pode atingir seu objetivo com a circulação da riqueza real. Contradiz-se por ter que ser dinheiro e mercadoria em um contínuo movimento. Para Marx:

“Mas de fato nós vemos que se a quantidade de dinheiro permanece uniformemente igual, seu valor muda; que em geral como quanto determinado está subordinado à variabilidade de todos os valores. Aqui sua natureza de mercadoria particular se faz valer contra sua determinação universal” (MARX: 1989, 172).

O dinheiro universal é a categoria concreta da divisão social que gerou a sociedade de proprietários privados, da sociedade em que os indivíduos se relacionam por meio do mercado. O dinheiro é o laço comunitário, a conexão social que juridicamente aparece como sociedade dos contratos. Nesta sociedade as categorias do dinheiro, do valor, da mercadoria, da propriedade privada e do trabalho assalariado desempenham papéis de

princípios do próprio sistema, bases do modo de produção específico que se constitui o capitalismo. Estes são alguns dos princípios do presente.

CAPÍTULO V – OS PRINCÍPIOS DO FUTURO

Discutiremos os princípios para a construção da sociedade comunista, e teremos como referência que entramos em um terreno perigoso para a análise do pensamento marxiano. É preciso deixar nítida a linha que separa as propostas de Marx do utopismo que ele desejava combater, como o proudhonista. Daí decorre a necessidade apresentada pelo próprio Marx de que suas conclusões eram oriundas de uma visão científica.

A elaboração científica de Marx é a construção da ciência histórica de crítica à economia política, mas não só, ela é uma direção para a revolução, definindo as categorias do capitalismo a serem eliminadas.

Trabalhamos neste capítulo com duas abordagens: a primeira trata de identificar os fundamentos que precisam ser destruídos, sob pena de não haver mudança real; a segunda apresenta passagens dos *Grundrisse* onde Marx trabalha a construção da sociedade futura.

A crítica ao capitalismo visava ao corolário da efetivação da sociedade comunista. Marx constrói os *Grundrisse* como obra programática, para além da demonstração científica do funcionamento da sociedade do capital. Transparece o combate aos princípios proudhonistas de reforma do capital. Está em jogo a direção da classe operária no combate contra a exploração. Não poderia haver erros que levassem ao desastre do movimento. Isto obriga Marx a condensar todas as suas descobertas em único escrito. Este texto representa a condensação do conjunto da sua obra, trazendo todas as etapas da luta necessária à derrubada do capitalismo.

A proximidade da crise mundial permitiu que tivéssemos acesso a um verdadeiro manifesto por uma sociedade comunista, um manifesto por uma nova sociedade, “um manifesto social”. Os *Grundrisse* assemelham-se a um manifesto comunista, porém muito mais vasto, pois trazem a crítica social, a crítica política e a proposição de uma nova sociedade. Os *Grundrisse* concentram as características do *Manifesto Comunista* e d’*O Capital*.

Já discutimos as críticas social e política. Trataremos agora das propostas de Marx em duas etapas, a negativa, mas que já indica o que deve ser modificado, e a positiva, que relata diretamente caminhos para a organização futura. Assim, dividiremos em dois tópicos este capítulo, para apresentar as faces negativa e positiva da mudança revolucionária.

V.1 – A Negatividade e a Construção

Marx enfrentava o proudhonista Darimon e sua proposta de alteração da base monetária, a proposta do dinheiro em trabalho. Para combatê-la Marx analisa a ligação fundamental do dinheiro com o capital, a sua relação mútua, o dinheiro como desenvolvimento necessário das relações capitalistas. Ainda que o dinheiro tenha estado presente em outras formações sociais o fez em uma condição subalterna. Um tema que discutimos no capítulo II, onde discutimos o texto da “Introdução” sobre o método da economia política.

O dinheiro é um dos princípios da sociedade capitalista, talvez o elemento mais visível desta formação social. A proposição proudhonista de utilizá-lo e de reformá-lo foi asperamente combatida por Marx, por demonstrar o desconhecimento dos fundamentos desta sociedade. Darimon pretendia abolir a forma do dinheiro em ouro e prata para substituí-las por uma validade universal das mercadorias como dinheiro. Ou como diz Marx:

“... elevai todas as mercadorias ao monopólio que agora possuem exclusivamente o ouro e a prata. Aboli o dinheiro fazendo de cada mercadoria dinheiro e conferindo-lhes as propriedades específicas do dinheiro... O verdadeiro problema é o seguinte: o sistema burguês de troca não faz necessário um instrumento de troca específico? Não cria necessariamente um equivalente particular para todos os valores? Uma forma deste meio de troca ou deste equivalente pode ser mais manejável, mais adequada, e provocar menos inconvenientes que outras formas. Mas, os inconvenientes que derivam da própria existência de um meio de específico de troca, de um equivalente particular e não obstante universal, se reproduziriam em todas as formas, ainda que de maneira distinta” (MARX: 1989, 50).

Marx argumenta que a própria existência do equivalente particular-universal traz em si uma manifestação de um princípio da sociedade capitalista: a forma burguesa do intercâmbio dos produtos. O sistema de trocas acaba por gerar a universalização da moeda. Logo, as trocas de mercadorias e a moeda, que é o desenvolvimento da trocas até sua

universalização, devem ser abolidos. Este é o primeiro dos tópicos de combate apresentados por Marx nos *Grundrisse*.

O primeiro ponto do programa marxiano dirige-se diretamente a seus opositores no movimento operário. A direção revolucionária deveria começar por destruir o capitalismo pela abolição do sistema de trocas e de sua categoria central: o dinheiro. Assim, está inaugurada a negatividade revolucionária, eis a abertura do programa da revolução da classe operária. Trata-se de uma distinção decisiva em relação às revoluções políticas democrático-burguesas de 1848. Com esta proposta Marx estabelece novos patamares para as lutas de classes, não a luta contra leis e regimes de governo específicos, mas a luta contra o sistema social, o “... abandonar esta mesma base social” (Marx: 1989,57).

A exploração já não é combatida apenas por seus efeitos. Marx desce aos seus sustentáculos e anuncia não somente a supressão das trocas e do dinheiro, mas a supressão dos preços o que permite:

“... abolir o valor de troca. Assim, este problema [[leva a abolir]] a troca, em suas formas correspondentes à organização burguesa da sociedade. Foi visto desde o começo que os males da sociedade burguesa não se remediam mediante ‘transformações’ bancárias ou mediante a fundação de um ‘sistema monetário’ racional” (MARX: 1989, 58).

Há um encadeamento das medidas programáticas de uma revolução comunista. Somente a erradicação do conjunto das categorias essenciais da sociedade capitalista permitiria a vitória. Mas, ainda não estão apresentadas todas as especificidades capitalistas a serem extirpadas. A troca leva ao dinheiro e aos preços, mas a base destes está descrita assim por Marx:

“O *valor* (o real valor de troca) de todas as mercadorias (inclusive o trabalho) está determinado por seus custos de produção, em outros termos, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção. O *preço* é este valor de troca expresso em dinheiro” (MARX: 1989, 61).

Chegamos a dois novos pontos programáticos para a revolução: a necessária abolição do valor e da medição dos produtos por meio do seu de trabalho para a determinação dos valores de troca. O valor deve ser eliminado em uma sociedade comunista. Além disso, o trabalho que dá a medida dos valores, o trabalho como fonte dos valores, precisam ser suprimidos. Marx lida com conceitos que parecem imutáveis, mas que

a sua investigação histórica demonstrou serem marcas específicas do capitalismo. O movimento operário da época tratava tais categorias como elemento natural e imutável de todas as formações sociais, algo derivado da própria economia política. Marx apresenta um programa e uma justificação da necessidade de eliminar esta “naturalidade” dos fundamentos do capitalismo.

Assim, Marx inicia a discussão sobre como a natureza real foi cancelada, ou melhor, submetida pela nova “natureza” social do capitalismo. Diz ele:

“Como valor a mercadoria é um equivalente de todas as outras mercadorias em uma determinada relação. Como valor a mercadoria é um equivalente; como equivalente, todas suas qualidades naturais estão canceladas nela; a mercadoria não mantém já nenhuma relação qualitativa particular com as outras mercadorias; ela é tanto a medida universal como o representante universal, como o meio universal de troca de todas as outras mercadorias. Como valor ela é *dinheiro*” (MARX: 1989, 66).

O valor é a universalização das medidas das mercadorias, a própria possibilidade de sua comparação para a troca. Do valor chegamos à mercadoria e ao dinheiro. Valor e dinheiro se ligam umbilicalmente. Não há mudança possível do dinheiro e de seus malefícios sem a eliminação do valor. Este é a “segunda natureza” que transforma os produtos em mercadorias, a manifestação do ocultamento das qualidades naturais e eternas dos produtos, e, conseqüentemente, a sua substituição por uma nova naturalidade: a natureza do valor, da troca, dos preços, do dinheiro, do mercado.

A abstração da natureza é uma exigência da categoria do valor, da sua essência de abstração social elevada ao controle das esferas da vida humana. A abstração torna-se a totalidade dominante da vida. Diz Marx:

“Em cada instante, no cálculo, na contabilidade, etc., nós transformamos as mercadorias em signos de valor, as fixamos como simples valores de troca, fazendo abstração de sua matéria e de todas as suas qualidades naturais. No papel e mentalmente esta metamorfose se efetua por simples abstração; mas na troca real é necessário uma mediação real, um meio, para pôr em ação esta abstração” (MARX: 1989, 67).

A abstração real domina a organização social capitalista. Tal abstração produz um meio para se apresentar de forma concreta aos olhos dos que realizam trocas de mercadorias. Este meio é o dinheiro, a mediação abstrata que se torna concreta para representar o valor. Não há possibilidade de manter esta categoria em uma formação social que não precise expressar os objetos por meio da forma-mercadoria. O dinheiro passa a ser a forma suprema do valor dominante. Quando Marx fala em superar a abstração, ele está se referindo ao tema palpável da eliminação do dinheiro como representante do valor.

A abstração em Marx assume feições perceptíveis. Não se trata da construção de um conceito vazio, oriundo unicamente da concepção intelectual, mas, ao contrário, assume a forma direta de uma categoria econômica dominante e real. A crítica à abstração torna-se, então, ponto programático central de sua teoria, um elemento de destacada importância para a cisão do movimento operário em utopismo e revolução. O dinheiro passa a ser considerado o final de uma cadeia de abstrações e um elemento representativo da dominação do capital. Diz Marx:

“(Um símbolo de tal tipo pressupõe um reconhecimento geral; não pode ser menos que um símbolo social e efetivamente não representa senão uma relação social). Este símbolo representa as partes alíquotas do tempo de trabalho, representa o valor de troca em partes alíquotas tais, como para ser capazes de expressar através de uma simples combinação aritmética todas as relações recíprocas dos valores de troca; este símbolo, este signo material do valor de troca, é um produto da troca mesma e não o pôr em ação de uma idéia a priori” (MARX: 1989, 69).

O dinheiro é o símbolo da forma social específica que é o capitalismo. Ele foi produzido como símbolo geral pelo desenvolvimento das trocas. Proudhon e seus seguidores pensavam melhorá-lo para eliminar a injustiça social. Marx demonstra que este símbolo pressupõe uma base social já voltada e marcada para a troca de mercadorias, ou seja, sua modificação não alteraria a sua forma de símbolo da existência social capitalista. A crítica à “idéia a priori” é a crítica ao utopismo, que pensa a partir de dois pressupostos: o primeiro é que, a própria categoria dinheiro é fruto de uma criação do pensamento, algo como o mecanismo ideal de relacionamento entre os produtores, não entendendo a sua natureza histórica determinada; o segundo é que, a criação das idéias não pode ocorrer sem referência à solução dos problemas em seus fundamentos reais, ou melhor, a proposição

para uma sociedade que substitua o capitalismo deve ser advinda da crítica aos fundamentos do capital, não podendo ser proposta uma saída que não elimine estes princípios capitalistas.

O dinheiro é a manifestação da separação entre necessidades humanas e necessidades do capital, pois ele é decorrente de uma dissolução real entre a natureza qualitativa dos bens e a natureza quantitativa em valor. Diz Marx:

“O valor de troca cindido das mercadorias mesmas e existente ele mesmo como uma mercadoria junto a elas, é: dinheiro. Todas as propriedades da mercadoria enquanto valor de troca se apresentam no dinheiro como um objeto distinto dela, como uma forma de existência social cindida de sua forma de existência natural” (MARX: 1989, 70).

Não há possibilidade de obter um “dinheiro natural”, é o que Marx está afirmando. O dinheiro é uma categoria advinda da cisão das qualidades naturais de um bem. Ele é a representação do conjunto de cisões existentes na sociedade capitalista, que é a sociedade da concorrência e do enfrentamento entre os indivíduos particularizados.

A dissociação entre as qualidades naturais e a natureza de valor das mercadorias é um dos fundamentos da sociedade capitalista, cabendo, portanto, a inclusão no programa revolucionário de um ponto específico para identificar esta relação. Podemos ver a forma como Marx trata este ponto quando ele afirma: “A finalidade do comércio não é diretamente o consumo, mas a aquisição de dinheiro, de valores de troca” (MARX: 1989, 74). Aqui mais uma parte da proposta global é exposta por Marx: a eliminação do comércio, já dita na necessidade de destruir a troca de mercadorias. Porém, é preciso designar claramente as tarefas, o que leva Marx a citar expressamente o comércio.

O valor produz o dinheiro, mas ele mesmo é a expressão do tempo de trabalho em sua forma abstrata. Esta abstração se dá pela existência da categoria força de trabalho. Diz Marx:

“Na determinação simples do dinheiro mesmo está implícito que pode existir como momento desenvolvido da produção somente ali onde existe o *trabalho assalariado*, e que ali, em lugar de dissolver a forma da sociedade, o dinheiro é mais uma condição de seu desenvolvimento e uma roda motriz para o desenvolvimento de todas as forças produtivas, materiais e espirituais” (MARX: 1989, 158).

O dinheiro representa a dissolução das sociedades anteriores ao domínio do capital, mas para o capitalismo ele é a condição para a universalização das forças produtivas humanas, que passam a existir em um cenário mundial, não mais localizado e restrito. O capitalismo é o desenvolvimento desta inter-relação humana, por meio do mercado. Porém, a parte que salta aos olhos é a ligação entre o desenvolvimento do dinheiro e a existência do trabalho assalariado.

Marx formula mais uma proposta: a eliminação do trabalho assalariado, por ser ele a condição do desenvolvimento do dinheiro. O trabalho assalariado é a identificação máxima da perda das condições de produção por uma parte da sociedade. Esta perda produziu uma parcela que precisa trabalhar para outros; eis o nascimento do capital, a face inversa do trabalho assalariado, mas complementar a ele. Eliminar o trabalho assalariado é condição para eliminar o capital, o valor, a mercadoria, a troca e o dinheiro. São tarefas indissociáveis; são pilares do capitalismo. A sua manutenção implicaria em derrota de uma alternativa revolucionária. Trata-se de um conjunto de tarefas programáticas centrais.

Marx combate as visões que não propõem estas tarefas básicas. Diz ele:

“O desejo de que o valor de troca não se desenvolva em capital, ou que o trabalho que produz valor de troca não se torne trabalho assalariado é tão piedoso como estúpido. O que distingue estes senhores dos apologistas burgueses é, por um lado, o esquecimento das contradições inseridas no sistema; pelo outro, o utopismo, o não compreender a diferença necessária entre a conformação real e a conformação ideal da sociedade burguesa e, daí, o querer cometer a vã empresa de realizar a expressão ideal desta sociedade, expressão que é tão somente a imagem reflexa de tal realidade” (MARX: 1989, 187).

O utopismo aparece como a tentativa de eliminar as distorções do capitalismo, como se fossem apenas desvios de uma estrutura perfeita; este é o utopismo, não a proposição de soluções para a implementação da sociedade comunista. O movimento comunista precisava diferenciar-se destes resquícios de luta pela liberdade burguesa, precisava assumir uma posição própria diante do sistema capitalista não para corrigi-lo, mas para erradicá-lo por completo.

Aqui o conceito de utopia é estabelecido em uma nova dimensão: a das propostas que não alteram o sistema, que apenas o recolocam em situação de retomar os passos do

desenvolvimento do capital. A idéia de utopia como o que pensa o ainda não-existente não está em jogo. Utopia é a ilusão de que o sistema pode ser adaptado, e está baseado na tentativa de ainda cumprir o programa iluminista de uma sociedade racional organizada pelo mercado. Ambos os projetos, o revolucionário e o do utopismo, ligam-se a programas para a sociedade, um de alteração radical da forma de organização humana, o outro com a busca pela manutenção do sistema capitalista e a correção de suas possíveis “distorções”.

Porém, o capitalismo é a sociedade da dissolução e da dissociação, da abstração e do combate. Diz Marx que:

“A produção de capitalistas e trabalhadores assalariados é então um produto fundamental do processo de valorização do capital. A economia usual, que somente tem em vista as coisas produzidas, se esquece disto por completo. Enquanto neste processo o trabalho objetivado é posto ao mesmo tempo como não-objetividade do trabalhador, como objetividade de uma subjetividade contraposta ao trabalhador, como propriedade de uma vontade alheia a ele, o capital é ao mesmo tempo necessariamente o capitalista e a idéia de alguns socialistas de que necessitamos do capital, mas não dos capitalistas, é inteiramente falsa” (MARX: 1989, 476).

A eliminação do capital exige a eliminação do capitalista, mas a recíproca é verdadeira, não se pode eliminar o capitalista, como desejava parte do movimento socialista, sem eliminar o capital. Este é um ponto que se demonstrou central para a luta da classe operária, basta recordar a questão do Leste europeu. Tal tema se mostrou decisivo para a derrota sofrida pela luta operária no século XX.

O utopismo buscava formas híbridas de controle sobre o capital, o que acabou por desembocar na proposta global de emissão de bônus-horários controlados por um banco geral, que assumiria a tarefa de regular as relações mercantis, eliminar as distorções produzidas no mercado, definindo preços e quantidades. Marx vê o perigo que esta proposta contém, o imenso risco contido aí para o movimento operário. Sua crítica é clara e não propõe meios de conciliação; somente a demonstração do erro grosseiro aí contido levaria a uma correta direção das lutas de classes. O utopismo é a tentativa de gerir o capital de forma racional; a busca pelo controle das categorias básicas deste sistema, mas estas desenvolvem um movimento autônomo, uma existência que está acima do controle

humano. Elas passam a dirigir a existência das pessoas, definindo um ritmo que é particular. Não há possibilidade de controle do capital e de suas categorias.

Passaremos a seguir a apresentar as propostas positivas de Marx para a sociedade comunista.

V.2 – A Positividade Programática

Marx busca apresentar uma história humana a partir das formas de produção. Até o momento ocorreram três grandes estágios desta história das formações sociais. São eles:

“As relações de dependência pessoal... são as primeiras formas sociais, nas quais a produtividade humana se desenvolve somente em um âmbito restrito e em lugares isolados. A independência pessoal fundada na dependência a *respeito das coisas* é a segunda forma importante na qual chega a constituir-se um sistema de metabolismo social geral, um sistema de relações universais, de necessidades universais e de capacidades universais. A livre individualidade, fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação de sua produtividade coletiva, social, como patrimônio social, constitui o terceiro estágio. O segundo cria as condições do terceiro” (MARX: 1989, 85).

Aqui estão expostas as três etapas da história humana: a anterior ao capital, a dominada pelas coisas (capital, dinheiro, mercadoria) e a que superaria o capitalismo. Este permitiria criar as condições para esta terceira fase. A universalização produzida pelo segundo, o desenvolvimento das capacidades e das necessidades, e o rompimento dos estreitos limites anteriores preparariam as condições para a produção de uma nova sociedade. Esta não sairia da intuição genial de um indivíduo isolado, mas seria fruto da construção coletiva da humanidade por meio das lutas da classe operária, como única classe capaz de representar este projeto: o da sociedade comunista.

Na nova etapa da história humana a individualidade poderia se desenvolver sem estar premeada pela subsistência, podendo dirigir sua capacidade criativa para a área que desejasse e que permitisse o seu maior desabrochamento. Porém, as condições para o surgimento desta “livre individualidade” estão determinadas por uma condição positiva e outra crítica, ou negativa. A condição crítica está definida na eliminação do trabalho

assalariado, do capital, do valor e de seus desdobramentos. A condição positiva é o colocar a produtividade a serviço do “patrimônio social”, a produtividade não mais em contradição com outros indivíduos da sociedade, ou em oposição com a própria sociedade.

A individualidade não possui mais a característica de isolar-se em sociedade. Este é um tema que ocupa o pensamento de Marx desde a sua juventude teórica, com a formulação do contraste entre o “citoyen” e o “bourgeois”. Na “Introdução” aos *Grundrisse* Marx discute o caráter do indivíduo no capitalismo, um indivíduo que somente pode isolar-se em sociedade. A sociedade comunista forneceria outra base ao indivíduo. Diz Marx:

“A *troca privada* de todos os produtos do trabalho, das capacidades e das atividades, está em antítese tanto com a distribuição fundada nas relações de dominação e de sujeição... dos indivíduos entre si..., como com a livre troca entre indivíduos associados sobre a base da apropriação e do controle comum dos meios de produção. (Esta última associação não tem nada de arbitrário: ela pressupõe o desenvolvimento de condições materiais e espirituais que não nos deteremos a analisar aqui)” (MARX: 1989, 86).

Marx trabalha abertamente com uma proposta de sociedade. A “livre troca” está no sentido de livre relacionamento social, não representando mais a troca privada, como está dito acima. As relações sociais passam do domínio pessoal (primeiro estágio humano) e do domínio da produção e apropriação privada (segundo estágio) para a posse e controle comuns dos meios de produção. Esta é a proposta fundamental de Marx, a essência do projeto comunista, a completa diferenciação em relação ao capitalismo e ao utopismo.

O desenvolvimento das condições materiais e espirituais envolve um conjunto de relações que desembocaria na crise capitalista e na revolução da classe operária. Ou como diz Marx:

“No *mercado mundial*, o *nexo do indivíduo com o conjunto*, mas ao mesmo tempo também *a independência deste nexo a respeito dos próprios indivíduos*, se desenvolveu a um nível tal que sua formação contém já, simultaneamente, a condição para sua superação). A *equiparação* em lugar da verdadeira comunidade e da verdadeira universalidade” (MARX: 1989, 89).

A universalidade pela equiparação, pelo mecanismo do valor. É neste ponto que Marx apresenta a idéia da verdadeira universalidade, da verdadeira comunidade, mas porque já está desenvolvida uma universalidade anterior pelo valor e pelo mercado mundial. O objetivo é a construção da universalidade dirigida para um indivíduo com feições novas, não mais isolado e em guerra contra tudo e todos.

Marx discute esta universalidade a ser suprimida para que possa ser construída a nova relação social. Afirma ele:

“O grau e a universalidade do desenvolvimento das faculdades, nas que se faz possível *esta* individualidade, supõem precisamente a produção baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo a universalidade da alienação do indivíduo frente a si mesmo e aos demais, a universalidade e a multilateralidade de suas relações e de suas habilidades” (MARX: 1989, 90).

Marx trabalha com a contradição produzida pelo valor de troca, que liberta as capacidades humanas de produção, mas que aliena estas capacidades de sua decisão comum e coletiva, colocando-as ao serviço dos possuidores do capital.

Aqui começa a transparecer a proposta coletiva de ação baseada em um programa comunista. Somente a luta coletiva da classe operária poderia superar a universalidade vazia, dominada pelo valor de troca. Diz Marx:

“... uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra a impossibilidade por parte dos indivíduos de uma classe, etc., de superar em masse tais relações e condições sem suprimi-las” (MARX: 1989,93).

A supressão é a tarefa, mas tal construção somente pode ser alcançada com a implementação da comunidade universal dirigida pela coletividade social. A substituição é decorrência da própria crise do sistema. Afirma Marx:

“O mercado mundial constitui o suposto, o suporte do conjunto. As crises representam então o sintoma geral da superação desse suposto, e o impulso à assunção de uma nova forma histórica” (MARX: 1989,163).

Eis a razão da pressa em redigir os *Grundrisse*: a crise era o sinal da possibilidade de construir uma sociedade livre das formas dominantes do capital. Uma crise do mercado mundial exigiria um programa novo para esta situação inusitada. Eram crises de uma

universalidade abstrata; Marx as interpretava como o sinal de um rompimento definitivo com a dominação burguesa. Tal rompimento não poderia alcançar a classe operária despreparada e a preparação fundamental era determinada pela posse de um programa para a mudança social.

O surgimento de uma sociedade comunista estaria entre a situação social e econômica em crise e a capacidade de elaborar uma resposta a esta crise. Marx se propôs a produção desta resposta; os *Grundrisse* representam uma das respostas, paralelamente às outras produções da crítica da economia política marxiana. Porém, aquele texto tem o caráter de uma resposta à situação imediata de uma crise que prenunciava tornar-se generalizada. Temos a oportunidade de divisar a resposta programática de Marx sob a forma de manifesto: um “manifesto social”.

Em tal manifesto, Marx propôs elementos necessários à destruição do capitalismo e produziu algumas das mais abertas passagens de sua obra sobre a sociedade comunista a ser construída. Ele inicia com a crítica à concepção proudhonista de um dinheiro universal, um elemento comum em que a diferença e as contradições entre preço e valor não existiriam. Mas para Marx se há uma identidade universal já não há necessidade do dinheiro. Ele afirma:

“O trabalho do indivíduo, considerado no ato mesmo da produção, é o dinheiro com que compra imediatamente o produto, o objeto de sua atividade particular; mas se trata de um dinheiro *particular* que compra precisamente somente este *determinado* produto. Para ser imediatamente *dinheiro geral*, deveria ser desde o princípio não um trabalho *particular*, mas um trabalho *geral*, vale dizer, ser *posto* desde o começo como um elemento da *produção geral*. Em tal hipótese, no entanto, não seria a troca que lhe conferiria o caráter universal, mas que seria seu pressuposto caráter coletivo o que determinaria sua participação nos produtos. O caráter coletivo da produção converteria o produto desde o princípio em um produto coletivo, universal. A troca – a qual não seria uma troca de valores de troca, mas atividades determinadas por necessidades coletivas, por fins coletivos – incluiria desde o princípio a participação do indivíduo no mundo coletivo dos produtos” (MARX: 1989, 99-100).

Esta passagem é extraordinariamente rica em definir princípios da sociedade do modo de produção comunista, desde a superação da particularidade determinada pela propriedade privada. Seria a saída da dominação da categoria geral, mas que é a expressão do domínio da particularidade, da esfera privada, da propriedade privada sobre os meios de produção.

A proposta de Marx é a da substituição da particularidade dirigida pelo dinheiro pela característica universal determinada pela produção coletiva. O centro da luta comunista na erradicação dos traços de uma economia capitalista seria a propriedade coletiva mundial dos meios de produção. Como diz ele:

“... está pressuposta uma produção coletiva, o caráter coletivo como base da produção. O trabalho do indivíduo é posto desde o início como trabalho social... Seu produto não é *um valor de troca*. O produto não deve ser antes convertido em uma forma particular para receber um caráter geral para o indivíduo” (MARX: 1989, 100).

Os produtos já são feitos diretamente para o consumo coletivo e pessoal, não havendo a mediação do mercado. A verdadeira mediação passa a ser a necessidade humana de consumo. Os princípios básicos da organização comunista da sociedade são a produção e o consumo não mediados pelo mercado, mas já destinados pelas pessoas mesmas. Consumo e produção seriam determinados pela forma de participação na produção coletiva. Diz Marx:

“Em lugar de uma divisão do trabalho, que se gera necessariamente na troca de valores de troca, haverá uma organização do trabalho que tem como consequência a porção que corresponde ao indivíduo no consumo coletivo... o *caráter social da produção* é pressuposto, e a participação no mundo dos produtos, no consumo,, não é mediada pela troca de produtos de trabalho ou de trabalhos reciprocamente independentes. É mediado pelas condições sociais da produção dentro das quais opera o indivíduo” (MARX: 1989, 100).

O mercado e a mercadoria são substituídos pela participação direta de cada um na produção. O consumo fica relacionado à sua capacidade de colaborar com a produção social. Já não haveria disputas entre unidades de produção diferentes, pois o mercado teria desaparecido. A divisão do trabalho não seria dirigida pela posse dos meios de produção

por proprietários privados, uma divisão que visa à posse do dinheiro, que obedece às “necessidades” do mercado. A divisão do trabalho seria decidida a partir de outros critérios, que envolveriam a satisfação humana, não apenas no consumo, mas na própria produção.

O campo do consumo não seria, como no capitalismo, a única esfera da expressão do indivíduo, um indivíduo isolado dos demais pela posse dos meios monetários para assegurar-lhe a satisfação. A produção, nesta sociedade nova, um dos campos da expressão da individualidade em sua forma criativa. A produção no capitalismo é, geralmente, o local o abandono do indivíduo aos ditames gerais do mercado. Na sociedade que a substituiria a produção seria ligada à expressão individual, permitindo a melhor colaboração produtiva.

Segundo Marx a sociedade “avançaria a um nível mais alto (MARX: 1989, 150) com a eliminação do dinheiro e das categorias específicas do modo de produção capitalista. Diz ele:

“Esta análise correta leva assim a pontos nos quais, prefigurando o movimento nascente do futuro, se insinua a abolição da forma presente das relações de produção. Se por um lado, as fases pré-burguesas se apresentam como supostos *puramente históricos*, ou seja abolidos, por outro as condições atuais da produção se apresentam como *abolindo-se a si mesmas* e portanto como pondo os *supostos históricos* para um novo ordenamento da sociedade” (MARX: 1989, 422).

As próprias categorias do capitalismo dominante entram em crise e permitem a construção do projeto revolucionário de sociedade. Marx busca compreender o momento da passagem para um novo sistema social, além de buscar apresentar, a partir da dissolução das categorias dirigidas para o dinheiro e o capital, as novas categorias da formação social a ser construída. Cabe um papel destacado à compreensão de quais categorias devem ser eliminadas e como substituí-las por novas, que correspondam a uma forma superior de vida social.

É preciso apresentar pelo pensamento categorias que derivem da dissolução das relações burguesas. Aqui o principal erro a temer é o não rompimento com o que é específico do capitalismo. Aqui se concentram as críticas de Marx nos *Grundrisse*. A proposição de categorias que orientem de forma geral a nova construção social é uma necessidade do movimento revolucionário, sob pena de não haver rompimento real. Diz Marx que:

“... a *forma mais extrema da alienação*, na qual o trabalho, a atividade produtiva, aparece a respeito de suas próprias condições e seu próprio produto na relação do capital com o trabalho assalariado, é um ponto de passagem necessário e, por isso, contém *em si*, ainda quando em forma invertida, apoiada sobre a cabeça, a dissolução de todos os *pressupostos limitados da produção* e, ainda, produz e cria os pressupostos não condicionados da produção e, por isso, as condições materiais plenas para o desenvolvimento universal, total, das forças produtivas dos indivíduos” (MARX: 1989, 479).

A existência do trabalho dirigido pelo domínio do capital prepara os pressupostos da sociedade futura de duas formas: a primeira pela capacidade de compreender, ainda que só como proposta, os princípios do futuro; e a segunda, porque a manifestação da luta dos assalariados é que permitiria tornar real este programa de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *Grundrisse* são escritos emblemáticos do conjunto da atividade teórica de Marx. Representam o fruto da primeira grande exposição da ciência de combate que é a crítica da economia política. Além disso, espelham uma iniciativa de Marx para dar resposta à crise de 1857, sendo uma obra que traduz a esperança, há muito acalentada, de que a classe operária desfechasse um golpe mortal no sistema capitalista.

Os *Grundrisse* foram abandonados pelo próprio Marx devido ao malogro da transformação da crise financeira em crise do mercado mundial. Era preciso aguardar um novo momento para que chegasse a revolução. Marx, então, traça novas formas de expor suas conclusões; formas que fossem adequadas ao estágio letárgico do movimento operário. Era preciso semear lentamente a compreensão das tarefas a serem realizadas pelo movimento operário. Surgem daí as obras publicadas de Marx sobre os fundamentos da economia capitalista. Nelas, a discussão evolui gradualmente em uma demonstração científica das categorias que dão unidade à sociedade capitalista.

Porém, para nossa análise a obra de 1857-1858 apresenta a forma inversa da crítica da economia política. Ao invés, da demonstração científica pausada, uma demonstração crítica da economia capitalista e dos argumentos dos que desejavam manter intactas as suas categorias centrais. Os *Grundrisse* são uma obra de combate como afirma Negri, e também são escritos de um plano distinto d'*O Capital*, como defende Rosdolsky.

Mas, em nossa leitura representam um programa revolucionário, que condensaria as duas interpretações anteriores, acrescentando que tais “manuscritos” assumiriam o status de um novo manifesto comunista, caso tivessem vindo a lume em meio a uma revolução. Na leitura que desenvolvemos era este o intuito de Marx, a construção de um manifesto por uma sociedade futura.

Ter este texto acessível para discuti-lo é uma imensa vantagem frente aos diversos momentos em que o movimento operário travou combates com o capital, e entre suas próprias fileiras. Surpreendente é que a sua discussão ainda seja muito limitada. Na academia brasileira este é um tema debatido raras vezes. O acúmulo de debates é uma condição para o salto qualitativo na compreensão. Tentamos neste trabalho elaborar uma

leitura que sirva de estímulo à ida ao texto; uma ida também até à tradução, já que não contamos com uma tradução sequer desta obra de Marx em língua portuguesa.

Além do interesse histórico para a compreensão da evolução do pensamento de Marx, os *Grundrisse* representa uma enorme fonte de compreensão do capitalismo em seu estágio atual. A capacidade de elaborar um programa para uma sociedade futura ainda é um desafio a ser enfrentado.

Esta é a principal colaboração, ao nosso ver, dos *Grundrisse* para a etapa atual da história humana: possibilitar uma vívida fonte de compreensão do capitalismo e uma indicação para a construção de uma sociedade comunista.

Os pontos programáticos elaborados por Marx continuam a desafiar a humanidade para que alcance um estágio superior de vida; deixando para as calendas os conflitos e as atrocidades do capitalismo.

Não conseguimos ainda superar a forma tosca de convivência mútua que caracteriza o capitalismo; sua permanente insaciedade destrutiva, seu desejo incontrolável por dominar todas as manifestações da criação humana, sua fúria continuamente crescente por destruir as manifestações que não correspondam à homogeneidade do mercado.

A tarefa central dos *Grundrisse* está inusitadamente atual: destruir o domínio do capital e construir a sociedade futura. Esta é nossa consideração final, encontrar no texto de Marx, no conjunto de sua obra, a direção adequada para a análise crítica do capitalismo. Com a clareza de que a crítica assume a dimensão múltipla de compreensão dos princípios de sustentação deste sistema, do combate às formas que buscam preservar as categorias umbilicais do capitalismo, e da proposição de uma nova forma de vida. Esta proposição deveria estar limitada à, já imensa, elaboração de supostos que significassem a construção de uma sociedade superior ao capitalismo e a todas as sociedades de exploração.

Esperamos ter dado um passo na discussão a ser travada em torno da obra de Marx neste tópico específico dos fundamentos, dos princípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATTALI, Jacques. *Karl Marx ou O Espírito do Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. *Utopisme & Communauté de L'Avenir*. Paris: Maspero, 1976.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (tomo II).
- JAPPE, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas). Vol. 1.
- _____. *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*. Köln: Parkland Verlag, 2005.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Mandacaru, 1990.
- _____. *Capítulo Inédito D'O Capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto: Escorpião, 1975.
- _____. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy (rough draft)*. London: Penguin, 2005.
- _____. *Elementos Fundamentales Para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857~1858*. 16. ed. México: Siglo Veintiuno, 1989. (Biblioteca del Pensamiento Socialista). Vol. I.
- _____. *Elementos Fundamentales Para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857~1858*. 11. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1987. (Biblioteca del Pensamiento Socialista). Vol. II.
- _____. *Elementos Fundamentales Para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857~1858*. 9. ed. México: Siglo Veintiuno, 1988. (Biblioteca del Pensamiento Socialista). Vol. III.
- _____. *Fondements de la Critique de L'Économie Politique*. France : Anthropos, 1973. Vol. 1.
- _____. *Manuscritos Econômicos Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. – (Os pensadores; 12).

- _____. *Ökonomische Manuskripte 1857/58*. Leipzig: Dietz , 1976. (MEGA). Teil 1.
- _____. *Ökonomische Manuskripte 1857/58*. Leipzig: Dietz , 1981. (MEGA). Teil 2.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Briefwechsel April 1856 bis Dezember 1857. Text*. Leipzig: Dietz, 1990.
- NEGRI, Antonio. *Marx Más Allá de Marx: cuaderno de trabajo sobre los Grundrisse*. Madri: Akal, 2001.
- POSTONE, Moishe. *Time, Labor, and Social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge, USA: Cambridge, 1996.
- ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y Estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. 6. ed. México: Siglo Veintiuno, 1989.